

**PISTAS DO MÉTODO
DA CARTOGRAFIA**
Pesquisa-intervenção
e produção de subjetividade

CONSELHO EDITORIAL
do livro Pistas do método da cartografia

Maria Elizabeth Barros de Barros
Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional.

Maurício Manguiera
Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Psicologia,
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social.

Sérgio Carvalho
Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Medicina Preventiva,
Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva.

Tania Galli Fonseca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional
e de Informática na Educação.

Apoio:



PISTAS DO MÉTODO DA CARTOGRAFIA

Pesquisa-intervenção
e produção de subjetividade

Orgs.

Eduardo Passos

Virgínia Kastrup

Liliana da Escóssia



Editora Sulina

© Autores, 2009

Capa: Alexandre de Freitas, sobre litografia de Angelo Marzano

Projeto gráfico: FOSFOROGRÁFICO/Clo Sbardelotto

Editoração: Clo Sbardelotto

Revisão: Gabriela Koza

Revisão gráfica: Miriam Gress

Editor: Luis Antônio Paim Gomes

4ª reimpressão

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária responsável: Denise Mari de Andrade Souza CRB 10/960

P679 Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade / orgs. Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia. – Porto Alegre: Sulina, 2015.
207 p.

ISBN: 978-85-205-0530-4

1. Psicologia. 2. Psicanálise. 3. Filosofia. I. Passos, Eduardo.
II. Kastrup, Virgínia. III. Escóssia, Liliana da.

CDD: 150

CDD: 101

159.9

159.964.2

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MERIDIONAL LTDA.

Av. Osvaldo Aranha, 440 – conj. 101

CEP: 90035-190 – Porto Alegre – RS

Tel.: (51) 3311-4082 Fax: (51) 3264-4194

sulina@editorasulina.com.br

www.editorasulina.com.br

Setembro / 2015

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

SUMÁRIO

Apresentação / 7	
<i>Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia</i>	
Pista 1	
A cartografia como método de pesquisa-intervenção / 17	
<i>Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros</i>	
Pista 2	
O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo / 32	
<i>Virgínia Kastrup</i>	
Pista 3	
Cartografar é acompanhar processos / 52	
<i>Laura Pozzana de Barros e Virgínia Kastrup</i>	
Pista 4	
Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia / 76	
<i>Virgínia Kastrup e Regina Benevides de Barros</i>	
Pista 5	
O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica / 92	
<i>Liliana da Escóssia e Silvia Tedesco</i>	
Pista 6	
Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador / 109	
<i>Eduardo Passos e André do Eirado</i>	
Pista 7	
Cartografar é habitar um território existencial / 131	
<i>Johnny Alvarez e Eduardo Passos</i>	
Pista 8	
Por uma política da narratividade / 150	
<i>Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros</i>	
Diário de bordo de uma viagem-intervenção / 172	
<i>Regina Benevides de Barros e Eduardo Passos</i>	
Postfácio	
Sobre a formação do cartógrafo e o problema das políticas cognitivas / 201	
<i>Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana da Escóssia</i>	
Sobre os autores / 206	

APRESENTAÇÃO

Nos anos 2005 a 2007, um grupo de professores e pesquisadores se reuniu uma vez por mês no Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense e no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro em seminários de pesquisa cujo objetivo foi a elaboração das pistas do método da cartografia. Unidos pela afinidade teórica com o pensamento de Gilles Deleuze e Félix Guattari e por inquietações relativas à metodologia de pesquisa, Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Silvia Tedesco, André do Eirado, Regina Benevides, Auterives Maciel, Liliana da Escóssia, Maria Helena Vasconcelos, Johnny Alvarez e Laura Pozzana, bem como diversos alunos de graduação e pós-graduação apresentaram e discutiram ideias, criaram duplas de trabalho, escreveram textos e, num ambiente de parceria, realizaram um fecundo exercício de construção coletiva do conhecimento. Definimos inicialmente que a cada encontro nos dedicaríamos a uma de dez pistas do método da cartografia – o que chamávamos de “decálogo do método da cartografia”. Foram três anos de trabalho. Em 2005 realizamos a primeira rodada de discussão. A cada encontro uma dupla apresentava as ideias disparadoras do debate, visando à coletivização do esforço de sistematização do método. Em 2006 cada dupla apresentou um texto a ser discutido no grupo. Muitos comentários, críticas e ajustes propostos. Em 2007 houve nova rodada de discussão, agora já trabalhando com os textos revisados. As discussões versavam sobre questões teórico-conceituais, buscavam a formulação adequada dos problemas metodológicos, envolveram a eliminação e o acréscimo de pistas e concorreram para o desenho final que este livro assumiu¹.

¹ Uma primeira versão das pistas do método da cartografia foi apresentada no texto de Virgínia Kastrup: “O método da cartografia e os quatro níveis da

Investigando processos de produção de subjetividade, entrávamos em um debate metodológico que tradicionalmente se organiza prioritariamente a partir da oposição entre métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa. Os impasses metodológicos são muitas vezes atribuídos à natureza da pesquisa qualitativa, que reúne grande parte das investigações no campo dos estudos da subjetividade. Argumenta-se que, se a pesquisa quantitativa se adequa bem a *frames* e *scripts* preexistentes, como testes e questionários padronizados, além de contar com métodos estatísticos e *softwares* de última geração que dão a tranquilizadora imagem de sofisticação e exatidão científica, o mesmo não ocorre com a pesquisa qualitativa. Esta requer procedimentos mais abertos e ao mesmo tempo mais inventivos. Por outro lado, a distinção entre pesquisa quantitativa e qualitativa, embora pertinente, surge ainda insuficiente, já que os processos de produção da realidade se expressam de múltiplas maneiras, cabendo a inclusão de dados quantitativos e qualitativos. Pesquisas quantitativas e qualitativas podem constituir práticas cartográficas, desde que se proponham ao acompanhamento de processos. Para além da distinção quantitativa-qualitativa restam em aberto impasses relativos à adequação entre a natureza do problema investigado e as exigências do método. A questão é como investigar processos sem deixá-los escapar por entre os dedos.

Com esse desafio à frente, nos movíamos inicialmente por entre questões disparadoras: como estudar processos acompanhando movimentos, mais do que apreendendo estruturas e estados de coisas? Investigando processos, como lançar mão de um método igualmente processual? Como assegurar, no plano dos processos, a sintonia entre objeto e método? Desde o início estávamos cientes de que a elaboração do método da cartografia não poderia levar à formulação de regras ou protocolos. Percebíamos também que

pesquisa-intervenção”, publicado em Lúcia Rabello de Castro e Vera Besset (Orgs.), *Pesquisa-intervenção na infância e juventude* (Rio de Janeiro, Nau, 2008).

nossas inquietações estavam presentes na prática diária de muitos de nossos colegas.

Pesquisadores que investigam processos nas áreas de saúde, educação, cognição, clínica, grupos e instituições, dentre outros, enfrentam muitas vezes, na escrita de seus projetos, dificuldades em dar conta do item consagrado ao método. Como nomear as estratégias empregadas na pesquisa, quando elas não se enquadram bem no modelo da ciência moderna, que recomenda métodos de representação de objetos preexistentes? Como encontrar um método de investigação que esteja em sintonia com o caráter processual da investigação? No que concerne à chamada coleta de dados, tal dificuldade é muitas vezes contornada pelo apelo à noção de observação participante e às entrevistas semiestruturadas. Embora em certa medida conveniente, o vocabulário importado da pesquisa etnográfica e das pesquisas qualitativas em psicologia e nas ciências humanas em geral parece, todavia, muito genérico e longe de ser satisfatório.

Buscamos referências no conceito de cartografia que é apresentado por Gilles Deleuze e Félix Guattari na Introdução de *Mil Platôs* (Paris: Minuit, 1980; Rio de Janeiro: Editora 34, 1995). Na abertura do livro, os autores definem o projeto desta escrita a dois: texto-agenciamento, livro-multiplicidade feito de diferentes datas e velocidades. Qual é a coerência do livro? Qual é a sua unidade? Há uma clara recusa à organização que é própria de um “livro-raiz”, livro que se estrutura como se fizesse o decalque do que quer tratar; que se aprofunda para desvelar a essência do que investiga; que trata da realidade de “seu objeto” como se só pudesse representá-la. Livro-raiz que se inocenta de qualquer compromisso com a gênese da realidade, com o alibi de representá-la (ou re-apresentá-la) de maneira clara e formal. *Mil Platôs* não se quer como “imagem do mundo”. A diversidade que é matéria do pensamento e carne do texto é descrita, então, como linhas que se condensam em estratos mais os menos duros, mais ou menos segmentados e em constante rearranjo – como os abalos sísmicos pela movimentação das placas

tectônicas que compõem a Terra. Os mil platôs se mantêm lado a lado sem hierarquia e sem totalização. Tal geologia filosófico-política convoca a uma decisão metodológica, ou melhor, a uma atitude (*ethos* da pesquisa) que opera não por unificação/totalização, mas por “subtração do único”, como na fórmula do n-1. Menos o Uno. Menos o Todo, de tal maneira que a realidade se apresenta como plano de composição de elementos heterogêneos e de função heterogênica: plano de diferenças e plano do diferir frente ao qual o pensamento é chamado menos a representar do que a acompanhar o engendramento daquilo que ele pensa. Eis, então, o sentido da cartografia: acompanhamento de percursos, implicação em processos de produção, conexão de redes ou rizomas.

É assim que Deleuze e Guattari designam sua Introdução: Rizoma. A cartografia surge como um princípio do rizoma que atesta, no pensamento, sua força performática, sua pragmática: princípio “inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real” (Deleuze e Guattari, 1995, p. 21). Nesse mapa, justamente porque nele nada se decalca, não há um único sentido para a sua experimentação nem uma mesma entrada. São múltiplas as entradas em uma cartografia. A realidade cartografada se apresenta como mapa móvel, de tal maneira que tudo aquilo que tem aparência de “o mesmo” não passa de um concentrado de significação, de saber e de poder, que pode por vezes ter a pretensão ilegítima de ser centro de organização do rizoma. Entretanto, o rizoma não tem centro.

Em um sistema acêntrico, como conceber a direção metodológica? A metodologia, quando se impõe como palavra de ordem, define-se por regras previamente estabelecidas. Daí o sentido tradicional de metodologia que está impresso na própria etimologia da palavra: *metá-hódos*. Com essa direção, a pesquisa é definida como um caminho (*hódos*) predeterminado pelas metas dadas de partida. Por sua vez, a cartografia propõe uma reversão metodológica: transformar o *metá-hódos* em *hódos-metá*. Essa reversão consiste numa aposta na experimentação do pensamento – um método não para ser

aplicado, mas para ser experimentado e assumido como atitude. Com isso não se abre mão do rigor, mas esse é ressignificado. O rigor do caminho, sua precisão, está mais próximo dos movimentos da vida ou da normatividade do vivo, de que fala Canguilhem. A precisão não é tomada como exatidão, mas como compromisso e interesse, como implicação na realidade, como intervenção.

Em 1982, Suely Rolnik agencia a vinda de Félix Guattari ao Brasil. Essa visita foi a ocasião para um importante exercício cartográfico. Os dois cartógrafos apontaram diferentes linhas de composição da experiência macro e micropolítica brasileira. Não indicaram apenas os impasses e perigos que vivíamos naqueles anos de finalização da ditadura e de anúncio do processo de democratização institucional, tendo como pano de fundo a onda neoliberal e a globalização capitalística. Privilegiaram, sobretudo, as linhas flexíveis e de fuga que indicavam germens potenciais para a mudança: os movimentos negro, feminista, gay, a Reforma Psiquiátrica brasileira, as mídias alternativas, a autonomização do partido dos trabalhadores. O mapa que foi traçado a partir das andanças de Guattari pelo Brasil indicava menos o que era do que o que estava em vias de ser. O mapa cartografava nossas movimentações micropolíticas e dava pistas de como acompanhar esses processos de ação minoritária. O livro-rizoma que daí resultou (*Micropolítica. Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986) impactou verdadeiramente os que estavam ali participando da tecedura daquelas redes.

É também no fim dos anos 1980 que Suely Rolnik apresenta 24 “figuras-tipo do feminino” que dão pistas ao cartógrafo que quer acompanhar as mutações do capitalismo em sua relação com as políticas de subjetivação. Suely faz uma *Cartografia Sentimental* do mundo em que vivemos, tomando as “noivinhas” como personagens conceituais que em sua deriva histórica – dos anos 1950 aos 1980 – expressam movimentos de mudança, alterações dos regimes de afetabilidade, reconfigurações micropolíticas do desejo. O trabalho de Suely Rolnik junto a Peter Pelbart e Luiz Orlandi garantiram ao

Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia da PUC/SP grande importância na formulação das direções do método cartográfico.

No sul do Brasil, a pesquisa cartográfica encontra importante laboratório. A condição de extremo sul deve ter favorecido as experimentações que desde o I Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2001) anunciaram o lema de uma nova esquerda internacional: Tô Fórum. Lá também Tânia Galli tem conduzido a grupalização de pesquisadores interessados no modo de fazer da cartografia. O livro *Cartografia e devires. A construção do presente* (Porto Alegre: UFRGS, 2003) afirmou problemas cruciais para o campo da pesquisa nas ciências humanas: a) impossibilidade da transparência do olhar do pesquisador e afirmação do perspectivismo; b) crítica da separação entre sujeito e objeto e articulação do conhecimento com o desejo e implicação; c) recusa da atitude demonstrativa em nome do construtivismo entendido como experimentação de conceitos e novos dispositivos de intervenção.

Em Campinas, no Departamento de Medicina Preventiva da UNICAMP, Sérgio Carvalho e o grupo *Conexões* têm contribuído para a ampliação do debate cartográfico no campo de pesquisa das práticas de atenção e gestão em saúde. O mesmo acontece em Sergipe, com o grupo Prosaico, do Departamento de Psicologia da UFS. O método da cartografia se apresenta, assim, como alternativa importante para acompanhar o movimento da reforma sanitária brasileira e as lutas macro e micropolíticas para a produção de políticas públicas no Brasil. Outros cartógrafos têm estendido esta aposta metodológica no campo da saúde pública.

Na Universidade Federal Fluminense e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o grupo de pesquisa *Cognição e Subjetividade* tomou o tema da cartografia como problema metodológico, surgido frente aos impasses experimentados no campo dos estudos da cognição. Em nosso percurso, partimos do problema formulado no projeto de pesquisa “A noção de subjetividade e a superação do

modelo da representação” (CNPq, 95/96). Nesse momento, colocávamos em questão o pressuposto de que conhecer é representar ou reconhecer a realidade. Configurava-se para nós a importância do binômio cognição/criação, o que nos exigiu investigar com mais detalhe a dimensão temporal dos processos de produção de conhecimento. Chegamos à definição do conceito de cognição como criação, autopoiese (Humberto Maturana & Francisco Varela) ou enação (Francisco Varela). De acordo com tal perspectiva, os polos da relação cognoscente (sujeito e objeto) são efeitos, e não condição da atividade cognitiva. Com o alargamento do conceito de cognição e sua inseparabilidade da ideia de criação, a produção de conhecimento não encontra fundamentos num sujeito cognitivo prévio nem num suposto mundo dado, mas configura, de maneira pragmática e recíproca, o si e o domínio cognitivo. Destituída de fundamentos invariantes, a prática cognitiva engendra concretamente subjetividades e mundos. A investigação da cognição criadora coloca então o problema do compromisso ético do ato cognitivo com a realidade criada. Produção de conhecimento, produção de subjetividade. Eis que surge o problema metodológico. Como estudar esse plano de produção da realidade? Que método nos permite acompanhar esses processos de produção?

Em vez de regras para serem aplicadas, propusemos a ideia de pistas. Apresentamos pistas para nos guiar no trabalho da pesquisa, sabendo que para acompanhar processos não podemos ter predeterminada de antemão a totalidade dos procedimentos metodológicos. As pistas que guiam o cartógrafo são como referências que concorrem para a manutenção de uma atitude de abertura ao que vai se produzindo e de calibragem do caminhar no próprio percurso da pesquisa – o *hódos-metá* da pesquisa.

Neste volume, enumeramos oito pistas para a prática do método da cartografia. Há trinta anos, Guattari (*O inconsciente maquínico. Ensaio de esquizoanálise*. Campinas: Papyrus, 1988 [1979]) propunha os “Oito princípios” da esquizoanálise. Se o pri-

meiro princípio foi “Não impedir”, isto é, não atrapalhar os processos em curso, o último recolocava as bases da enumeração proposta, dizendo: “Toda ideia de princípio deve ser considerada suspeita”. Era a ideia de princípio que se dissolvia na contundência da aposta metodológica de Guattari, fazendo com que não se pudesse esperar por uma garantia definitiva (tal como um fundamento) para o trabalho da análise. Neste volume, enumeramos oito pistas para a prática do método da cartografia. Como destacou Regina Benevides, podemos dizer que mais do que a sintonia do número 8, as pistas que propomos agora nortearam-se por uma atitude atenta ao que já em 1979 Guattari convocava.

A apresentação das pistas não corresponde a uma ordem hierárquica. A leitura da primeira pista não é pré-requisito para a leitura da segunda e assim sucessivamente. A organização do livro corresponde a um rizoma. O leitor pode iniciar pela pista que julgar mais conveniente ou interessante e ler as outras na sequência que lhe aprouver. Como não poderia deixar de ser, elas remetem umas às outras. Ainda como um rizoma, as pistas aqui apresentadas não formam uma totalidade, mas um conjunto de linhas em conexão e de referências, cujo objetivo é desenvolver e coletivizar a experiência do cartógrafo.

A **pista 1**, “A cartografia como método de pesquisa-intervenção”, é apresentada por Eduardo Passos e Regina Benevides. Baseada na contribuição da análise institucional, discute a indissociabilidade entre o conhecimento e a transformação, tanto da realidade quanto do pesquisador.

A **pista 2** é trabalhada por Virgínia Kastrup no texto “O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo”. Criando uma interlocução entre Freud, Bergson e a pragmática fenomenológica, são definidos os quatro gestos da atenção cartográfica: o rastreo, o toque, o pouso e o reconhecimento atento.

Na **pista 3**, Laura Pozzana e Virgínia Kastrup discutem a ideia de que “Cartografar é acompanhar processos”. Baseado numa pesquisa sobre oficinas de leitura com crianças, o texto analisa a

distinção entre a proposta da ciência moderna de representar objetos e a proposta da cartografia de acompanhar processos, além de apresentar um exercício da (re)invenção metodológica nas entrevistas com crianças.

A **pista 4** vem apresentada no texto de Virgínia Kastrup e Regina Benevides: “Movimentos-funções do dispositivo no método da cartografia”. As ideias de Foucault e Deleuze surgem mescladas com exemplos concretos extraídos do campo da clínica e da pesquisa com deficientes visuais. São propostos três movimentos-funções: de referência, de explicitação e de produção e transformação da realidade.

A **pista 5** foi escrita por Liliana da Escóssia e Silvia Tedesco. No texto “O coletivo de forças como plano da experiência cartográfica”, as autoras apontam, apoiadas sobretudo em Gilbert Simondon e Gilles Deleuze, que ao lado dos contornos estáveis do que denominamos formas, objetos ou sujeitos, coexiste o plano coletivo das forças que os produzem, além de definirem a cartografia como prática de construção desse plano.

A **pista 6** é apresentada por Eduardo Passos e André do Eirado no texto “Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador”. O texto revela a preocupação em apontar que a recusa do objetivismo positivista não deve conduzir à afirmação da participação de interesses, crenças e juízos do pesquisador, concluindo que objetivismo e subjetivismo são duas faces da mesma moeda.

A **pista 7**, “Cartografar é habitar um território existencial”, é apresentada por Johnny Alvarez e Eduardo Passos. Por meio do relato de uma pesquisa sobre o aprendizado da capoeira, o texto traz à cena a importância da imersão do cartógrafo no território e seus signos.

A **pista 8** aborda o tema da escrita de textos de pesquisa. Eduardo Passos e Regina Benevides apresentam em “Por uma política de narratividade” a ideia de que a alteração metodológica proposta pela cartografia exige uma mudança das práticas de narrar.

Encerrando a coletânea, o texto “Diário de bordo de uma viagem-intervenção” de Regina Benevides e Eduardo Passos apresenta um exemplo vivo da construção coletiva de uma pesquisa. Usando uma troca de correspondência durante uma viagem de pesquisa-intervenção, discutem a utilização do *hors-texte*.

Como um balanço final do livro, um Posfácio discute a formação do cartógrafo e as políticas cognitivas do pesquisador, além de abrir novos problemas que continuam desafiando o pensamento e atentam para o rigor da pesquisa cartográfica.

*Eduardo Passos,
Virgínia Kastrup
e Liliana da Escóssia*

Pista 1

A CARTOGRAFIA COMO MÉTODO DE PESQUISA-INTERVENÇÃO

*Eduardo Passos
e Regina Benevides de Barros*

A cartografia como método de pesquisa-intervenção pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas, nem com objetivos previamente estabelecidos. No entanto, não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem abrir mão da orientação do percurso da pesquisa. O desafio é o de realizar uma reversão do sentido tradicional de método – não mais um caminhar para alcançar metas prefixadas (*metá-hódos*), mas o primado do caminhar que traça, no percurso, suas metas¹. A reversão, então, afirma um *hódos-metá*. A diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados.

Das pistas do método cartográfico queremos, neste texto, discutir a inseparabilidade entre conhecer e fazer, entre pesquisar e intervir: toda pesquisa é intervenção. Mas, se assim afirmamos, precisamos ainda dar outro passo, pois a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência – o

¹ *Metá* (reflexão, raciocínio, verdade) + *hódos* (caminho, direção). Dicionário Etimológico http://www.prandiano.com.br/html/fr_dic.htm (acesso em janeiro/2009).

que podemos designar como plano da experiência. A cartografia como método de pesquisa é o traçado desse plano da experiência, acompanhando os efeitos (sobre o objeto, o pesquisador e a produção do conhecimento) do próprio percurso da investigação.

Considerando que objeto, sujeito e conhecimento são efeitos coemergentes do processo de pesquisar, não se pode orientar a pesquisa pelo que se suporia saber de antemão acerca da realidade: o *know what* da pesquisa. Mergulhados na experiência do pesquisar, não havendo nenhuma garantia ou ponto de referência exterior a esse plano, apoiamos a investigação no seu modo de fazer: o *know how* da pesquisa. O ponto de apoio é a experiência entendida como um saber-fazer, isto é, um saber que vem, que emerge do fazer. Tal primado da experiência direciona o trabalho da pesquisa do saber-fazer ao fazer-saber, do saber na experiência à experiência do saber. Eis aí o “caminho” metodológico.

Essa também é a direção indicada pelo movimento institucionalista quando afirma que se trata de transformar para conhecer, e não de conhecer para transformar a realidade. O que tem primado é o plano da experiência enquanto intervenção, em que estão sempre encarnadas as ferramentas conceituais ou os operadores analíticos com os quais se trabalha. O institucionalismo, tal como formulado na França, acentua a dimensão política da pesquisa, seja quando trata do tema da produção de conhecimento (as instituições da pesquisa, da escola, da ciência), seja quando se volta para a clínica (as instituições do manicômio, da psiquiatria, da psicanálise, do grupo). René Lourau e Felix Guattari dedicam-se, cada qual, a uma dessas inflexões institucionalistas, mantendo em comum a direção da intervenção.

Lourau e a intervenção como método

Lourau, no texto “Campo socioanalítico”, primeiro capítulo do livro *Intervenções socioanalíticas* de 1996 (Lourau, 2004a), afirma que a questão do método coloca para a Análise Institucional (AI)

os temas da intervenção e do campo que por ela é aberto: o campo da intervenção. Pensar esse campo exige para o autor a definição do que ele designa de “paradigma dos três Is” que, tal como os três mosqueteiros, são quatro: Instituição, Institucionalização, Implicação e o último, Intervenção, sendo este o d’Artagnan, já que é ele que delimita o campo de ação ou o plano da experiência, como preferimos.

Lourau diz que campo é “um conceito metafórico tomado de empréstimo” (Lourau, 2004b, p. 218) através do qual a AI vai definir suas práticas enquanto campo de intervenção e campo de análise. O primeiro diz respeito ao espaço-tempo acessível aos interventores em função de uma encomenda inicial e as modificações deste espaço-tempo face à análise da encomenda no processo de intervenção. O trabalho da análise vai modificando o campo, seguindo esta direção: da formulação de uma encomenda à definição de uma demanda de análise. Quem encomenda um trabalho de análise institucional não é necessariamente quem enuncia essa demanda. O trabalho vai modulando o campo de intervenção onde todos estão incluídos (quem encomenda, quem demanda, quem e o que analisa).

Kurt Lewin designava de pesquisa-ação o trabalho de/sobre o campo onde todos estavam incluídos. Lourau segue esse curso de problematização das práticas de pesquisa e produção de conhecimento. O campo de análise se distingue, mas não se separa do campo de intervenção, sendo o sistema de referência teórico que se torna operatório em uma pesquisa-ação e, conseqüentemente, sempre encarnado em uma situação social concreta. A análise aqui se faz sem distanciamento, já que está mergulhada na experiência coletiva em que tudo e todos estão implicados. É essa constatação que força o institucionalismo a colocar em questão os ideais de objetividade, neutralidade, imparcialidade do conhecimento. Todo conhecimento se produz em um campo de implicações cruzadas, estando necessariamente determinado neste jogo de forças: valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças, etc.

A intervenção como método indica o trabalho da análise das implicações coletivas, sempre locais e concretas. A análise das im-

plicações de todos que integram um campo de intervenção permite acessar, nas instituições, os processos de institucionalização. O que Lourau designa de implicação diz respeito menos à vontade consciente ou intenção dos indivíduos do que às forças inconscientes (o inconsciente institucional) que se atravessam constituindo valores, interesses, expectativas, compromissos, desejos, crenças, isto é, as formas que se instituem como dada realidade. A análise é, então, o trabalho de quebra dessas formas instituídas para dar expressão ao processo de institucionalização.

Se o método é o da intervenção, orientando um trabalho de pesquisa que diremos pesquisa-intervenção (já que é insuficiente para nós a noção lewiniana de pesquisa-ação), a direção de que se trata nesse método é aquela que busca aceder aos processos, ao que se passa entre os estados ou formas instituídas, ao que está cheio de energia potencial. Logo, na direção do método cartográfico, preferimos dizer que é em um plano e não em um campo que a intervenção se dá (Passos e Benevides, 2000).

O trabalho da análise/intervenção desestabiliza a própria noção de campo, já que modula seus limites e configurações. Essa desestabilização vai ficar mais evidente quando Lourau, na década de 90, se aproxima do pensamento de Gilbert Simondon, definindo o campo de intervenção por sua metaestabilidade ou pelo modo como nele as oposições – seja esta entre sujeito e objeto, entre local e global, entre eu e o outro, indivíduo e o grupo, etc. – se apresentam como uma dinâmica transductiva, isto é, uma dinâmica de devir que “potencializa resistências atuais e atualiza existências potenciais” (Lourau, 2004b, p. 213).

René Lourau, nesse momento, faz modular o pensamento da análise institucional. Em especial, o conceito de implicação é repensado em sua relação com o conceito de transdução proposto por Simondon. O conceito de implicação já tomara o lugar dos conceitos de “transferência e contratransferência institucionais”, radicalizando a crítica à neutralidade analítica e ao objetivismo cientificista. Não há neutralidade do conhecimento, pois toda pes-

quiza intervém sobre a realidade mais do que apenas a representa ou constata em um discurso cioso das evidências. No processo de produção de conhecimento, há que se colocar em análise os atravessamentos que compõem um “campo” de pesquisa. Estas forças que se atravessam foram inicialmente designadas pelo institucionalismo de transferência e contratransferência institucionais, sendo em seguida pensadas como implicações. Como disse Lourau em 1973 (Lourau, 2004c, p. 85), “o importante para o investigador não é, essencialmente, o objeto que ‘ele mesmo se dá’ (segundo a fórmula do idealismo matemático), mas sim tudo o que lhe é dado por sua posição nas relações sociais, na rede institucional”. O observador está sempre implicado no campo de observação, e a intervenção modifica o objeto (Princípio de Heisenberg). No campo, a intervenção não se dá em um único sentido. É essa ampliação dos sentidos da intervenção que vai aumentando quando se considera agora uma dinâmica transductiva a partir da qual as existências se atualizam, as instituições se organizam e as formas de resistência se impõem contra os regimes de assujeitamento e as paralisias sintomáticas.

É na década de 50 que podemos acompanhar, em torno dos grupos do hospital St. Alban e da clínica La Borde, as condições de emergência da virada do movimento institucionalista a partir da problematização da dimensão inconsciente da instituição. Segundo Hess e Savoye (1993, p. 13), “é então que se entra verdadeiramente na Análise Institucional”. A dinâmica do processo primário das instituições é destacada. No mesmo período, aparecem na França os primeiros escritos que se autointitulam socioanalíticos e que propõem uma abordagem psicanalítica dos grupos. Em 1962, no Colóquio de Royaumont, G. Lapassade redige o que seria o primeiro trabalho socioanalítico de uma tradição que toma em questão as instituições, os grupos e as organizações visando os processos de autogestão. É nessa tradição que Lourau vai imprimindo uma progressiva intensificação dessa dimensão inconsciente das instituições, chegando finalmente a ampliá-la, na década de 90, com o conceito de transdução proposto por G. Simondon em sua tese de 1958.

Pistas metodológicas entre Lourau e Simondon

Gilbert Simondon (1989), em seu estudo sobre os processos de individuação, faz uma crítica à tradição do pensamento filosófico que pressupõe um princípio de individuação anterior e orientador do processo de individuação. A forma de argumentação tradicional que esse autor denuncia é a que toma como ponto de partida e dá privilégio ontológico ao indivíduo constituído, buscando suas condições de existência, elas mesmas não menos individuais, o que fica evidente na noção de princípio. Como nos diz o autor:

a noção de *princípio de individuação* advém, numa certa medida, de uma gênese a contrapelo de uma ontogênese *revertida*: para dar conta da gênese do indivíduo com seus caracteres definitivos é preciso supor a existência de um termo primeiro, princípio, que traz nele mesmo isso que explicará que o indivíduo seja indivíduo e dará conta de sua hecceidade (Simondon, 1989, p. 10).

Simondon defende que a individuação não produz somente indivíduo, o que nos obriga a ser cautelosos evitando passar de maneira rápida pelas “etapas de individuação” (princípio/operação de individuação/indivíduo). É preciso apreender a ontogênese em sua realidade de maneira a “conhecer o indivíduo através da individuação antes que a individuação a partir do indivíduo” (p. 12). O indivíduo é, então, uma fase do ser que supõe uma realidade pré-individual que o acompanha. O indivíduo, mesmo após a individuação, não existe só, já que seu processo de individuação não esgota os potenciais da realidade pré-individual, assim como a individuação não faz aparecer como seu efeito somente o indivíduo, mas um par indivíduo-meio.

A individuação deve ser considerada como resolução parcial e relativa que se manifesta em um sistema comportando potenciais e guardando certa incompatibilidade

em relação a ele mesmo, incompatibilidade feita de forças de tensão, assim como da impossibilidade de uma interação de termos de dimensões extremas (p. 12).

A ontogênese é, para Simondon, o processo a partir do qual o ser se torna uma realidade individuada num processo de devir do ser na dupla acepção desse “do ser”: devir que acontece ao ser e devir de que consiste o ser. O devir é entendido como dimensão do ser ou a capacidade de se “defasar por relação a ele mesmo, de se resolver em se defasando” (p. 13). O que o autor nos faz entender é que o ser em processo de individuação é aquele no qual uma resolução aparece pela sua repartição em fases, isto é, a partir de uma “incompatibilidade inicial rica em potenciais”.

Mas, como pensar o primado da individuação ou uma individuação sem princípio predefinido? Segundo Simondon, foi necessário esperar por certos conceitos para que se pudesse entender o processo de individuação sem a petição de princípio pelo autor denunciada. É o conceito de metaestabilidade, em contraste com aquele de equilíbrio estável, que garante esse avanço. Enquanto o equilíbrio – que é o mais baixo nível de energia potencial – exclui o devir, a metaestabilidade indica uma dinâmica de devir que só se resolve em contínua transformação. Essa noção de metaestabilidade ganha um sentido especial quando tratamos de sistemas vivos nos quais o processo de individuação não culmina, mantendo o devir em constante processualidade. Segundo Simondon, o “vivo conserva nele uma atividade de individuação permanente, ele não é só resultado de individuação como o cristal e a molécula, mas teatro de individuação” (p. 16). Sempre comportando energias potenciais, o indivíduo vivo é, segundo a fórmula do autor, menos e mais do que a unidade, já que se caracteriza por uma problemática interior e por um jogo de ressonâncias internas que o lança para problemáticas mais vastas, sendo ele mesmo elemento em uma individuação futura a ele. É nesse sentido que a individuação biológica se resolve não no indivíduo, mas numa outra individuação. A individuação psíquica

advém quando a problemática interior do vivo o obriga a posicionar-se como elemento do problema através de sua ação, sendo essa a condição que lhe confere a posição de sujeito. Mas, se o processo é ininterrupto, o ser psíquico não resolve, ele mesmo, a sua problemática, sendo forçado a ultrapassar os seus próprios limites, agora numa individuação do coletivo. O indivíduo psíquico se associa ao grupo pela realidade pré-individual que o habita. Individua-se agora uma “unidade coletiva”. Segundo o autor

as duas individuações psíquica e coletiva são recíprocas, uma por relação à outra; elas permitem definir uma categoria do transindividual que tende a dar conta da unidade sistemática da individuação interior (psíquico) e da individuação exterior (coletivo). O mundo psicossocial do transindividual não é nem o social bruto nem o interindividual; ele supõe uma verdadeira operação de individuação a partir de uma realidade pré-individual... (p. 19).

A obra de Simondon nos convoca a pensar qualquer realidade individuada a partir desse fundo pré-individual em que se opera a criação. No vivo, no psíquico e no coletivo, esse fundo permanece em latência no indivíduo, obrigado a resolver a sua problemática existencial em individuações sucessivas. Há, portanto, um plano comum de imanência que une, num mesmo *phillum* de individuação, a realidade viva, psíquica e coletiva. Para construir essa tese, o autor lança mão de um método. Simondon indica três características metodológicas para a pesquisa do processo de individuação que nos ajudam a entender o método da cartografia: 1) tomar a relação como interna ao ser ou contemporânea aos termos; 2) recusar os princípios do terceiro excluído e da identidade; 3) afirmar a dinâmica de individuação como transdução.

Queremos aqui nos deter na terceira característica metodológica. A transdução é a operação física, biológica, mental ou social pela qual uma atividade se propaga de parte em parte, estru-

turando um domínio. A partir de um sistema em rede amplificante, um gérmen se propaga em várias direções, de tal maneira que cada camada constituída serve de base estruturante a uma camada em formação. Tal dinâmica transductiva é tomada por Lourau para repensar o conceito de implicação. O trabalho de pesquisa, assim como o trabalho de intervenção socioanalítica, pressupõe uma forma de relação entre os termos que aí interagem (sujeito-objeto, analista-cliente, teoria-prática). Os institucionalistas cada vez menos tomarão essa relação como o jogo interpessoal característico da dinâmica da transferência e da contratransferência.

Sabemos que a análise institucional toma de empréstimo, inicialmente, o conceito de contratransferência para pensar uma dinâmica coletiva-institucional na qual toda a realidade em que os atores estão imersos se coloca como vetores determinantes na cena de análise: sexo, idade, raça, posição socioeconômica, significações socioculturais que atravessam seja o analista, seja o analisando. Com o conceito de contratransferência institucional toda uma rede de afecções é ativada. No entanto, esse conceito será abandonado quando Lourau propõe em seu lugar o de implicação. Apenas uma troca de palavras? Na verdade identificamos aí um esforço de não somente se desvencilhar do subjetivismo inerente ao jogo transferencial, como também a necessidade de dar conta de uma dinâmica de relação na qual posições bem localizadas não têm mais lugar. Se na dinâmica da transferência e da contratransferência é ainda a relação dual que toma o centro da cena, marcando a distinção dos lugares do analista e do analisando, com o conceito de implicação o *trans* e o *contra* se dissolvem. O campo implicacional indica, então, esse sentido mais entre forças do que entre formas, no qual a dinâmica se faz não por projeção, decisão, propósito ou vontade de alguém, mas por contágio ou propagação, como prefere Simondon. Interessa a Lourau exatamente essa dinâmica que podemos chamar instituinte. Todo trabalho de intervenção na socioanálise visa essa dimensão inconsciente das instituições de tal maneira que podemos afirmar, no plano da experiência, uma inseparabilidade entre análise das im-

plicações e intervenção. Intervir, então, é fazer esse mergulho no plano implicacional em que as posições de quem conhece e do que é conhecido, de quem analisa e do que é analisado se dissolvem na dinâmica de propagação das forças instituintes característica dos processos de institucionalização.

É, portanto, no plano do concreto da experiência que estamos sempre implicados. O tema da implicação define uma direção clínico-política ao trabalho de pesquisa-intervenção. A cartografia deve ser entendida como um método segundo o qual toda pesquisa tem uma direção clínico-política e toda a prática clínica é, por sua vez, intervenção geradora de conhecimento. Esta relação que o método cartográfico estabelece entre pesquisa, intervenção, clínica e política já ganhava expressão nos conceitos da AI que, desde os anos 50, forçavam um interessante hibridismo entre psicanálise e política, a análise do sintoma e a das instituições, tomando o problema da implicação como pedra de toque para todo o trabalho de intervenção.

A intervenção é sempre clínico-política: a contribuição metodológica de Félix Guattari

Guattari em 1964, seguindo a mesma direção, propõe o conceito de transversalidade para problematizar os limites do *setting* clínico, definindo esse conceito como um aumento dos *quanta* comunicacionais intra e intergrupos em uma instituição. Fazer análise é, cada vez mais, o trabalho de desestabilização do que se apresenta tendo a unidade de uma forma ou de um campo: o instituído, o indivíduo, o social. Do uno ao coletivo, esta é a direção da análise. Direção a quê? Não ao agrupamento, ao conjunto de indivíduos, nem à unidade do diverso, mas ao coletivo como dinâmica de contágio em um plano hiperconectivo ou de máxima comunicação.

Na clínica, por exemplo, a operação de transversalização se apresenta num duplo registro: (1) o que a clínica acolhe é, por um lado, um sujeito com sua história, sua forma identitária, suas verdades e memória, mas não só isso. Acolhe também, por outro lado, um

processo de subjetivação em curso que vai se realizando pelas frestas das formas, lá onde o intempestivo se apresenta, impulsionando à criação. Nesse sentido, há sempre um *quantum* de transversalização com que se pode contar, já que a forma definitiva (a identidade, a individualidade, a verdade, o fato histórico acabado) é apenas uma idealidade ou meta a ser alcançada; (2) a clínica, por sua vez, é ela mesma um caso de transversalização, isto é, seu trabalho se dá justamente desta maneira. A intervenção clínica deve ser entendida como uma operação de transversalização que se realiza na zona de vizinhança ou de indefinição entre dois processos – os processos de subjetivação que se passam na relação analista-analisando e aqueles que se passam na relação ente a clínica e o não clínico: a clínica e a política, a clínica e a arte, a clínica e a filosofia, etc. (a transdisciplinaridade da clínica). Falar, portanto, de coeficientes de transversalização da clínica é intensificar/apostar mais, ou menos, nos devires que estão sempre presentes em diferentes graus de abertura e potências variadas de criação.

Com o conceito de transversalidade, Guattari prepara a definição do método cartográfico segundo o qual o trabalho da análise é a um só tempo o de descrever, intervir e criar efeitos-subjetividade. É importante notar que o conceito de transversalidade se apresenta também – tal qual o de implicação – como uma amplificação perturbadora do conceito de transferência em Freud.

Como já dissemos, a transferência, tradicionalmente, descreve a dinâmica bidimensional ou intersubjetiva em que afetos e representações atravessam de um polo subjetivo a outro, num movimento de rebatimento. O movimento institucionalista propõe um sentido coletivo ou institucional para o conceito de transferência, descrevendo outra dinâmica. Guattari, em suas intervenções clínico-institucionais, identificou esta dinâmica coletiva como a de um grupo sujeito cuja comunicação se dá de modo multidimensional. Operar na transversalidade é considerar esse plano em que a realidade toda se comunica. A cartografia é o acompanhamento do traçado desse plano ou das linhas que o compõem. A tecedura desse

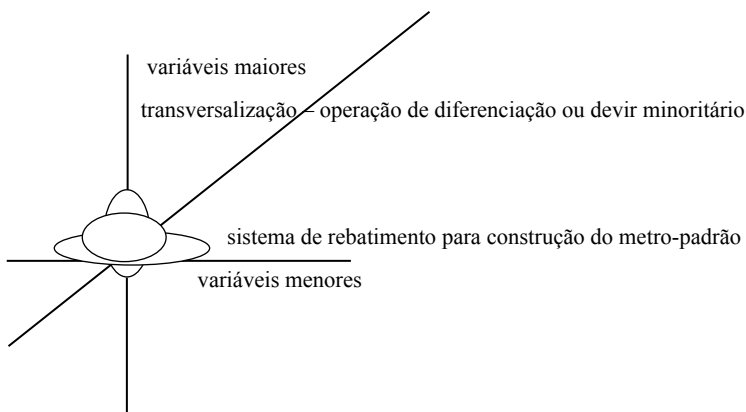
plano não se faz de maneira só vertical e horizontal, mas também transversalmente.

O tema da transversalidade se desdobra no tema das redes que, neste primeiro momento, Guattari descrevia como redes comunicacionais. No entanto, é pela importância que assume esta dimensão reticular na experiência clínico-política que a definição do método vai modulando. Guattari desdobra a análise da dinâmica comunicacional nas instituições colocando, lado a lado, o que é distinto, tornando grupo sujeito e grupo sujeitado como dinâmicas que diferem, mas não se separam. O que interessa é o que se passa entre os grupos, nos grupos, no que está para além e aquém da forma dos grupos, entre as formas ou no atravessamento delas. A rede conecta termos, dando consistência ao espaço intermediário. Os grupos, as instituições e as organizações são redes de inter-relações, isto é, relações entre relações. O método é, então, a cartografia do intermediário.

O método da cartografia tem como direção clínico-política o aumento do coeficiente de transversalidade, garantindo uma comunicação que não se esgota nos dois eixos hegemônicos de organização do *socius*: o eixo vertical que organiza a diferença hierarquicamente e o eixo horizontal que organiza os iguais de maneira corporativa. A natureza política do método cartográfico diz respeito ao modo como se intervém sobre a operação de organização da realidade a partir dos eixos vertical e horizontal. Grosso modo, podemos dizer que a operação de organização hegemônica/majoritária do *socius* se dá na forma da conexão entre variáveis menores em oposição a variáveis maiores. Por outro lado, há outra operação, dita operação transversal, que conecta devires minoritários.

Esses dois modos de operar (majoritário e minoritário) podem ser pensados a partir da distinção entre um sistema de coordenadas que organizam a realidade segundo um metro-padrão e uma operação de transversalização que cria a diferenciação do *socius*.

O diagrama a seguir nos ajuda a traçar as duas operações:



A operação de organização hegemônica do *socius* se faz pela oposição entre os eixos vertical e horizontal (coordenadas hegemônicas), realizando o sistema de rebatimento ou de superposição das variáveis maiores para a constituição de um metro-padrão que equaliza a realidade. Assim, por essa operação, há uma equivalência funcional entre homem, adulto, heterossexual, branco, rico, variáveis maiores (dispostas no eixo vertical) que se rebatem umas sobre as outras, gerando uma existência ideal em oposição a qual se define mulher, criança, homossexual, negro, pobre, variáveis menores (eixo horizontal). Nesse sistema de rebatimento, é uma mesma operação que se realiza. Essa operação hierarquiza opondo as diferenças (homem x mulher, adulto x criança, branco x negro, heterossexual x homossexual, rico x pobre) e homogeneiza, seja criando um ideal pelo rebatimento das variáveis maiores entre si (homem-adulto-branco-heterossexual-rico), seja pela identificação e sujeição dos “diferentes” do ideal (mulher submetida ao homem, criança ao adulto, negro ao branco, homossexual ao heterossexual, pobre ao rico).

Por outro lado, os fragmentos do *socius* (as variáveis) podem se conectar gerando um desarranjo do sistema de organização da realidade. Nesse caso, as variáveis menores se tornam o meio (o *medium*) de um devir minoritário dotado de potência heterogenética ou de diferenciação (o que Simondon designou de energia potencial).

No lugar do rebatimento ou da equalização, um dos fragmentos do *socius* se apresenta, na situação, como um vetor de caotização que gera novos arranjos da realidade. Guattari chamou estes movimentos de caosmose: desarranjos e novos arranjos de produção da realidade.

Essas duas operações – de rebatimento e de caotização –, no entanto, guardam algo em comum que é o seu funcionamento em rede de conexões. Mas é preciso distinguir as redes quentes das redes frias. A noção de rede nessa sua dupla inscrição no contemporâneo – rede fria e rede quente – nos força a refletir sobre a operação de uma rede fria, de cima para baixo, isto é, rede que, apesar de funcionar por hiperconectividade e integração, possui centro vazio identificado, seja ao capital enquanto regime de homogeneização ou equivalência universal, seja ao metro-padrão resultante do jogo de rebatimento e de sujeição característico da organização hegemônica do *socius* (Passos & Benevides, 2004). Do ponto de vista clínico-político, a intervenção só é possível nos momentos quentes da rede, quando o sistema de rebatimento se desarranja, permitindo devires minoritários através das variáveis menores.

A intervenção como caminho

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência, lá onde conhecer e fazer se tornam inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscentes prévios à relação que os liga. Lançados num plano implicacional, os termos da relação de produção de conhecimento, mais do que articulados, aí se constituem. Conhecer é, portanto, fazer, criar uma realidade de si e do mundo, o que tem consequências políticas. Quando já não nos contentamos com a mera representação do objeto, quando apostamos que todo conhecimento é uma transformação da realidade, o processo de pesquisar ganha uma complexidade que nos obriga a forçar os limites de nossos procedimentos metodológicos. O método, assim, reverte seu sentido, dando primado ao caminho que vai sendo

traçado sem determinações ou prescrições de antemão dadas. Restam sempre pistas metodológicas e a direção ético-política que avalia os efeitos da experiência (do conhecer, do pesquisar, do clinicar, etc.) para daí extrair os desvios necessários ao processo de criação.

Tal processo se dá por uma dinâmica de propagação da força potencial que certos fragmentos da realidade trazem consigo. Propagar é ampliar a força desses germens potenciais numa desestabilização do padrão. Nesse sentido, conhecer a realidade é acompanhar seu processo de constituição², o que não pode se realizar sem uma imersão no plano da experiência. Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho. Esse é o caminho da pesquisa-intervenção.

Referências

- HESS, H & SAVOYE, A. *L'Analyse Institutionnelle*. Paris: PUF, 1993.
- LOURAU, R. "Campo socioanalítico". In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau, Analista em tempo integral*. Campinas: Hucitec, 2004a, p. 224-245.
- _____. "Implicação-transdução". In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau, Analista em tempo integral*. Campinas: Hucitec, 2004b, p. 186-198.
- _____. "Objeto e método da Análise Institucional". In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau, Analista em tempo integral*. Campinas: Hucitec, 2004c, p. 66-86.
- PASSOS, E & BENEVIDES, R. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Jan-Abr 2000, vol. 16, n. 1, p. 71-79.
- _____. *Clínica, política e as modulações do capitalismo*. Lugar Comum, n. 19-20, jan-jun, 2004, p. 159-171.
- SIMONDON, G. *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier, 1989.

² Cf. L. Pozzana e V. Kastrup, "Cartografar é acompanhar processos", nesta coletânea.

Pista 2

O FUNCIONAMENTO DA ATENÇÃO NO TRABALHO DO CARTÓGRAFO

*Virgínia Kastrup**

A cartografia é um método formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto. Em linhas gerais, trata-se sempre de investigar um processo de produção. De saída, a ideia de desenvolver o método cartográfico para utilização em pesquisas de campo no estudo da subjetividade se afasta do objetivo de definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas. Não se busca estabelecer um caminho linear para atingir um fim. A cartografia é sempre um método *ad hoc*. Todavia, sua construção caso a caso não impede que se procurem estabelecer algumas pistas que têm em vista descrever, discutir e, sobretudo, coletivizar a experiência do cartógrafo.

A pista que tomamos aqui diz respeito ao funcionamento da atenção durante o trabalho de campo. Não se trata de buscar uma teoria geral da atenção. A ideia é que, na base da construção de conhecimento através de um método dessa natureza, há um tipo de funcionamento da atenção que foi em parte descrito por S. Freud (1912/1969) com o conceito de atenção flutuante e por H. Bergson (1897/1990) com o conceito de reconhecimento atento. Através do recurso a esses conceitos, bem como a referências extraídas do

* Agradeço aos companheiros do grupo de pesquisa Cognição e Subjetividade e em especial aos amigos André do Eirado e Eduardo Passos, pelas discussões e sugestões que acompanharam a elaboração deste texto. O texto é resultado do projeto de pesquisa Atenção e invenção na produção coletiva de imagens, apoiado pelo CNPq.

campo das ciências cognitivas contemporâneas, o objetivo é analisar a etapa inicial de uma pesquisa, tradicionalmente denominada “coleta de dados”. Ocorre que, do ponto de vista dos recentes estudos acerca da cognição numa perspectiva construtivista, não há coleta de dados, mas, desde o início, uma produção dos dados da pesquisa. A formulação paradoxal de uma “produção dos dados” visa ressaltar que há uma real produção, mas do que, em alguma medida, já estava lá de modo virtual¹.

Há dois pontos a serem examinados. O primeiro diz respeito à própria função da atenção, que não é de simples seleção de informações. Seu funcionamento não se identifica a atos de focalização para preparar a representação das formas de objetos, mas se faz através da detecção de signos e forças circulantes, ou seja, de pontas do processo em curso. A detecção e a apreensão de material, em princípio desconexo e fragmentado, de cenas e discursos, requerem uma concentração sem focalização, indicada por Gilles Deleuze no seu *Abécédaire* através da ideia de uma atenção à espreita, cujo funcionamento vamos procurar elucidar. O segundo ponto é que a atenção, enquanto processo complexo, pode assumir diferentes funcionamentos: seletivo ou flutuante, focado ou desfocado, concentrado ou disperso, voluntário ou involuntário, em várias combinações como seleção voluntária, flutuação involuntária, concentração desfocada, focalização dispersa, etc. Embora as variedades atencionais coexistam de direito, elas ganham organizações e proporções distintas na configuração de diferentes políticas cognitivas (Kastrup, 2005).

Chamamos de política cognitiva um tipo de atitude ou de relação encarnada, no sentido de que não é consciente, que se estabelece com o conhecimento, com o mundo e consigo mesmo. Tomar o mun-

¹ O conceito de virtual é empregado aqui no sentido que lhe confere H. Bergson (1897/1990; 1919/1990). O virtual se atualiza segundo um processo de criação e de diferenciação. Nesse sentido, distingue-se do possível, que se realiza através de um processo de limitação e de semelhança. Para a distinção detalhada entre virtual-atual e possível-real cf. Deleuze (1966). Um bom exemplo da atualização de uma virtualidade – como produção de algo que já estava lá – é a produção das mãos de um pianista através de repetidos treinos.

do como fornecendo informações prontas para serem apreendidas é uma política cognitiva realista; tomá-lo como uma invenção, como engendrado conjuntamente com o agente do conhecimento, é um outro tipo de política, que denominamos construtivista. Nesse sentido, realismo e construtivismo não são apenas posições epistemológicas abstratas, mas constituem atitudes investigativas diversas, reveladas, conforme veremos, em diferentes atitudes atencionais. Trata-se aqui de ressaltar que a atenção cartográfica – ao mesmo tempo flutuante, concentrada e aberta – é habitualmente inibida pela preponderância da atenção seletiva. O problema do aprendizado da atenção do cartógrafo é também um caso de criação do que já estava lá, tal como aparece na noção de aprendizado por cultivo, formulada por Depraz, Varela e Vermersch (2003).

Nos estudos sobre atenção realizados por W. James (1890/1945), que são até hoje referência nessa área de investigação, a seleção é considerada sua função por excelência. A seleção operada pela atenção é movida pelo interesse e concorre para a ação eficaz. Esse modo de compreender a atenção, como possuindo uma função seletiva orientada pelo interesse e aplicada na ação, foi assimilado pela grande maioria das abordagens psicológicas, incidindo ainda hoje sobre os recentes estudos sobre o TDA – Transtorno de Déficit de Atenção. Na atualidade, o exercício da força da vontade é evocado para o tratamento de tais quadros cognitivos que, no contexto de certas técnicas terapêuticas e, aliado a medicamentos, configura o que vem sendo chamado de biologia moral da atenção (Caliman, 2006; Lima, 2004). Todavia, a questão da atenção do cartógrafo coloca um outro problema, que diz respeito a um funcionamento não recoberto pela função seletiva. O próprio James reconheceu a flutuação da consciência e da atenção ao propor o conceito de fluxo do pensamento. James comparou o fluxo do pensamento ao voo de um pássaro que desenha o céu com seus movimentos contínuos, pousando de tempos em tempos em certo lugar. Voos e pousos diferem quanto à velocidade da mudança que trazem consigo (James, 1890/1945, p. 231). O pouso não deve ser entendido como uma parada do movimento,

mas como uma parada no movimento. Voos e pousos conferem um ritmo ao pensamento, e a atenção desempenha aí um papel essencial.

A entrada do aprendiz de cartógrafo no campo da pesquisa coloca imediatamente a questão de onde pousar sua atenção. Em geral ele se pergunta como selecionar o elemento ao qual prestar atenção, dentre aqueles múltiplos e variados que lhe atingem os sentidos e o pensamento. A pergunta, que diz respeito ao momento que precede a seleção, seria melhor formulada se evidenciasse o problema da própria configuração do território de observação, já que, conforme apontou M. Merleau-Ponty (1945/1999), a atenção não seleciona elementos num campo perceptivo dado, mas configura o próprio campo perceptivo. Uma outra questão diz respeito a como prossegue o funcionamento atencional após o ato seletivo. As duas perguntas – que incidem sobre o antes e o depois da seleção – indicam a complexidade e a densidade da chamada “coleta de dados”, sublinhando a dimensão temporal da atenção do cartógrafo, a produção dos dados da pesquisa e o alcance de uma pesquisa construtivista.

Dentre as contribuições teóricas sobre variedades atencionais envolvidas no estudo da subjetividade, destaca-se a de S. Freud sobre a atenção flutuante, apresentada no conjunto de seus “estudos sobre técnica”. No texto “Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise”, Freud (1912/1969) aponta que a mais importante recomendação consiste em não dirigir a atenção para algo específico e em manter a atenção “uniformemente suspensa”. Freud argumenta que o grande perigo da escuta clínica é a seleção do material trazido pelo paciente, operada com base em expectativas e inclinações do analista, tanto de natureza pessoal quanto teórica. Através da seleção, fixa-se um ponto com clareza particular e negligenciam-se outros. A indesejável seleção envolve uma atenção consciente e deliberadamente concentrada. Mas Freud observa com precisão que “ao efetuar a seleção e seguir suas expectativas, estará arriscado a nunca descobrir nada além do que já sabe; e, se seguir as inclinações, certamente falsificará o que possa perceber” (Freud, 1912/1969, p. 150). Para Freud, a atenção consciente, voluntária e concentrada, é o grande

obstáculo à descoberta. Por outro lado, recomenda a utilização de uma atenção onde a seleção se encontra inicialmente suspensa, cuja definição é “prestar igual atenção a tudo”. Essa atenção aberta, sem focalização específica, permite a captação não apenas dos elementos que formam um texto coerente e à disposição da consciência do analista, mas também do material “desconexo e em desordem caótica”.

Em seu sentido mais conhecido, a atenção flutuante é a regra técnica que, do lado do analista, corresponde à regra de associação livre da parte do analisando, permitindo a comunicação de inconsciente a inconsciente (Laplanche e Pontalis, 1976). O uso da atenção flutuante significa que, durante a sessão, a atenção do analista fica aparentemente adormecida, até que subitamente emerge no discurso do analisando a fala inusitada do inconsciente. Em seu caráter desconexo ou fragmentado, ela desperta a atenção do analista. Mesmo que não seja capaz de compreendê-la, o analista lança tais fragmentos para sua própria memória inconsciente até que, mais à frente, eles possam vir a compor com outros e ganhar algum sentido. Falando de um inconsciente receptor, a ênfase do texto freudiano recai na atenção auditiva.

Fazendo um balanço acerca da contribuição do conceito de atenção flutuante para a discussão da atenção do cartógrafo, destaca-se a proximidade quanto à ênfase na suspensão de inclinações e expectativas do eu, que operariam uma seleção prévia, levando a um predomínio da reconhecimento e conseqüente obturação dos elementos de surpresa presentes no processo observado. Além disso, a atenção seletiva cede lugar a uma atenção flutuante, que trabalha com fragmentos desconexos. Por outro lado, identifica-se um limite da formulação freudiana, que é voltada unicamente para a atenção auditiva. A utilização pelo cartógrafo de outras modalidades sensoriais além da audição, como é o caso da visão, exigirá explorar um desdobramento da contribuição freudiana. Outro limite diz respeito ao aprendizado da atenção flutuante, que não recebe formulação específica por parte de Freud e que se reveste de especial importância para o avanço do método cartográfico.

O estudo da atenção desenvolvido no campo das ciências cognitivas contemporâneas, mais especificamente nos estudos da consciência, também contribui para o entendimento da atenção do cartógrafo. Seguindo uma abordagem fenomenológica, Pierre Vermersch (2002a; 2002b) destaca o caráter de mobilidade da atenção, a qual é definida como o fundo de flutuação da cognição. É no estudo da atenção que encontramos a possibilidade de pensar a modulação da intencionalidade. Segundo Vermersch, a atenção opera mutações que modificam a estrutura intencional da consciência. O conceito de intencionalidade está na base do entendimento da cognição como relação sujeito-objeto, mas o estudo da atenção revela uma nova faceta da consciência, não como intencionalidade, mas como domínio de mutações, inclusive da própria intencionalidade. O interessante nessa formulação é situar a flutuação como uma característica da atenção em geral, e não, como Freud, como um tipo específico de atenção – a flutuante. Pelo caminho das ciências cognitivas, a atenção, como flutuação de base da cognição, pode explicar as duas modalidades anteriormente citadas – a seletiva e a flutuante. A partir de sua plasticidade e de sua capacidade de transformação através do exercício, é possível abordar também o problema do aprendizado da atenção (Kastrup, 2004).

O conceito de suspensão foi formulado por E. Husserl no contexto do método da redução fenomenológica, que significa a colocação entre parênteses dos juízos sobre o mundo. A suspensão constitui uma atitude de abandono, ainda que temporário, da atitude recognitiva, dita natural pela fenomenologia. Trata-se de uma suspensão da política cognitiva realista, onde o conhecimento se organiza a partir da relação sujeito-objeto.

Depraz, Varela e Vermersch (2003) desenvolvem o que denominam de pragmática fenomenológica. Sublinham que Husserl formulou teoricamente o método da redução, sem, contudo, ter se colocado o problema de sua implementação concreta. Os autores argumentam que é preciso desenvolver um verdadeiro método de pesquisa da experiência e para isso descrevem e discutem algumas

práticas como a meditação budista, a entrevista de explicitação, a visão estereoscópica e a sessão de psicanálise. Comentando a última, observam que a suspensão é um gesto cognitivo que refreia o fluxo do pensamento do analista, para que este possa seguir o discurso do paciente. Realizada no início da sessão, a suspensão não se mantém até o final. Durante a sessão, reflexões ou emoções do analista emergem, atravessando o campo cognitivo, e devem ser reiteradamente colocadas de lado durante o processo de escuta. Outro elemento que interrompe a suspensão é a polarização dos pensamentos do analista por alguma formulação teórica, que é evocada pelo material trazido pelo analisando. Ressalta-se então um movimento de vaivém, articulando os sucessivos gestos de suspensão e as interrupções subsequentes. Apesar de tais dificuldades na prática concreta, a atenção flutuante fica colocada como um horizonte técnico. Outro ponto destacado é que a escuta clínica é situada, e isso num duplo contexto: o microcontexto da sessão e o macrocontexto do processo analítico como um todo. No caso da pesquisa cartográfica, pode-se situar o macrocontexto como a dinâmica de transformação do problema geral da pesquisa e os microcontextos como a autodefinição de microproblemas ao longo das consecutivas visitas ao campo. Esses dois contextos funcionam de acordo com uma lógica recursiva, engendrando-se de modo recíproco.

Depraz, Varela e Vermersch apontam que o gesto de suspensão desdobra-se em dois destinos da atenção. O primeiro indica uma mudança da direção da atenção. Habitualmente voltada para o exterior, ela se volta para o interior. O segundo destino implica uma mudança da qualidade ou da natureza da atenção, que deixa de buscar informações para acolher o que lhe acomete. A atenção não busca algo definido, mas torna-se aberta ao encontro. Trata-se de um gesto de deixar vir (*letting go*). Tanto a atenção a si quanto o gesto atencional de abertura e acolhimento ocorrem a partir da suspensão. Sendo assim, a suspensão, a redireção e o deixar vir não constituem três momentos sucessivos, mas se encadeiam, se conservando e se entrelaçando.

No caso da cartografia, a mera presença no campo da pesquisa expõe o cartógrafo a inúmeros elementos salientes, que parecem convocar a atenção. Muitos deles não passam, entretanto, de meros elementos de dispersão, no sentido em que produzem um sucessivo deslocamento do foco atencional. Portanto, há que haver cuidado, pois, como afirmou Freud, a suspensão deve garantir que, no princípio, tudo seja digno de atenção. Mas para Freud a atenção flutuante segue com o ajuste fino da sintonia inconsciente. São as manifestações do inconsciente que despertam a atenção aberta do analista, suscitando o gesto de prestar atenção. A abertura da atenção do cartógrafo também não significa que ele deva prestar atenção a tudo o que lhe acomete. A chamada redireção é, nesse sentido, uma resistência aos dispersores.

Numa linguagem fenomenológica, a suspensão é o ato de desmontagem da atitude natural, que é o regime cognitivo organizado no par sujeito-objeto e que configura a política cognitiva realista. É importante sublinhar que, quando sob suspensão, a atenção que se volta para o interior acessa dados subjetivos, como interesses prévios e saberes acumulados, ela deve descartá-los e entrar em sintonia com o problema que move a pesquisa. A atenção a si é, nesse sentido, concentração sem focalização, abertura, configurando uma atitude que prepara para o acolhimento do inesperado. A atenção se desdobra na qualidade de encontro, de acolhimento. As experiências vão então ocorrendo, muitas vezes fragmentadas e sem sentido imediato. Pontas de presente, movimentos emergentes, signos que indicam que algo acontece, que há uma processualidade em curso. Algumas concorrem para modular o próprio problema, tornando-o mais concreto e bem colocado. Assim, surge um encaminhamento de solução ou uma resposta ao problema; outras experiências se desdobram em microproblemas que exigirão tratamento em separado.

Signos são acolhidos numa atitude atencional de ativa receptividade. São especialmente interessantes quando expõem um problema e forçam a pensar. Nesse caso, constituindo o que F. Varela (1995) chamou de *breakdown*, eles exigem que a atenção se

detenha, produzindo uma desaceleração de seu movimento. A atenção tateia, explora cuidadosamente o que lhe afeta sem produzir compreensão ou ação imediata. Tais explorações mobilizam a memória e a imaginação, o passado e o futuro numa mistura difícil de discernir. Todos esses aspectos caracterizam o funcionamento da atenção do cartógrafo durante a produção dos dados numa pesquisa de campo. Um ponto não abordado por Depraz, Varela e Vermersch (2003), e que também não havia sido por Freud, diz respeito ao funcionamento da atenção após esse momento de acolhimento do elemento problemático. Conforme veremos, é no trabalho operado pela atenção que podemos identificar mais incisivamente a produção de dados de uma pesquisa e a dimensão construtivista do conhecimento.

Quatro variedades da atenção do cartógrafo: o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento

Tomando como ponto de partida a ideia de uma concentração sem focalização, parece ser possível definir quatro variedades do funcionamento atencional que fazem parte do trabalho do cartógrafo. São eles o rastreio, o toque, o pouso e o reconhecimento atento.

O rastreio é um gesto de varredura do campo. Pode-se dizer que a atenção que rastreia visa uma espécie de meta ou alvo móvel. Nesse sentido, praticar a cartografia envolve uma habilidade para lidar com metas em variação contínua. Em realidade, entra-se em campo sem conhecer o alvo a ser perseguido; ele surgirá de modo mais ou menos imprevisível, sem que saibamos bem de onde. Para o cartógrafo, o importante é a localização de pistas, de signos de processualidade. Rastrear é também acompanhar mudanças de posição, de velocidade, de aceleração, de ritmo. O rastreio não se identifica a uma busca de informação. A atenção do cartógrafo é, em princípio, aberta e sem foco, e a concentração se explica por uma sintonia fina com o problema. Trata-se aí de uma atitude de concentração pelo problema e no problema. A tendência é a eliminação da intermediação do saber anterior e das inclinações pessoais. O objetivo é atingir

uma atenção movente, imediata e rente ao objeto-processo, cujas características se aproximam da percepção háptica.

A percepção háptica foi estudada no domínio do tato por G. Revesz (1950). O tato é uma modalidade sensorial cujos receptores estão espalhados por todo o corpo e que possui a qualidade de ser uma próximo-recepção, sendo seu campo perceptivo equivalente à zona de contato. Diferente da percepção tátil passiva, em que a estimulação é limitada ao tamanho do estímulo, a percepção háptica é formada por movimentos de exploração do campo perceptivo tátil, que visam construir um conhecimento dos objetos. A percepção háptica é então um bloco tátil-sinestésico que envolve uma construção a partir de fragmentos sequenciais. Ela mobiliza a atenção e requer uma ampla memória de trabalho para que, ao fim da exploração, haja uma síntese, cujo resultado é um conhecimento do objeto (Hatwell, Streri e Gentaz, 2000).

Estendendo o alcance do conceito a outros domínios sensoriais, Deleuze distingue a percepção háptica da percepção ótica. A percepção ótica se caracteriza pela organização do campo em figura e fundo. A segregação autóctone faz com que a forma salte do fundo e instala uma hierarquia, uma profundidade no campo. Além do dualismo figura-fundo, faz parte da percepção ótica a organização cognitiva no dualismo sujeito-objeto, que configura uma visão distanciada, característica da representação. O ótico não remete apenas ao domínio visual, mas este, em função de suas características, é aí dominante. Já a percepção háptica é uma visão próxima, em que não vigora a organização figura-fundo. Os componentes se conectam lado a lado, se localizando num mesmo plano igualmente próximo. O olho tateia, explora, rastreia, o mesmo podendo ocorrer com o ouvido ou outro órgão. De todo modo, a distinção mais importante aqui é entre percepção háptica e percepção ótica, e não entre os diferentes sentidos, como a visão, a audição e o tato. Para Deleuze, o movimento da percepção háptica se aproxima mais da exploração de uma ameba do que do deslocamento de um corpo no espaço. O movimento da ameba é regido por sensações diretas, por ações de

forças invisíveis como pressão, estiramento, dilatação e contração. Não é o movimento que explica a sensação, mas, ao contrário, é a elasticidade da sensação que explica o movimento (Deleuze, 1981, p. 30). Como uma antena parabólica, a atenção do cartógrafo realiza uma exploração assistemática do terreno, com movimentos mais ou menos aleatórios de passe e repasse, sem grande preocupação com possíveis redundâncias. Tudo caminha até que a atenção, numa atitude de ativa receptividade, é tocada por algo.

O toque é sentido como uma rápida sensação, um pequeno vislumbre, que aciona em primeira mão o processo de seleção. A ideia de uma seleção independente do interesse foi tematizada por E. Husserl no conceito de notar, que diz respeito ao contato leve com traços momentâneos ou com partes mais elementares que um objeto e que possuem força de afetação. O que é notado pode tornar-se fonte de dispersão, mas também de alerta². Algo se destaca e ganha relevo no conjunto, em princípio homogêneo, de elementos observados. O relevo não resulta da inclinação ou deliberação do cartógrafo, não sendo, portanto, de natureza subjetiva. Também não é um mero estímulo distrator que convoca o foco e se traduz num reconhecimento automático. Algo acontece e exige atenção. O ambiente perceptivo traz uma mudança, evidenciando uma incongruência com a situação que é percebida até então como estável. É signo de que há um processo em curso, que requer uma atenção renovadamente concentrada. O que se destaca não é propriamente uma figura, mas uma rugosidade, um elemento heterogêneo. Trata-se aqui de uma rugosidade de origem exógena, pois o elemento perturbador provém do ambiente. Segundo a distinção estabelecida por Suely Rolnik (1999; 2006), a subjetividade do cartógrafo é afetada pelo mundo em sua dimensão de matéria-força, e não na dimensão de matéria-forma. A atenção é tocada nesse nível, havendo um acionamento no nível das sensações, e não no nível das percepções ou representações de objetos.

² Para a classificação dos gestos em Husserl, cf. Vermersch, 2002a e 2002b e E. Husserl, *De la synthèse passive*. Grenoble, Jérôme Milon, 1998.

Numa linguagem anglo-saxônica, a psicologia cognitiva denomina *mismatch* o fenômeno de irrupção de algo no campo perceptivo que instala uma situação de decalagem em relação ao estado cognitivo anterior. A decalagem significa um desnível na percepção presente. É o *mismatch* que está na origem da captura reflexa, imediata e irrefletida, da atenção (Mialet, 1999). A atenção do cartógrafo é capturada de modo involuntário, quase reflexo, mas não se sabe ainda do que se trata. Tem lugar uma reação de orientação. Como observado nos animais, os receptores sensoriais se voltam para a fonte da mudança. É preciso ver o que está acontecendo.

O toque pode levar tempo para acontecer e pode ter diferentes graus de intensidade. Sua importância no desenvolvimento de uma pesquisa de campo revela que esta possui múltiplas entradas e não segue um caminho unidirecional para chegar a um fim determinado. Através da atenção ao toque, a cartografia procura assegurar o rigor do método sem abrir mão da imprevisibilidade do processo de produção do conhecimento, que constitui uma exigência positiva do processo de investigação *ad hoc*.

O gesto de pouso indica que a percepção, seja ela visual, auditiva ou outra, realiza uma parada e o campo se fecha, numa espécie de zoom. Um novo território se forma, o campo de observação se reconfigura. A atenção muda de escala. Segundo Vermersch (2002a), mudamos de janela atencional. No âmbito dos estudos da atenção, a noção de janela atencional serve para marcar que existe sempre um certo quadro de apreensão. Há um gesto que delimita um centro mais pregnante, em torno do qual se organiza momentaneamente um campo, um horizonte, enfim, uma periferia. A janela constitui uma referência espacial, mas não se limita a isso. Significa, antes de tudo, uma referência ao problema dos limites e das fronteiras da mobilidade da atenção. A tônica do conceito é a dinâmica da atenção, visto que há mobilidade no seio de cada janela e também passagem de uma janela para outras, que coexistem com a primeira, embora com um modo diferente de presença. Vermersch enumera cinco janelas-tipo, pautadas em suportes historicamente relacionados a práticas cognitivas, técnicas e culturais. São elas a joia, a página do

livro, a sala, o pátio e a paisagem. A primeira é uma janela micro, que funciona na escala da atividade do joalheiro, da bordadeira e do leitor minucioso. É uma atenção que se caracteriza por uma atividade eminentemente focal. Sem se distribuir e percorrer outros espaços além daquele visado, ela aumenta a magnitude do enquadramento e inibe as bordas do campo perceptivo. Sua tradução comportamental é a cessação dos movimentos. Um de seus traços característicos é que ela é capaz de produzir o fenômeno de cegueira atencional (Mack e Rock, 1998), que consiste na eliminação absoluta do entorno, ou seja, do que está fora do foco. A segunda é a janela-página, através da qual se faz uma entrada no campo perceptivo, seguida de movimentos de orientação, comportando já indícios de distribuição da atenção. A terceira é a janela-sala, que já permite a atenção dividida. Comporta focalização, mas também assimila uma multiplicidade de partes com graus de nitidez diferenciados. Aparece como ponto novo o movimento da cabeça e do próprio corpo no espaço. A janela-pátio é típica das atividades de deslocamento e orientação. Envolve detecção e é preponderante na atividade do caçador. A janela-paisagem é uma janela panorâmica, capaz de detectar elementos próximos e distantes e conectá-los através de movimentos rápidos.

Cada janela cria um mundo e cada uma exclui momentaneamente as outras, embora outros mundos continuem copresentes. Cada visada através de uma janela dá lugar, em sua escala, aos diversos gestos atencionais, possibilitando também mudanças de nível. Cabe sublinhar ainda que o movimento que chamamos de zoom não deve ser confundido com um gesto de focalização. Apenas a janela-micro é uma janela eminentemente focal. Quando a atenção pousa em algo nessa escala, há um trabalho fino e preciso, no sentido de um acréscimo na magnitude e na intensidade, o que concorre para a redução do grau de ambiguidade da percepção. De todo modo, é preciso ressaltar que em cada momento na dinâmica atencional é todo o território de observação que se reconfigura.

O reconhecimento atento é o quarto gesto ou variedade atencional. O que fazemos quando somos atraídos por algo que

obriga o pouso da atenção e exige a reconfiguração do território da observação? Se perguntamos “o que é isto?” saímos da suspensão e retornamos ao regime da reconhecimento. A atitude investigativa do cartógrafo seria mais adequadamente formulada como um “vamos ver o que está acontecendo”, pois o que está em jogo é acompanhar um processo, e não representar um objeto. É preciso então calibrar novamente o funcionamento da atenção, repetindo mais uma vez o gesto de suspensão.

O que visamos com esta parada e como fica o funcionamento da atenção neste momento? H. Bergson (1897/1990) colocou essa questão, quando de sua discussão sobre o estudo da atenção promovido por T. Ribot³. A atenção havia então sido definida como um movimento de detenção, mas Bergson argumenta que isso não soluciona o problema de seu funcionamento, mas apenas o coloca, pois cabe então explicar o trabalho do espírito correspondente, ou seja, como a atenção funciona quando ela se detém (Bergson, 1897/1990, p. 80). Nessa direção, propõe a distinção entre o reconhecimento automático e o reconhecimento atento. O reconhecimento automático tem como base e como alvo a ação. Reconhecer um objeto é saber servir-se dele. Os movimentos prolongam a percepção para obter efeitos úteis e nos afastam da própria percepção do objeto. Um exemplo é transitar por uma cidade que conhecemos, onde nos deslocamos com eficiência sem prestar atenção ao caminho percorrido. Ora, no caso do cartógrafo, é nítido que não pode se tratar de reconhecimento automático, pois o objetivo é justamente cartografar um território que, em princípio, não se habitava. Não se trata de se deslocar numa cidade conhecida, mas de produzir conhecimento ao longo de um percurso de pesquisa, o que envolve a atenção e, com ela, a própria criação do território de observação.

Bergson afirma que o reconhecimento atento tem como característica nos reconduzir ao objeto para destacar seus contornos singulares. A percepção é lançada para imagens do passado conservadas

³ Theodor Ribot *La Psychologie de l'attention*. Paris: Alcan, 1889.

na memória, ao contrário do que ocorre no reconhecimento automático, em que ela é lançada para a ação futura. Bergson comenta sobre o reconhecimento atento: “enquanto no reconhecimento automático nossos movimentos prolongam nossa percepção para obter efeitos úteis e nos *afastam* assim do objeto percebido, aqui, ao contrário, eles nos reconduzem ao objeto para sublinhar seus contornos. Daí o papel preponderante, e não mais acessório, que as lembranças-imagens adquirem” (Bergson, 1897/1990, p. 78). Bergson afirma que sempre que o equilíbrio sensório-motor é perturbado, há uma exaltação da memória involuntária. Constantemente inibida pela consciência prática e útil do momento presente, isto é, pelo equilíbrio sensório-motor, essa memória aguarda simplesmente que uma fissura se manifeste entre a impressão atual e o movimento concomitante para fazer passar suas imagens (Bergson, 1897/1990, p. 75). O interessante é que o conceito de reconhecimento atento desmonta a noção tradicional de reconhecimento, pautada na ideia do rebatimento da percepção numa imagem prévia ou esquema correspondente. A originalidade da análise bergsoniana é apontar que o processo de reconhecimento não se dá de forma linear, como um trajeto único ou uma marcha em linha reta. Não se faz através do encadeamento de percepções ou de associação cumulativa de ideias. O reconhecimento atento ocorre na forma de circuitos.

De modo geral o fenômeno do reconhecimento é entendido como uma espécie de ponto de interseção entre a percepção e a memória. O presente vira passado, o conhecimento, reconhecimento. No caso do reconhecimento atento, a conexão sensório-motora é inibida. Memória e percepção passam então a trabalhar em conjunto, numa referência de mão dupla, sem a interferência dos compromissos da ação. Para Bergson, a memória não conserva a percepção, mas a duplica. A cada experiência com um objeto se formam dois registros: a imagem perceptiva e a imagem mnésica virtual. Quando do reconhecimento atento, a memória dirige à percepção imagens que se assemelham a ela. Se essas não a recobrem totalmente, novo apelo é lançado a regiões mais afastadas da memória e a operação pode prosseguir indefinidamente.

O gráfico do reconhecimento atento (Bergson, 1897/1990, p. 83) se articula em torno do objeto percebido e sua imagem-lembrança, virtual e correspondente⁴. A partir desses dois pontos, são desenhados circuitos sucessivos, cada vez mais amplos, forjando uma ideia de irradiação progressiva da atenção. O circuito mais amplo corresponde ao sonho. Segundo Bergson, nos circuitos acionados no reconhecimento atento “todos os elementos, inclusive o próprio objeto percebido, mantêm-se em estado de tensão mútua como num circuito elétrico, de sorte que nenhum estímulo partido do objeto é capaz de deter sua marcha nas profundezas do espírito: deve sempre retornar ao próprio objeto” (Bergson, 1897/1990, p. 83). A percepção não segue um caminho associativo operando por adições sucessivas e lineares. Através da atenção, ela aciona circuitos, se afastando do presente em busca de imagens e sendo novamente relançada à imagem atual, que progressivamente se transforma. O tecido da memória comporta um folheado, assim como o do objeto, que se refaz a cada instante. Há múltiplos níveis ou planos que tem como efeito desmontar o esquema do reconhecimento baseado no princípio de correspondência. Atiçado pela perturbação que opera uma fissura no domínio sensório-motor, o reconhecimento atento realiza um trabalho de construção. Percorrendo múltiplos circuitos em sucessivos relances, sempre incompletos, realiza diferentes construções, cujo resultado é um reconhecimento sem modelo mnésico preexistente. Enfim o importante do reconhecimento atento, tal como descrito por Bergson, é a revelação da construção da percepção através do acionamento dos circuitos e da expansão da cognição. A percepção se amplia, viaja percorrendo circuitos, flutua num campo gravitacional, desliza com firmeza, sobrevoa e muda de plano, produzindo dados que, enfim, já estavam lá. A atenção atinge algo “virtualmente dado” (Bergson, 1897/1990, p. 84), construindo o próprio objeto através dos circuitos que a atenção percorre.

⁴ Num texto posterior “Le souvenir du présent et la fausse reconnaissance” a referência ao objeto desaparece. A experiência dá lugar a uma bifurcação entre presente e passado, percepção e memória, que passam a coexistir. Cf. H. Bergson *L'énergie spirituelle*. Paris, PUF, 1990.

A atenção cartográfica e a política cognitiva construtivista

A ativação de uma atenção à espreita – flutuante, concentrada e aberta – é um aspecto que se destaca na formação do cartógrafo. Ativar esse tipo de atenção significa desativar ou inibir a atenção seletiva, que habitualmente domina nosso funcionamento cognitivo. A noção de aprendizagem por cultivo, proposta por Depraz, Varela e Vermersch (2003), indica uma noção de aprendizagem que não implica a criação de uma nova habilidade ou competência. Trata-se, aí também, de ativar uma virtualidade, de potencializar algo que “já estava lá”. A atenção é entendida como um músculo que se exercita e sua abertura precisa sempre ser reativada, sem jamais estar garantida. O cultivo da atenção pelo aprendiz de cartógrafo é a busca reiterada de um tônus atencional, que evita dois extremos: o relaxamento passivo e a rigidez controlada. É nessa mesma direção que Deleuze e Guattari (1995) sublinham que a cartografia não é uma competência, mas uma *performance*. Ela precisa ser desenvolvida como uma política cognitiva do cartógrafo.

Procuramos demonstrar que a produção dos dados ocorre desde a etapa inicial da pesquisa de campo, que perde assim o caráter de uma simples coleta de dados. É preciso sublinhar que esse processo continua com as etapas posteriores, atravessando as análises subsequentes dos dados e a escrita dos textos, continuando ainda com a publicação dos resultados. Para sermos bastante precisos, seria necessário incluir também a circulação do material escrito e a própria leitura do mesmo pelos interessados, tudo isso sem falar na contribuição dos participantes da pesquisa na produção coletiva do conhecimento. Quisemos, entretanto, apenas discutir, nos limites deste trabalho, que a construção ocorre desde o momento em que o cartógrafo chega ao campo. Naquele momento ele não apenas está desprovido de regras metodológicas para serem aplicadas, mas faz ativamente um trabalho preparatório. Informações, saberes e expectativas precisam ser deixados na porta de entrada, e o cartógrafo deve pautar-se sobretudo numa atenção sensível, para que possa,

enfim, encontrar o que não conhecia, embora já estivesse ali, como virtualidade.

Através da descrição da dinâmica atencional, procuramos apontar que a cartografia constitui um método que assume uma perspectiva construtivista do conhecimento, evitando tanto o objetivismo quanto o subjetivismo. Objetivismo e o subjetivismo são duas faces de uma mesma política de pesquisa, o realismo cognitivo. Além de uma posição epistemológica, o realismo é uma política cognitiva corporificada em muitos pesquisadores, que por esse motivo parece uma “atitude natural”. A atitude de selecionar informações por critérios supostamente objetivos ou subjetivos situa-se nesse contexto. Por sua vez, adotando uma política construtivista, a atenção do cartógrafo acessa elementos processuais provenientes do território – matérias fluidas, forças tendenciais, linhas em movimento – bem como fragmentos dispersos nos circuitos folheados da memória. Tudo isto entra na composição de cartografias, onde o conhecimento que se produz não resulta da representação de uma realidade preexistente. Mas também não se trata de uma posição relativista, pautada em interpretações subjetivas, realizadas do ponto de vista do pesquisador. Como defende Bruno Latour (2003), trata-se de um construtivismo que toma a sério os limites do saber e os constrangimentos da matéria. O cartógrafo é, nesse sentido, guiado pelas direções indicadas por qualidades inesperadas e pela virtualidade dos materiais. A construção do conhecimento se distingue de um progressivo domínio do campo de investigação e dos materiais que nele circulam. Trata-se, em certa medida, de obedecer às exigências da matéria e de se deixar atentamente guiar, acatando o ritmo e acompanhando a dinâmica do processo em questão. Nesta política cognitiva, a matéria não é mero suporte passivo de um movimento de produção por parte do pesquisador. Ela não se submete ao domínio, mas expõe veios que devem ser seguidos e oferece resistência à ação humana. Mais que domínio, o conhecimento surge como composição.

Enfim, o método cartográfico faz do conhecimento um trabalho de invenção, tal como indica a etimologia latina do termo *inve-*

nire – compor com restos arqueológicos. A invenção se dá através do cartógrafo, mas não por ele, pois não há agente da invenção. Ocorre que, ao final, realizando o que Bergson (1934/1979) denominou de movimento retrógrado do pensamento, costumamos esquecer o lento e laborioso processo de construção do conhecimento, chegando a acreditar que ele não existiu e, se existiu, foi sem importância para os resultados a que se chegou. Trata-se de uma ilusão da inteligência, que devemos procurar apagar, bem como a ilusão de uma suposta atitude natural. Em seu lugar, pode ser cultivada a atenção cartográfica que, através da criação de um território de observação, faz emergir um mundo que já existia como virtualidade e que, enfim, ganha existência ao se atualizar.

Referências

BERGSON, H. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990 (texto originalmente publicado em 1897).

_____. *L'énergie spirituelle*. Paris, PUF, Paris, PUF, 1990 (texto originalmente publicado em 1919).

_____. O pensamento e o movente – Introdução. *Bergson*. São Paulo: Abril Cultural (Col. Os Pensadores), 1979 (texto originalmente publicado em 1934).

CALIMAN, L. V. *A biologia moral da atenção*. A constituição do sujeito (des)atento. Tese de doutorado. Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2006.

DELEUZE, G. *Le bergsonisme*. Paris: PUF, 1966.

_____. *Francis Bacon: Logique de la sensation* – 2 v. Paris: Éd. de la Différence, 1981.

_____. *O abecedário de Gilles Deleuze*. <http://www.ufrgs.br/faced/tomaz/abc1.htm>. Consultado em março de 2006.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs*. v.1. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 1995.

DEPRAZ, N., VARELA, F. e VERMERSCH, P. *On becominhg aware. a pragmatic of experiencing*. Philadelphia-Amsterdam: Benjamin Publishing, 2003.

- FREUD, S. “Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise”. *Obras Completas de Sigmund Freud*. v. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (texto originalmente publicado em 1912)
- HATWELL, I., STRERI, A. E GENTAZ, E. (Orgs.) *Toucher pour connaître*. Paris: PUF, 2000.
- HUSSERL, E. *De la synthèse passive*. Grenoble : Jérôme Milon, 1998.
- JAMES, W. *Principios de Psicologia*. Buenos Aires: Corrientes, (1890/1945).
- KASTRUP, V. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. *Educação e Sociedade* v. 26, n. 93, 2005, p. 1273-1288.
- _____. A aprendizagem da atenção na cognição inventiva, 2004. *Psicologia & Sociedade*, v.16, n.3, p. 7-16.
- LAPLANCHE, J. E PONTALIS, J.-B. *Vocabulário de psicanálise*. Lisboa: Moraes, 1976.
- LATOURET, B. “Promises of constructivism”, 2003. www.ensmp.fr/~latour/articles/article/087.html Consultado em agosto de 2006.
- LIMA, R. *Somos todos desatentos?* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- MACK, A. E ROCK, I. *Inattentional blindness*. Cambridge: MIT Press, Bradford Book, 1998.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, (1945/1999).
- REVESZ, G. *Psychology and art of the blind*. London: Longmans Green, 1950.
- MIALET, J-P. *L'attention*. Paris: PUF, 1999.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental*. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2006.
- _____. Molda-se uma alma contemporânea. O vazio-pleno de Lígia Clark. 1999. <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>. Consultado em agosto de 2006.
- RIBOT, T. *La psychologie de l'attention*. Paris: Alcan, 1889.
- VERMERSCH, P. La prise en compte de la dynamique attentionnelle: éléments théoriques. *Expliciter*, 43, 2002a, p. 27-39.
- _____. L'attention entre phénoménologie et sciences expérimentales: éléments de rapprochement. *Expliciter*, 44, p. 14-43, 2002b. Originalmente publicado em *Psicologia & Sociedade*, v. 19 n.1 Porto Alegre jan./abr. 2007, p. 15-22.

Pista 3

CARTOGRAFAR É ACOMPANHAR PROCESSOS

*Laura Pozzana de Barros
e Virgínia Kastrup*

A caminho do morro Santa Marta, recebi uma ligação avisando que minha companheira de entrevista não iria, mas que uma colega que tem experiência com grupos estaria lá conosco. Ao me aproximar da escadaria, lugar marcado com todos que iriam participar da entrevista, encontrei outros quatro colegas. Eles estavam vindo da creche e a primeira frase que disseram foi: *Falamos de você e você apareceu*. Risos e alegria no encontro. Fomos subindo o morro pelas vielas do Santa Marta. Gilson estava com um avental colorido que tinha um bolso com livros e a palavra “dinamizador”¹ escrita nas costas. Usava bermuda, chinelo e meia. Levando uma mala de livros, ia falando com alguns com quem cruzava ao longo do caminho. Interessante como era ele que chamava os outros e os cumprimentava. Num certo momento, alguém brincou com ele: *Vai viajar?* Ele respondeu algo como: *Sim, com a imaginação!* Foi legal e espirituoso aquele gesto do Gilson, sempre sorrindo e se fazendo ver. Em outro momento: *Vai para o Circo du Soleil?* Ele respondeu: *Estou quase lá!* Esse modo de fazer carregava uma presença e anunciava uma prática. Havia uma propagação, um contágio no ar, atrações de atenções. Logo chegamos à Biblioteca Comunitária Sol Nas-

¹ Pessoa que trabalha diretamente com as crianças na biblioteca comunitária.

cente e encontramos a Selma com algumas crianças. Fomos para a salinha de dentro, nos sentamos no chão e começamos a entrevista.

O relato anterior descreve a ida a campo de uma pesquisadora do projeto *Elos na Rede* para entrevistar um grupo de dinamizadores das atividades que acontecem nas bibliotecas comunitárias do morro Santa Marta e do morro da Mangueira de Botafogo, no Rio de Janeiro. O projeto foi realizado pelo CIESPI – Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em 2007-2008². Trata-se de um desdobramento do projeto *Rede Brincar e Aprender*³, para investigar o que vem sendo produzido, em termos de elos, nas práticas realizadas com as crianças em bibliotecas e brinquedotecas comunitárias. Buscamos verificar como o ler e o brincar, com as práticas que os cercam, são dispositivos⁴ na criação de elos – elos *entre* criança-família, criança-escola, criança-comunidade, criança-criança, criança-leitura, criança-brincadeira e também elos da criança consigo mesma. Consideramos também relevantes os elos que vêm sendo criados entre comunidade, escola, cultura, dinamizadores, parceiros e famílias, em torno do desenvolvimento e do cuidado com crianças e adolescentes. Esse projeto de pesquisa é trazido à baila neste texto para fazer corpo com uma das pistas para a prática do método da cartografia: a pesquisa cartográfica consiste no acompanhamento de processos, e não na representação de objetos. Ao compartilhar aqui o caminhar do pesquisar elos na rede, acreditamos que a ação de acompanhar processos será detectada pelo leitor.

² Agradecemos ao CIESPI e em especial à Profa. Irene Rizzini pela realização da pesquisa e pela oportunidade de compartilhar o material produzido.

³ O Projeto *Rede Brincar e Aprender* acontece desde 2002 e é coordenado por Carla Daniel Sartor, Isabella Massa e Nathercia Lacerda, no CIESPI.

⁴ Cf. V. Kastrup e R. Benevides, “As funções-movimentos do dispositivo na prática da cartografia”, nesta coletânea.

Representar objetos – uma paixão da ciência moderna

A concepção de uma pesquisa como representação de um objeto remonta ao surgimento da ciência moderna. Conforme aponta Isabelle Stengers (1993), a ciência moderna emerge como uma invenção singular, configurando-se de determinada maneira e portando como uma de suas principais características a separação entre o objeto científico e o cientista. O que confere singularidade à ciência moderna é uma prática científica que se confunde, em grande parte, com a invenção do dispositivo experimental, e remonta a Galileu. Através desse dispositivo, o cientista busca separar o sujeito e o objeto do conhecimento. Stengers enfatiza que a experimentação, enquanto prática singular, não pressupõe, mas cria a diferença entre sujeito e objeto. Trata-se então de uma distinção prática, e não filosófica. Sujeito e objeto não são categorias transcendentais, mas configurações históricas. O dispositivo experimental aparece como possibilidade de colocação à prova das hipóteses, ou seja, das invenções ou ficções do cientista. Apresentando-se como testemunha fidedigna, ele é capaz de provar que tais invenções não são invenções quaisquer, mas verdadeiras descobertas. A invenção científica surge então como um ato arriscado, visto que pode ser desmentida pelo dispositivo. Fica marcado, assim, que é próprio da ciência expor-se ativamente ao mundo, à prova dos fatos, ao risco. No contexto da ciência moderna, a distinção entre sujeito e objeto existe para garantir que o saber produzido possa ser validado de modo coletivo, pela comunidade científica.

Dois pontos que destacamos na análise de Stengers: o primeiro é que o conhecimento dito “abstrato” da ciência é na realidade o resultado de práticas concretas. O trabalho com objetos purificados através de práticas controladas, a investigação de um objeto independente de sua história e das inúmeras conexões que o ligam ao mundo, depende de práticas concretas de isolamento de variáveis, essenciais para a reprodução do fenômeno em laboratório. O segundo ponto é que, num ato irrecusavelmente político, a ciência acaba por

dobrar o poder da invenção contra o arbitrário da invenção. Dito de outra forma, a ciência inventa um dispositivo capaz de, segundo seu ponto de vista, operar a triagem entre a invenção e o que “não passa de invenção”. A ciência moderna inventa práticas de produção do conhecimento capazes de fazer desaparecer sua origem inventiva sob o manto da descoberta científica. O dispositivo experimental, concebido para realizar a separação entre sujeito e objeto, surge como dispositivo político, operando a hierarquização das invenções, ou, antes, convertendo uma delas na única representação legítima do fenômeno em questão.

O que Stengers faz ver é “a atividade apaixonada dos cientistas”, “a paixão de fazer história, de tornar ‘verdadeiramente verdadeiros’, descobertos, e não inventados, os seres cujo testemunho fidedigno o laboratório produz” (Stengers, 2000, p. 111). Não se trata de denunciar, mas de sublinhar a invenção da ciência moderna, o que permite tirar algumas conclusões. Uma delas é que há uma inventividade dispersa, contínua e incessante de toda prática científica. A história da ciência é marcada por pontos de bifurcação, por zonas de indeterminação, por pequenas quebras, que nos fazem perceber uma espécie de rizoma. Esta imagem se opõe à imagem da ciência que se faz por trajetórias e rupturas, tal como apresenta a história epistemológica. Nesse sentido, o trabalho de Stengers se aproxima do de Thomas Kuhn (1978), para quem a ciência não é resultado de uma ascense, de uma operação do pensamento abstrato ou da razão matemática. Para Kuhn, o paradigma é um modelo teórico dominante, mas também, e, sobretudo, um conjunto de práticas de constituição dos enunciados científicos e da própria cognição científica. É um conjunto complexo de conceitos, práticas, atitudes e valores que produzem enunciados e também a própria racionalidade. Por fim, seu caráter compartilhado identifica a ciência como uma prática histórica e social de construção do conhecimento.

A partir de tais colocações, insinua-se que a inventividade da ciência não é marcada pela raridade ou pela falta de solução para um problema, mas é abundante e positiva. O caráter inventivo

coloca a ciência em constante movimento de transformação, não apenas refazendo seus enunciados, mas criando novos problemas e exigindo práticas originais de investigação. É nesse contexto que surge a proposta do método da cartografia, que tem como desafio desenvolver práticas de acompanhamento de processos inventivos e de produção de subjetividades.

Acompanhar processos – a aposta da cartografia

Sempre que o cartógrafo entra em campo há processos em curso. A pesquisa de campo requer a habitação de um território que, em princípio, ele não habita. Nesta medida, a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da observação participante. O pesquisador mantém-se no campo em contato direto com as pessoas e seu território existencial. Conforme aponta Aaron Cicourel (1980), além de observar, o etnógrafo participa, em certa medida, da vida delas, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado pela experiência etnográfica. O tipo de atividade e o grau de envolvimento do pesquisador variam, dependendo do grupo, podendo ir da observação participante à participação observante. Segundo Janice Caiafa (2007), uma característica central da etnografia é o fato do pesquisador se incluir, de uma forma problemática, na pesquisa. Isto envolve, além de um nível de convivência, o problema do tipo de posição assumida e da relação que estabelece com os participantes. A ida a campo envolve

algum grau de afastamento do meio familiar. O etnógrafo busca experimentar um estranhamento. É preciso introduzir uma irregularidade na continuidade familiar, há uma interrupção do fio regular do pensamento e da vida. A situação da pesquisa caracteristicamente oferece atrito, e é esse atrito que impulsiona o pensamento, que traz novidade. Essa é a dificuldade que está em jogo no trabalho de campo – não necessariamente as agruras figuradas nos preâmbulos convencionais (Caiafa, 2007, p. 148).

Afirma ainda: “É preciso estar disponível para a exposição à novidade, quer se a encontre longe ou na vizinhança. Trata-se de uma atitude que se constrói no trabalho de campo. É que o estranhamento não está dado, é algo que se atinge, é um *processo* do trabalho de campo” (p. 149). Caiafa sublinha adiante que a relação com os participantes deve ser de agenciamento, de composição entre heterogêneos (Deleuze e Guattari, 1977; Deleuze e Parnet, 1977). O agenciamento é uma relação de cofuncionamento, descrita como um tipo de simpatia. A simpatia não é um mero sentimento de estima, mas uma composição de corpos envolvendo afecção mútua. Para Caiafa, é essa simpatia que permite ao etnógrafo entrar em relação com os heterogêneos que o cercam, agir com eles, escrever com eles. São essas também a proposta e a aposta da cartografia.

Diferente do método da ciência moderna, a cartografia não visa isolar o objeto de suas articulações históricas nem de suas conexões com o mundo. Ao contrário, o objetivo da cartografia é justamente desenhar a rede de forças à qual o objeto ou fenômeno em questão se encontra conectado, dando conta de suas modulações e de seu movimento permanente. Para isso é preciso, num certo nível, se deixar levar por esse campo coletivo de forças⁵. Não se trata de mera falta de controle de variáveis. A ausência do controle purificador da ciência experimental não significa uma atitude de relaxamento, de “deixar rolar”. A atenção mobilizada pelo cartógrafo no trabalho de campo pode ser uma via para o entendimento dessa atitude cognitiva até certo ponto paradoxal, onde há uma concentração sem focalização. O desafio é evitar que predomine a busca de informação para que então o cartógrafo possa abrir-se ao encontro⁶. Nesse sentido, usando as palavras de Suely Rolnik, do cartógrafo se espera que ele mergulhe nas intensidades do presente para “dar língua para afetos que pedem

⁵ L. da Escóssia e S. Tedesco, “O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica”, nesta coletânea.

⁶ V. Kastrup, “O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo” e E. Passos e A. do Eirado, “Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador”, nesta coletânea.

passagem (Rolnik, 2007, p. 23)”. Essa atitude, que nem sempre é fácil no início, só pode ser produzida através da prática continuada do método da cartografia e não pode ser aprendida nos livros.

Os estudos sobre os processos de produção de subjetividade têm enfrentado cotidianamente esse desafio. Estudos sobre os movimentos do desejo (Rolnik, 2007), a cognição inventiva (Kastrup, 2002), a construção coletiva de políticas públicas de saúde (Barros e Passos, 2005a; Barros e Passos, 2005b, Escóssia, 2009), o uso da arte em projetos sociais e na reinvenção existencial de pessoas com deficiência visual (Kastrup, 2007c; 2008a), práticas corporais de cuidado de si (Pozzana de Barros, 2008), o aprendizado da capoeira (Alvarez, 2007), entre outros.

Falar em investigação de processos exige que se faça uma advertência, pois a palavra processo possui dois sentidos muito distintos. O primeiro remete à ideia de processamento, o segundo à ideia de processualidade. A noção de processamento evoca a concepção de conhecimento pautada na teoria da informação. Nesta perspectiva, a pesquisa é entendida e praticada como coleta e análise de informações. Os *inputs* devem ser processados a partir de regras lógicas, que são, em última análise, as regras do método. A cognição científica surge aí como um conjunto de competências e habilidades, que configuram a lógica da pesquisa. Segundo as diretrizes do modelo computacional, que representa bem o cientista cognitivista, cabe colocar entre parênteses os fatores ditos extracognitivos, que abarcam tudo o que o fenômeno possui de relação com a história, o *socius* e o plano dos afetos.

Se, ao contrário, entendemos o processo como processualidade, estamos no coração da cartografia. Quando tem início uma pesquisa cujo objetivo é a investigação de processos de produção de subjetividade, já há, na maioria das vezes, um processo em curso. Nessa medida, o cartógrafo se encontra sempre na situação paradoxal de começar pelo meio, entre pulsações. Isso acontece não apenas porque o momento presente carrega uma história anterior, mas também porque o próprio território presente é portador de uma espessura

processual. A espessura processual é tudo aquilo que impede que o território seja um meio ambiente composto de formas a serem representadas ou de informações a serem coletadas. Em outras palavras, o território espesso contrasta com o meio informacional raso.

No contexto da ciência moderna, as etapas da pesquisa – coleta, análise e discussão de dados – constituem uma série sucessiva de momentos separados. Terminada uma tarefa, passa-se à próxima. Diferentemente, o caminho da pesquisa cartográfica é constituído de passos que se sucedem sem se separar. Como o próprio ato de caminhar, onde um passo segue o outro num movimento contínuo, cada momento da pesquisa traz consigo o anterior e se prolonga nos momentos seguintes. O objeto-processo requer uma pesquisa igualmente processual e a processualidade está presente em todos os momentos – na coleta, na análise, na discussão dos dados e também, como veremos, na escrita dos textos. Dentre os passos da pesquisa, examinaremos neste texto a produção de dados e a escrita do texto. No primeiro caso, falaremos de produção de dados e não de coleta de dados. Não se trata de uma mera mudança de palavras, de apenas evitar o vocabulário tradicional, mas de propor uma mudança conceitual, visando nomear, de modo mais claro e literal, práticas de pesquisa que se distinguem daquelas da ciência moderna cognitivista. Abordaremos também um momento habitualmente ausente dos compêndios de metodologia de pesquisa, que é a escrita do texto com os resultados da investigação. Em ambos os momentos destacaremos o caráter construtivista da atividade cartográfica, procurando apontar a dimensão coletiva desta construção. Para isso retomamos aqui a experiência de uma das autoras, que praticou a cartografia no contexto de um projeto que investigou os efeitos da leitura e do brincar em quatro comunidades de baixa renda na zona sul do Rio de Janeiro⁷.

⁷ Este projeto foi concluído com a elaboração do relatório Elos na Rede, disponível no site: www.ciespi.org.br.

Começando pelo meio

Na primeira reunião com a equipe do projeto, foi colocado que necessitavam de uma pessoa de fora para o desenvolvimento da pesquisa. Ser nova ali indicava a possibilidade de fazer ver e conhecer o que já se fazia, mas não se traduzira ainda numa investigação sistemática. Não se partia do zero, mas tudo era ainda vago e abstrato. Tratava-se de conhecer um projeto com cinco anos de vida, povoado por muitas ideias, ações e pessoas. Já naquele primeiro contato emergia a necessidade de acompanhar um processo, conhecer aquilo que o produzira e o movia até hoje. Formulava algumas questões, buscava situações concretas, a investigação estava começando.

O que acontece no campo a ser pesquisado? Lê-se e brinca-se, principalmente. Mas, para o projeto se desenvolver, muitas ações colaboram. Que ações são estas? Que referenciais teóricos podem ser instrumentos nesta pesquisa? Que autores e conceitos podem nos ajudar na reflexão e na construção de um texto? Como encaminhar a pesquisa? Respostas foram se esboçando: conhecendo o que se faz através do modo que é feito, acompanhando de perto as atividades do Rede, lendo o material produzido pela equipe responsável, fazendo visitas aos diferentes locais, assim como entrevistas individuais e em grupo. Enfim, produzindo junto um material – fazendo cartografia. O que gera a prática do *Rede Brincar e Aprender* em termos de elos? Esse é o tema. O que a pesquisa pode dizer? Isso só podemos indicar após o caminhar, a partir do presente. Mas, vamos contar do passado? Também. Um passado em movimento, que nos atravessa e transforma o futuro a cada instante.

Como política de ação, sempre se procurou compartilhar as decisões e os processos em curso. Assim, além de conhecer o projeto através do material produzido nos últimos anos (DVDs, relatórios, fotos, etc.), foi combinado um encontro com os parceiros comunitários e dinamizadores das atividades. Nesse encontro, apresentamos a pesquisa e a nova configuração da equipe que faria parte desse processo – sempre num clima acolhedor e descontraído.

O tema da pesquisa foi debatido abertamente. O que é “elo” para cada um? E como podemos fazer para investigá-lo? Qual a melhor forma de fazer a pesquisa de campo e as entrevistas? Como organizar as idas a campo? A indicação de uma parceira que trabalhava em uma das comunidades atendidas foi acolhida: fazer conversas em grupo, o que poderia evitar uma possível inibição, além de conhecer os espaços e suas histórias. Era preciso estar no campo, visitar as diferentes comunidades e ser afetado por aquilo que as afeta. Era preciso “sofrer dos mesmos sofrimentos”, como disse um parceiro da comunidade do Santa Marta, ao se referir à importância com que pessoas que trabalham nas bibliotecas e brinquedotecas sejam da comunidade. Gostaríamos de fazer falar aquilo que ainda não se encontrava na esfera do já sabido, acessar a experiência de cada um, fazer conexões, descobrir a leitura, a brincadeira, os elos e tudo o que vive no cruzamento e nas franjas desses territórios existenciais. Precisariamos estar no mesmo plano intensivo.

Como cartógrafos, nos aproximamos do campo como estrangeiros visitantes de um território que não habitamos. O território vai sendo explorado por olhares, escutas, pela sensibilidade aos odores, gostos e ritmos. Foram marcadas as visitas com os parceiros e os dinamizadores locais. Foram passeios longos, guiados pelas coordenadoras e pelos próprios moradores. Os espaços de trabalho foram apresentados em seus contextos e a comunidade ia sendo apresentada à pesquisa no mesmo movimento que a pesquisa se fazia presente. Essas visitas não procuraram por nada específico, pelo contrário, se faziam numa espécie de atenção concentrada e aberta. Como coloca Suely Rolnik (2007), o cartógrafo se define por um tipo de sensibilidade: “Entender, para o cartógrafo, não tem nada a ver com explicar e muito menos com revelar. Para ele não há nada em cima – céus da transcendência –, nem embaixo – brumas da essência. O que há em cima, embaixo e por todos os lados são intensidades buscando expressão” (p. 66). Em resumo, fomos a campo para estar junto e participar daquilo que acontece naquela comunidade; para conhecer com a cognição ampliada, isto é, aberta ao plano dos afetos.

Pesquisar com crianças

No momento da produção de dados, o método de pesquisa precisou ser inventivo para poder trocar com as crianças e tocá-las de algum modo. Desde a primeira vez que buscamos entrevistar as crianças, nos deparamos com uma dificuldade: elas não levavam muito a sério aquele encontro, respondiam a primeira coisa que lhes passava pela cabeça e as crianças seguintes repetiam “como papagaios”. Ao serem entrevistadas, muitas se envergonhavam e outras nem ligavam, falavam quase sem pensar. Era fácil que se distraíssem com brincadeiras e conversas com os amigos. Assim, tivemos que pesquisar brincando, brincando de pesquisar. Além do mais, cada campo onde o projeto estava presente possuía características próprias, modos de funcionar que imprimiam um certo ritmo e uma determinada maneira de estar. Esses elementos foram integrados no momento dos encontros, não só com as crianças, mas com todos os demais participantes. Às vezes fazíamos um lanche, outras vezes uma brincadeira, outras escutávamos uma história ou passeávamos juntos. Cada canto um encanto. A seguir apresentamos quatro relatos de como foram esses encontros *com* as crianças e de como os elos – tema da pesquisa – foram aparecendo no processo de pesquisar.

1) A primeira entrevista aconteceu na comunidade da Rocinha. Estava tudo organizado. A dinamizadora nos recebeu com calor, as crianças gostaram da nossa presença. Em roda, fomos puxando a conversa. Nada. Apresentamo-nos e ali percebi que gravar a entrevista seria complicado, pois muitos falavam ao mesmo tempo. Ao perguntar o que eles gostavam da brinquedoteca, ouvimos: livro, livro, boneca, boneca, boneca, futebol, bola, dama, dama, boneca, boneca. Depois, a pergunta: Como eles tinham chegado lá? Minha mãe, mãe, mãe, irmã, silêncio, silêncio, silêncio. Aos poucos as crianças foram parando de responder e começamos a ouvir bolinhas de gude rolando. Um certo burburinho de brincadeira rolando. Como fazer? Com muita precisão, Nathercia, uma coordenadora presente, inventou uma brincadeira onde cada um ficava com uma bolinha

de gude, que ia rolando pelas frestas entre os azulejos. Cada um era uma bolinha e todos reunidos brincavam de responder perguntas na hora que as bolinhas se encontravam. Assim funcionou, eles se auto-organizaram. Bastou começar para o jogo pegar. As crianças se apresentavam, perguntavam umas para as outras como tinham chegado ali, o que gostavam de fazer naquele espaço, do que lembravam quando estavam em casa, etc.

Uma hora depois, entrevistando as crianças maiores, fomos para o lado de fora da sala. Conversamos com as crianças com o acordo de brincarmos depois de padeiro-padeira. Assim foi. A brincadeira performatizava a ideia de eles, cada um ia se ligando aos outros, formando uma corrente. Cantávamos uma música e incluíamos mais uma criança na rede. Ao final, ela arreventava e todos ficavam soltos. Antes de irmos embora, as crianças que tinham sido entrevistadas antes vieram até nós, dizendo que tinham uma surpresa. A sala, antes bagunçada, estava arrumadíssima. Podíamos ver o amor delas por aquele espaço. Um elo-territorial se fazia presente.

2) No morro Santa Marta, a combinação era outra. Iríamos fazer a entrevista no meio de uma programação de leitura e pintura. Para entrar na roda, levei uma história, um livro que gostava muito e que gostaria de ler. *Uma Pena Uma Saudade*, de Francisca Nóbrega, história de amor entre uma menina e um colibri. Após lida a história, silêncio. Alguns comentaram ter gostado, outros ficaram mudos. Depois, as crianças se distribuíram pelas duas salas do espaço e começaram a pintar e desenhar, algumas com lápis, outras com pincel e outras com as mãos. Fui de um em um fazer perguntas e conversar um pouco. Perguntava nome, idade, como a criança tinha chegado ali e ficado. Depois ia me interessando pelo gostar da criança, pelo que contava do espaço e pelas lembranças marcantes. Às vezes um livro se fazia presente, um livro lido, levado para casa, ou mesmo um livro criado coletivamente. Outras vezes era o passeio o que mais tocava a criança. O contato com as pessoas também era explicitado. A atenção que recebia do dinamizador, a amizade e a alegria compartilhada. No primeiro momento, compartilhamos uma prática comum ali: ler.

E toda a atmosfera participava do pesquisar. Depois, todos em roda, tomamos um lanche e alguns pediram para serem entrevistados. Bebel, uma das meninas que frequenta a biblioteca, ficou grande parte do tempo ao meu lado, a entrevistadora do dia. Quase sem ser notada, desenhou uma borboleta em sua mão, pegou minha mão e apertou uma contra a outra. Como um carimbo, a borboleta ficou impressa na minha mão, que fiquei muito emocionada ao sentir a singeleza daquele gesto. Um elo nascia, com aquela borboleta, entre Laura, Bebel e a biblioteca.

3) Na comunidade da Mangueira de Botafogo, no morro Tabajaras, fui até a biblioteca para me fazer conhecer – ficar um pouco por lá e conversar com as crianças antes da entrevista. Cheguei às 14h, como combinado, mas estava todo mundo um pouco atrasado. Uma companheira estava a caminho, a outra havia feito uma faxina no espaço e estava indo tomar um banho. Tudo bem. Entrei no espaço da biblioteca, dei umas voltas e sentei à mesa para esperar. Havia um moço por lá, ajudando na arrumação. Logo que me sentei e silenciosamente peguei um livro para ler, ele me perguntou se eu era escritora. Estranhei a pergunta, mas gostei de ser chamada para conversar. Falei que não, que escrevo e leio, mas como pesquisadora e leitora. Falei que era psicóloga. Perguntei sobre ele e ele se disse voluntário na biblioteca. Falou que dava uma ajuda quando é preciso e que ali ele era professor de dança para crianças (acho que para adultos também). Ele contou gostar muito da troca que acontecia ali. Acha gratificante o trabalho e, sobretudo o carinho das crianças. Disse: “Quando as crianças me veem na rua e correm para me abraçar, dizendo ‘Tio!!!’ – é a parte boa da história”. Gostei desse papo com o Wilson (acho que seu nome é esse).

Isabella, uma das coordenadoras, chegou quase às 15h. Deixou as coisas para o lanche no andar de cima e desceu para nos encontrar. Trouxe consigo as ilustrações para montar uma exposição de desenhos de autores latino-americanos. Lindas. Como o tempo era curto e não tínhamos programado como expô-las, resolvemos selecionar as em preto e branco e deixar as coloridas para um outro

dia. Botamos as ilustrações escolhidas expostas sobre a mesa. Gabriela, responsável pela dinâmica dali, falou ter chamado as crianças, fazendo também um pequeno cartaz que estava na porta do prédio do centro comunitário, anunciando três coisas: uma exposição, um lanche e um enigma – Quem é Laura? Achei curiosa aquela formulação e fiquei atenta com o que viria a seguir.

Aos poucos, as crianças foram chegando e se colocando na sala de fora, ao lado da biblioteca comunitária. Começamos a reunir os presentes numa grande roda, sentados em cadeiras. Eram aproximadamente 25 pessoas, contando conosco, crianças mais velhas e crianças bem pequenas. Começamos o papo, falando um pouco dos últimos encontros, recontando a história dali e lembrando que eu já havia estado com alguns deles. Depois, surgiu a pergunta de se alguém sabia quem eu era, o que eu fazia. Foi reforçado o enigma: Quem é Laura? Algumas crianças começaram a falar: escritora, ilustradora... Lembrei do moço que havia perguntado se eu era escritora. Foi dada uma dica: ela cuida de gente e também daquilo que as pessoas falam. Alguns falaram: médica, escritora, bióloga, professora. Havia certa bagunça ao fazerem comentários sobre quem eu era. Mas havia concentração também. Com mais algumas dicas chegaram: eu era psicóloga. Falei um pouco sobre isso e que eu também era pesquisadora. Ia perguntar sobre o que eles faziam naquele espaço, para poder escrever sobre o trabalho. As ilustrações foram sendo apresentadas. A proposta era ir à sala ao lado, em duplas, escolher uma ilustração, olhá-la e depois contar um pouco sobre ela, fazendo uma leitura do desenho. Houve certa timidez no início, mas depois seguiu bem.

Depois de uma rodada de histórias, em que cada um falou da ilustração escolhida, fomos trazendo o lanche. Eu tinha um compromisso com hora marcada em Copacabana e precisei sair meio correndo. Pena! Na hora que dei tchau, gostei de ouvi-los falar juntos com ritmo e em alto e bom tom meu nome: Lau-ra! tan tan tan! Lau-ra! tan tan tan! Deu uma forte impressão que eles tinham me conhecido um pouco. Rolou um elo entre nós. Penso.

Duas semanas depois voltei lá para fazer as entrevistas. Organizamos uma atividade com ilustrações coloridas. Logo em seguida, formou-se voluntariamente o primeiro grupo para a entrevista, com quatro crianças. As outras foram lanchar. Em seguida, um outro grupo se apresentava e seguíamos entrevistando. As crianças estavam esperando para conversar, queriam contar de si e daquilo que gostavam na biblioteca comunitária. Podia-se perceber o entusiasmo de estar ali e participar daquele território. Um elo com a prática. Com um gravador, fomos brincar de repórter – assim nos colocamos. Ao perguntar, fazíamos uma certa cena, dando importância ao momento. As crianças falavam com seriedade e atenção às perguntas, respeitando a hora do outro falar. Fizemos perguntas mais objetivas, para conhecer nomes, idades e como eles haviam chegado naqueles espaços. Mas íamos investigando o gosto por aquele trabalho na biblioteca, com perguntas que despertavam a memória e os afetos, como: Se vocês fossem daqui para outro lugar, o que vocês levariam? Como você contaria para um amigo o que tem nesse espaço? Foi surpreendente a fala de um menino de 10 anos, quando foi perguntado sobre o que mais gostava. “Ler, quero ler todos os livros daqui. Se eu pudesse levaria a estante toda para a minha casa”. E um outro: “O que mais gosto é conhecer gente, gosto dos dias de passeio e quando temos visitas”. O elo com a dinamizadora e com as outras crianças era verbalizado o tempo todo, falando de amizade e atenção. Ao final, era notável como gostaram do momento-entrevista.

4) Na comunidade do Horto, a primeira combinação para encontrar as crianças não havia dado certo. Chegamos às 10 horas na ladeira da Margarida, que havia sido o local combinado, mas nenhuma criança apareceu. Conseguimos falar com a Joana, ex-dinamizadora do trabalho do *Rede*, mas que segue em contato com as crianças, por ser vizinha, ser referência para as crianças e, sobretudo, por gostar desses momentos. Soubemos que muitos foram dormir tarde e outros não estavam por lá. Ficamos um pouco frustrados com o “furo”, mas nos demos conta de que naquela prática com crianças os tratos precisam ser flexíveis e levar em conta os acasos do

dia a dia. As crianças se encontram porque querem, porque gostam, porque preferem isto a outra coisa, como, por exemplo, ver TV ou ficar em casa. Na segunda tentativa fomos à tarde e conseguimos entrevistá-las. Vicente, da equipe do *Rede*, participou desse encontro. Levou para cada criança um exemplar de um livro feito por ele com as histórias e as brincadeiras da ladeira da Margarida. Sentamos numa mesa que foi montada na hora, ao ar livre, comemos pipoca e tomamos suco de maracujá. Ali, começamos a conversar anunciando que iríamos fazer uma entrevista com eles, que seria como brincar de repórter. Nos apresentamos uns para os outros, dizendo a idade, de onde era e onde estudava. Todos eram dali e tinham de 7 a 13 anos. Como a comunidade está no meio do verde, o forte é a brincadeira na rua. Perguntamos como eles se organizam e do que mais gostam de fazer com a Joana. O quente era sempre estar junto e brincar. Mas foi interessante notar como a presença de uma pessoa adulta fazia diferença para eles, que comentavam brigar menos e aprender com ela. No meio dessa conversa, fizemos uma negociação: terminada a entrevista iríamos todos brincar de pique-esconde. Para nós, pesquisadoras, a brincadeira foi uma maneira de conhecê-los, saber um pouco como se moviam naquele espaço, em que velocidades e, mais ainda, que nomes tinham. Brincar de pique-esconde se dá com um pegador que, num local escolhido, fecha os olhos e conta até 100. Depois, sai à procura dos outros que se esconderam. Ao encontrar alguém, anuncia seu nome: por exemplo, pique-um-dois-três-Guilherme! Assim, com todos, até o último, que pode ser pego ou libertar os que foram vistos antes dele: pique-um-dois-três-salve-todos! Como o jogo só termina depois que todos aparecem, o jogo foi uma maneira divertida de sabermos uns dos outros. E, mais, de sentir na pele o que é ficar horas naquele território.

Na pesquisa *Elos na Rede*, foram entrevistadas diferentes categorias que colaboram no desenvolvimento das práticas em torno das bibliotecas e brinquedotecas comunitárias: dinamizadores, familiares, crianças, parceiros comunitários e a equipe que toca e coordena o projeto. A maioria das entrevistas foi em grupo e algumas

foram individuais. Aproximadamente 100 pessoas foram entrevistadas. As conversas foram gravadas e posteriormente transcritas. Como era de se esperar, após todos os encontros eram centenas de páginas com informações e muitas imagens, momentos, histórias, memórias e expressões, por onde os elos transitavam. Somando a isso, os relatos das pesquisadoras após cada visita a campo; havia muito material *produzido*, que não existia anteriormente. O primeiro passo foi ler tudo, quase que desinteressadamente, sem querer nada, apenas aprender com o próprio caminhar. Rememorar e dar-se conta. Algumas falas, alguns instantes descritos em palavras sobressaíam, se faziam ver com força e intensidade. Às vezes era uma única cena, como foi o caso da menina que desenhou em sua mão uma borboleta e a carimbou na mão da pesquisadora. Ou ainda, um menino que ao ser perguntado sobre o que dali era necessário para ele, responde solenemente: “A atenção que recebo”. Outras vezes, os temas se fazem presentes pela recorrência. Por exemplo, as crianças ressaltam que gostam dos passeios. A importância dos passeios também é destacada pelos dinamizadores, parceiros e familiares. Muito material. Como cruzar tantas falas, reflexões teóricas e os problemas da pesquisa? A leitura atenta de todo o material deixou um rastro, abriu um campo de ressonâncias, angustiou e aticou o pensamento. Tínhamos nós para serem desatados. Como seguir? Como dar continuidade ao processo?

Buscamos uma saída no coletivo, fazendo uma reunião com a equipe para construirmos juntos diretrizes de análise. Propusemos uma roda de movimento⁸ com a ideia inicial de fazer com que cada um estivesse acordado, em conexão, nos *elos na rede*. O movimento corporal era intercalado com as perguntas, visando fazer falar. Palavras foram surgindo do contato com afetos desta história que se faz. Muitas falas e sensações se apresentaram no processo. Algumas se fizeram presentes e reverberaram com o material produzido, outras

⁸ Cf. L. Pozzana de Barros *O Corpo em Conexão: Sistema Rio Aberto*, EdUFF, Niterói, 2008

pareciam não fazer sentido. As considerações despertadas e trocadas em roda com a equipe contribuíram na formulação de indicadores para a análise das entrevistas. Intensivamente, esse momento compartilhado contribuiu para a detecção de linhas, de forças que perpassavam o coletivo. De volta à leitura do material produzido (entrevistas e relatos de campo), percebemos novas articulações naquelas falas e descrições. Navegávamos com mais sentido, mesmo sem saber exatamente onde íamos chegar. Nesse caso, a roda foi uma estratégia de produção de critérios de análise⁹.

A última reunião da pesquisa *Elos na Rede* aconteceu no Santa Marta. Na reunião com os integrantes da equipe e parceiros comunitários, foram apresentados, para serem compartilhados, alguns pontos de análise e como estava sendo entendida a noção de “elos”. Sônia, que é moradora do Santa Marta e que tem um belo trabalho de customização e confecção de roupas chamado *Costurando Ideais*, gentilmente abrigava a reunião em seu ateliê de trabalho. No início expôs as roupas que tinha à venda, vendeu algumas peças e se pôs na roda, no canto da sala, e *costurou* o tempo todo. Ia calmamente tecendo fios, permeada pelas palavras e pelos afetos que estavam circulando naquele momento. Gostaram muito quando pontuamos que não se tratava de uma rede onde precisamos nos inserir e nos adaptar. Se viram dentro de uma rede que já acontece, uma rede abundante, forte e viva, que segue criando.

Os textos da pesquisa: relatos e produção coletiva

Há uma prática preciosa para a cartografia que é a escrita e/ou o desenho em um diário de campo ou caderno de anotações. Os cadernos são como os *hipomnemata*, que Michel Foucault (1992)

⁹ Métodos como análise de conteúdo e análise do discurso são também compatíveis com o método da cartografia, desde que não levem a um congelamento dos dados ou ocasionem a perda da dimensão de transformação do processo que está sendo investigado.

discute ao apresentar as práticas de si dos gregos. Com o objetivo administrativo de reunir o *logos* fragmentado, os *hipomnemata* “constituíam uma memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas [...] Formavam também uma matéria-prima para a redação de tratados mais sistemáticos” (p. 135). Podemos dizer que para a cartografia essas anotações colaboram na produção de dados de uma pesquisa e têm a função de transformar observações e frases captadas na experiência de campo em conhecimento e modos de fazer. Há transformação de experiência em conhecimento e de conhecimento em experiência, numa circularidade aberta ao tempo que passa. Há coprodução. As observações anotadas são como um material para ter à mão, “não apenas no sentido de poderem ser trazidos à consciência, mas no sentido de que se deve poder utilizá-los, logo que necessário, na ação” (p. 136).

Para a pesquisa cartográfica são feitos relatos regulares, após as visitas e as atividades, que reúnem tanto informações objetivas quanto impressões que emergem no encontro com o campo. Os relatos contêm informações precisas – o dia da atividade, qual foi ela, quem estava presente, quem era responsável, comportando também uma descrição mais ou menos detalhada – e contêm também impressões e informações menos nítidas, que vêm a ser precisadas e explicitadas posteriormente. Esses relatos não se baseiam em opiniões, interpretações ou análises objetivas, mas buscam, sobretudo, captar e descrever aquilo que se dá no plano intensivo das forças e dos afetos. Podem conter associações que ocorrem ao pesquisador durante a observação ou no momento em que o relato está sendo elaborado. É interessante ressaltar que o momento da preparação do relato funciona muitas vezes como um momento de explicitação de experiências que foram vividas pelo cartógrafo, mas que permaneciam até então num nível implícito, inconsciente e pré-refletido (Vermersch, 2000). Por esse motivo, a escrita do relato não deve ser um mero registro de informações que se julga importante. Longe de ser um momento burocrático, sua elaboração requer até mesmo um certo recolhimento, cujo objetivo é possibilitar

um retorno à experiência do campo, para que se possa então falar de dentro da experiência e não de fora, ou seja, sobre a experiência. Há uma processualidade na própria escrita. Um processo aparentemente individual ganha uma dimensão claramente coletiva quando o texto traz à cena falas e diálogos que emergem nas sessões ou visitas ao campo. Quando há uma equipe que trabalha junto, após ser elaborado por um membro, o relato é apresentado ao grupo em reuniões, ganhando a contribuição dos demais participantes.

O diário de campo é um elemento importante para a elaboração dos textos que apresentarão os resultados da pesquisa. A polifonia do texto (Bahktin, 1990; 2003) é sempre um objetivo e também um desafio, comparecendo de diferentes modos. A multiplicidade de vozes, onde participantes e autores de textos teóricos entram em agenciamento coletivo de enunciação (Deleuze e Guattari, 1977), é uma delas. No campo da antropologia, James Clifford (2002) adverte quanto ao cuidado de não representar os “outros” de maneira geral e abstrata: “os nativos” (no nosso caso, “as crianças”, “os jovens”, “a comunidade”, “os moradores do morro”). Aponta ainda para o perigo da filtragem dos fatos e de tornar invisível a observação participante. Daí a importância da adoção de procedimentos de escrita que deem visibilidade ao processo de construção coletiva do conhecimento, que se expressa num texto polifônico. Nesta direção, Clifford defende a manutenção e sustentação da alteridade no próprio texto. A apresentação de diálogos literais é um caminho fecundo, mas o mais importante é que os escritos devem guardar o caráter de totalidades não homogêneas.

Nesta mesma direção, Janice Caiafa aponta que a pesquisa etnográfica envolve “a confecção de um relato muito especial, onde é preciso transmitir o que se observou na pesquisa. Nesse relato o etnógrafo deverá dar conta não só do que viu e viveu, falando em seu próprio nome, mas também do que ouviu no campo, do que lhe contaram, dos relatos dos outros sobre a sua própria experiência” (Caiafa, 2007, p. 138). É muitas vezes tentador para o pesquisador introduzir, através da interpretação, uma coerência, mesmo que

ilusória, aparando as arestas quando a pesquisa não fecha suas conclusões num todo homogêneo. Numa outra direção, Caiafa aposta num método-pensamento, em que a experiência singular com os outros não se separe da experimentação com a própria escritura. A interpretação não deve se sobrepor à alteridade e à novidade trazida pelos eventos do campo. A experiência de campo, com todas as suas arestas e estranhezas deve trabalhar contra as tendências generalizantes, simplificadoras e redutoras. Não se trata de opor a empiria segura à teoria generalizante. Quando a interpretação sobrecodifica a experiência de campo, não estamos frente à “teoria”, mas a um certo uso da teoria, a um certo uso dos conceitos, que geralmente acompanha uma certa maneira de viver o trabalho de campo. “Quando a experiência de campo inspira a teoria, é possível conseguir uma inteligibilidade dos fenômenos que pouco tem de interpretação, é antes mais uma forma de experimentação, agora com o pensamento e a escritura” (Caiafa, 2007, p. 140).

Nesse sentido, a política da escrita é sintonizada e coerente com a política de pesquisa e de produção de dados no campo. A política de não fazer dos participantes meros objetos da pesquisa e da construção coletiva do conhecimento revela-se aí com toda a sua força. A política da escrita deve incluir as contradições, os conflitos, os enigmas e os problemas que restam em aberto. Não é necessário que as conclusões constituam todos fechados e homogêneos, nem é desejável que estas sejam meras confirmações de modelos teóricos preexistentes. As aberturas de um trabalho de pesquisa abrem linhas de continuidade, que podem ser seguidas pelo próprio pesquisador, ou por outros que sejam afetados pelos problemas que ele levanta. Em síntese, a expansão do campo problemático de uma pesquisa ocorre por suas conclusões, mas também por suas inconclusões. E é através dos textos que um novo problema ou uma nova abordagem dos problemas pode se propagar e produzir efeitos de intervenção num campo de pesquisa, transformando um estado de coisas (Kastrup, 2008b).

Quando lemos sentenças como: “pensamos em você e você apareceu”, “quase sem ser notada, desenhou uma borboleta em sua mão, pegou minha mão e apertou uma contra a outra”, “ler, quero ler todos os livros daqui” e “pique-um-dois-três-salve-todos!”, somos transportados por afetos. Afetos próprios de um território, de um projeto, de um modo de fazer. Assim, os relatos são exemplos de como a escrita, ancorada na experiência, performatizando os acontecimentos, pode contribuir para a produção de dados numa pesquisa. Ao escrever detalhes do campo com expressões, paisagens e sensações, o coletivo se faz presente no processo de produção de um texto. Nesse ponto, não é mais um sujeito pesquisador a delimitar seu objeto. Sujeito e objeto se fazem juntos, emergem de um plano afetivo. O tema da pesquisa aparece com o pesquisar. Ele não fica escondido, disfarçado ou apenas evocado. No encontro de leitura, na brincadeira, na pintura, no lanche e nas conversas, como pesquisadoras, atentas ao plano dos acontecimentos, íamos sendo despertadas para os elos, nasciam elos em nós. Cada palavra, em conexão com o calor do que é experimentado, nasce dos elos na rede e em nós pesquisadoras. Cada palavra se faz viva e inventiva. Carrega uma vida. Podemos dizer que assim a pesquisa se faz em movimento, no acompanhamento de processos, que nos tocam, nos transformam e produzem mundos.

Abordando a pista “cartografar é acompanhar processos”, procuramos apontar que a processualidade está presente em cada momento da pesquisa. A processualidade se faz presente nos avanços e nas paradas, em campo, em letras e linhas, na escrita, em nós. A cartografia parte do reconhecimento de que, o tempo todo, estamos em processos, em obra. O acompanhamento de tais processos depende de uma atitude, de um *ethos*, e não está garantida de antemão. Ela requer aprendizado e atenção permanente, pois sempre podemos ser assaltados pela política cognitiva do pesquisador cognitivista: aquele que se isola do objeto de estudo na busca de soluções, regras, invariantes. O acompanhamento dos processos exige também a produção coletiva do conhecimento. Há um coletivo se fazendo *com*

a pesquisa, há uma pesquisa se fazendo *com* o coletivo. A produção dos dados é processual e a processualidade se prolonga no momento da análise do material, que se faz também no tempo, com o tempo, em sintonia com o coletivo. Da mesma maneira, o texto que traz e faz circular os resultados da pesquisa é igualmente processual e coletivo, resultado dos muitos encontros.

Mesmo o cientista que trabalha isolando variáveis produz conhecimento e mundo. O cartógrafo, imerso no plano das intensidades, lançado ao aprendizado dos afetos, se abre ao movimento de um território. No contato, varia, discerne variáveis de um processo de produção. Assim, detecta no trabalho de campo, no estudo e na escrita, variáveis em conexão, vidas que emergem e criam uma prática coletiva.

Referências

- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARROS, R. B.; PASSOS, E. Humanização na saúde: um novo modismo? *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, São Paulo, v. 9, n. n.17, 2005b, p. 389-394.
- _____. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, 2005a, p. 561-571.
- CAIAFA, J. *Aventura das cidades*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1007.
- CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. In: Alba Zaluar Guimarães (seleção, introdução e revisão técnica) *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980.
- CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- _____. *Dialogues*. Paris: Flammarion, 1977.
- ESCÓSSIA, L. da. O coletivo como plano de criação na saúde pública. *Interface. Comunicação, Saúde e Educação*, vol. 13, suplemento 1, 2009. (no prelo).

- FOUCAULT, M. A escrita de si. In: *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992.
- KASTRUP, V. Cartografias literárias. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, 14.2, 2002, p. 75-94.
- _____. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a.
- _____. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, v.19, n.1, 2007b, p. 15-22.
- _____. A invenção na ponta dos dedos: a reversão da atenção em pessoas com deficiência visual. *Psicologia em Revista*, 2007c, p. 69-89.
- _____. O lado de dentro da experiência: atenção a si e produção de subjetividade numa oficina de cerâmica para pessoas com deficiência visual adquirida. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(1), 2008a, p. 186-199.
- _____. O método da cartografia e os quatro níveis da pesquisa-intervenção. In: Lúcia Rabello de Castro e Vera Lopes Besset (orgs.). *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Nau, 2008b, p. 465-489.
- KASTRUP, V. e POZZANA de BARROS, L. *Livração: a intervenção de uma oficina de leitura num território habitado pela violência* (inédito).
- KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- POZZANA de BARROS, L. *O Corpo em Conexão: Sistema Rio Aberto*. Niterói: EdUFF, 2008.
- ROLNIK, S. *Cartografia sentimental*. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- STENGERS, I. *L'invention des sciences modernes*. Paris: La Decouverte, 1993.
- _____. *As políticas da razão*. Lisboa: Edições 70, 2000.
- VARELA, F. *Conhecer*. Lisboa: Edições 70, 1995.
- VERMERSH, P. *L'entretien d'explicitation*. Issy-les-Molineaux: ESF, 2000.

Pista 4

MOVIMENTOS-FUNÇÕES DO DISPOSITIVO NA PRÁTICA DA CARTOGRAFIA

*Virgínia Kastrup
e Regina Benevides de Barros*

Os fenômenos de produção da subjetividade possuem como características o movimento, a transformação, a processualidade. Por tal natureza, a subjetividade é refratária a um método de investigação que vise representar um objeto e requer um método capaz de acompanhar o processo em curso. As questões que se colocam são: como encontrar um método de investigação que expresse o processo que está em andamento? Como não limitar nossa investigação aos produtos desse processo? Trabalhando com um objeto em movimento, como não perdê-lo em categorias fixadas, que deixam fora da cena o fluxo processual no qual as subjetividades foram produzidas?

Encontramos na cartografia, um método formulado por Gilles Deleuze e Félix Guattari (Deleuze e Guattari, 1995; Guattari, 1986), um caminho que nos ajuda no estudo da subjetividade dadas algumas de suas características. Em primeiro lugar, a cartografia não comparece como um método pronto, embora possamos encontrar pistas para praticá-lo. Falamos em praticar a cartografia e não em aplicar a cartografia, pois não se trata de um método baseado em regras gerais que servem para casos particulares. A cartografia é um procedimento *ad hoc*, a ser construído caso a caso. Temos sempre, portanto, cartografias praticadas em domínios específicos.

Em segundo lugar, notamos que a proposta de Deleuze e Guattari não é a de uma abordagem histórica ou longitudinal, e sim geográfica e transversal. A opção pelo método cartográfico, ao

revelar sua proximidade com a geografia, ratifica sua pertinência para acompanhar a processualidade dos processos de subjetivação que ocorrem a partir de uma configuração de elementos, forças ou linhas que atuam simultaneamente. As configurações subjetivas não apenas resultam de um processo histórico que lhes molda estratos, mas portam em si mesmas processualidade, guardando a potência do movimento. Ao mesmo tempo, a cartografia é um método transversal porque funciona na desestabilização daqueles eixos cartesianos (vertical/horizontal), onde as formas se apresentam previamente categorizadas. Assim, a operação de transversalização consiste na captação dos movimentos constituintes das formas e não do já constituído do/no produto. O método vai se fazendo no acompanhamento dos movimentos das subjetividades e dos territórios.

Trata-se, então, de um método processual, criado em sintonia com o domínio igualmente processual que ele abarca. Nesse sentido, o método não fornece um modelo de investigação. Esta se faz através de pistas, estratégias e procedimentos concretos. A pista que nos ocupa é que a cartografia, enquanto método, sempre requer, para funcionar, procedimentos concretos encarnados em dispositivos. Os dispositivos, como veremos, desempenham funções importantes e definidas nesse funcionamento.

Michel Foucault (1979) nomeia dispositivo “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (p. 244). Foucault afirma, ainda, que a relação entre os elementos do dispositivo indica a existência de mudança de posições e modificação de funções. Para ele um dispositivo responde sempre a uma urgência, que se revela por sua função estratégica ou dominante.

Comentando esse conceito de Foucault, Deleuze indica a composição de qualquer dispositivo: ele “é de início um novo, um conjunto multilinear. Ele é composto de linhas de natureza

diferente” (Deleuze, 1990). Destaca, assim, quatro tipos de linha: a de visibilidade, a de enunciação, a de força e a de subjetivação. Os dispositivos são, por um lado, “máquinas que fazem ver e falar”. Com isso, Deleuze indica que em cada formação histórica há maneiras de sentir, perceber e dizer que conformam regiões de visibilidade e campos de dizibilidade (linhas de visibilidade e de enunciação). Isso quer dizer que em cada época, em cada estrato histórico, existem camadas de coisas e palavras. O método, portanto, não consiste numa luminosidade geral capaz de iluminar objetos preexistentes, assim como não existem enunciados que não estejam enviados a linhas de enunciação, elas mesmas compondo regimes que fazem nascer os enunciados. A realidade é feita de modos de iluminação e de regimes discursivos. O saber é a combinação dos visíveis e dizíveis de um estrato, não havendo nada antes dele, nada por debaixo dele. Trata-se, então, de extrair as variações que não cessam de passar. Como ele nos diz em outro texto: “É preciso pegar as coisas para extrair delas as visibilidades... é necessário rachar as palavras ou as frases para delas extrair os enunciados” (Deleuze, 1992).

Um dispositivo comporta, ainda, linhas de força. Aqui se destaca a dimensão do poder-saber. Essas linhas levam as palavras e as coisas à luta incessante por sua afirmação. Elas operam “no vai-e-vem do ver ao dizer e inversamente, ativo como as flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras sem cessar de levá-las à batalha” (Deleuze, 1990). Essas linhas passam por todos os pontos do dispositivo e nos levam a estar em *meio* a elas o tempo todo.

Mas, um dispositivo também é composto de linhas de subjetivação, linhas que inventam modos de existir. A dimensão do si não está, portanto, determinada *a priori*: “A linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade, num dispositivo: ela deve se fazer, para que o dispositivo a deixe ou a torne possível...” (Deleuze, 1990). Deleuze questiona se as linhas de subjetivação não seriam a borda extrema de um dispositivo, podendo vir a delinear a passagem de um dispositivo a outro. Nesse caso, a ação do dispositivo se apresenta em seu maior grau de intensidade, franqueando

limiares variados de desterritorialização nos modos dominantes de subjetivação.

Da filosofia dos dispositivos podemos tirar consequências, como nos indica Deleuze. A primeira é o repúdio dos universais, e a segunda, não menos contundente, é a “mudança de orientação, que se desloca do eterno para apreender o novo”. A indicação parece-nos clara: o dispositivo alia-se aos processos de criação e o trabalho do pesquisador, do cartógrafo, se dá no desembaraçamento das linhas que o compõem – linhas de visibilidade, de enunciação, de força, de subjetivação. Trabalhar com dispositivos implica-nos, portanto, com um processo de acompanhamento de seus efeitos, não bastando apenas pô-lo a funcionar.

Pretendemos contribuir, neste texto, na problematização das funções do dispositivo na prática cartográfica de acompanhamento dos processos de produção de subjetividade. Centraremos nossa análise em dois dispositivos: a clínica e a oficina de práticas artísticas. Todavia, veremos que cada um desses dois dispositivos inventa concretamente outros dispositivos locais que possibilitam sua operação. Trata-se, então, de dispositivos dentro de dispositivos, como na série bonecas russas. Se dissemos série é exatamente para indicar a relação de ligação, de elo, entre os termos. Nesse caso, a série é de dispositivos-dispositivos, indicando o agenciamento concreto que permite acompanhar seu funcionamento, seus efeitos. A clínica e a oficina, enquanto práticas de subjetivação, extraem a função de dispositivo de certos agenciamentos que revelam a potência de fazer falar, fazer ver e estabelecer relações. Em nosso entendimento, a função do dispositivo se faz através de três movimentos, o que torna necessário falar de movimentos-funções. São eles: (1) movimento-função de referência; (2) movimento-função de explicitação; (3) movimento-função de transformação-produção.

Procuraremos apontar que a prática cartográfica requer um dispositivo de funcionamento mais ou menos regular, em que se articulam a repetição e a variação, que nomeamos movimento-função de referência (1). Além disso, apontaremos que o método da cartografia

possui duas dimensões indissociáveis: a pesquisa e a intervenção. A clínica e a oficina oferecem-se como espaços-tempos de visibilidade e enunciação, enfim, um território de pesquisa a ser explorado. Essa exploração corresponde, num primeiro nível, a um trabalho cujo movimento-função é de explicitação das linhas que participam do processo de produção em curso. (2) Trata-se aí de atualizar o que lá operava de maneira implícita e virtual. Por outro lado, a prática da cartografia cria condições para a transformação das relações entre os elementos/linhas/vetores afetivos, cognitivos, institucionais, micro e macropolíticos, acionando movimentos e sustentando processos de produção. Nesse sentido, a cartografia produz efeitos de produção e transformação da realidade¹, que também devem ser analisados. (3) Indicaremos que, além de servir à pesquisa, a atividade de cartografar não se faz sem a introdução de modificações no estado de coisas e mesmo sem interferir no processo em questão. Enfim, procuraremos examinar que através de três movimentos-funções – de referência, de explicitação das linhas e de produção-transformação da realidade – o dispositivo cria condições concretas para a prática da cartografia.

O movimento-função de referência: o caso do caderno

Ressaltamos o movimento-função de referência como aquele que trabalha com a mesma matéria do circuito claudicante da repetição. Para enfrentar esta repetição há que se criar/usar/fazer funcionar o dispositivo com regularidade. Melhor dizendo, há que extrair da regularidade do dispositivo, do modo regular com que ele pode ser apresentado, sua força desviante de repetição. A referência, aqui, menos do que apontar para uma pessoa-de-referência se dá como um modo de funcionar, ou fazer funcionar uma ligação. O que está

¹ Cf. L. da Escóssia e S. Tedesco, “O coletivo de forças como plano de experiência cartográfica” e E. Passos e R. Benevides, “A cartografia como método de pesquisa-intervenção”, ambos nesta coletânea.

em questão, portanto, é a qualidade desta ligação, desse vínculo que permita experimentar a configuração de um novo território existencial. O movimento-função de referência, então, resta como um índice que, acionado, estabelece ligações não com a situação ou a pessoa em causa de uma suposta ou imaginária primeira ligação, mas com o regime assignificante de afecções. Essa referência ajuda a criação de uma posição subjetivadora, posição que faz a passagem.

O dispositivo é, dessa forma, sempre uma série de práticas e de funcionamentos que produzem efeitos. Tomar a clínica como um dispositivo força-nos à investigação dos modos concretos com que os agenciamentos se estabelecem e como os territórios existenciais se arranjam. Mas tal investigação, temos insistido, se faz num duplo movimento: inclinar-se e desviar (Passos e Benevides de Barros, 2001). Assim, a clínica é acolhimento daquele que chega, acompanhamento dos trajetos claudicantes que se repetem e experimentação dos limites das formas, forçando suas bordas, desviando-se das linhas e riscos de recodificação.

Nesse acompanhamento, em que acolher e desviar se estabelecem como tensão-condição de subjetivação, a clínica como dispositivo funciona em série com outros dispositivos: o tempo (des)marcado, o (não) lugar das sessões/encontros entre terapeuta e paciente ou outro qualquer marcador que indique a referência, o que dá contorno à experiência. Lembremos, em especial, que o dispositivo exige ligações sempre locais, encarnadas/encharcadas de materialidade. Assim, é imperativo, para que a clínica funcione, a criação de dispositivos concretos e locais.

Mário vai viajar. Ele tem medo. Não sorri. A tensão cresce à medida que chega o dia de embarcar. Vacila entre a alegria da conquista de ter sido convidado para participar de um seminário fora do Brasil e o medo de seu medo crescer, especialmente longe de seu território-casa, sua pequena família-território. É frequente se olhar no espelho e não se reconhecer. Há, segundo ele, uma distância entre a imagem que nele vê projetada e a que tem de si mesmo. Esta muito mais nova, mais bonita.

O trabalho clínico já acontece há 3 anos e nele vimos, experimentamos os limites que para ele sempre soam como ameaçadores. A cada passagem do/no limiar temores/tremores/suores, medo. Sonha com sua casa ruindo, assaltantes a invadindo. Sente-se frequentemente ameaçado, mas vai aos poucos se reconhecendo como capaz de criar. Esse é um ponto forte: ele é empreendedor, gosta de estar em equipe, agrega, tem propostas, executa-as. Gosta muito do que faz e parece ser um bom profissional.

A viagem vem como crescimento profissional. Ele quer ir, mas teme. Teme a solidão... o encontro consigo? E o que ele fará se for acometido daquelas angústias que só recentemente ele começa a aprender a lidar? Estará só. O que se passará? Trabalhamos, colocamos em análise seus movimentos. Tentamos uma cartografia. Tomamos algumas linhas liberadas na desterritorialização provocada pela viagem. A desterritorialização desmarca o conhecimento-controlado do território e aparece um plano informe que assusta pelo que este porta de impessoal. Lançamo-nos. Mergulhamos juntos neste plano informe do desterritorializado, mas mantemos a referência, um (in)certo contorno. Naquele momento, a sessão de análise é referência. Mas... ele iria viajar... como fazer?

Pensa em desistir, tinha medo. Ao mesmo tempo, queria ir. Como fazer?

Arrisquei: “Por que você não leva um caderninho, uma espécie de diário e escreve todas as vezes que tiver medo, que se angustiar?”. Silêncio. Mário parecia não ter sequer ouvido a proposta. Achei melhor calar... vai ver que tinha “errado na mão”, não era hora...

Nas próximas sessões o tema volta: viagem-medo-solidão-angústia-olho no espelho que estranha o que vê. Falamos sobre modos de viver o desterritorializado. Silenciamos por vezes. Tateamos buscando encontrar novos contornos, referências. A palavra, emergente do plano, parecia fulgurar. Era isto! Referência, pontos de território na desmontagem que se

anunciava com a viagem. A pergunta que insistia era “como”. Como construir um projeto-referência? Ele arrisca: compra um caderno, passa a registrar o que acha importante e o traz para as sessões. Em algumas delas, lê o que havia escrito, em outras apenas fica com o caderno nas mãos e fala sobre outras coisas. Um mês depois, viaja. Leva e usa o caderno. Inicialmente, relata em seu retorno, como urgência. Gradativamente usa-o com mais soltura, registrando impressões, detalhes da viagem, curiosidades que seu olhar, mais atento, conseguia captar-reinventar. O tempo todo, como referência.

Certamente o caderno não deve ser tomado como receita, não é modelo, não é prescrição, não é uma pedagogia. O caderno-dispositivo teve função de referência.

No caderno, as linhas escritas por Mário indicavam os modos de ver e de dizer permitindo novos regimes de enunciação e de subjetivação.

Movimento-função de explicitação: entrevistas com os cegos

A noção de explicitação é oriunda da fenomenologia e designa o ato de trazer à consciência uma dimensão pré-reflexiva da ação. Segundo Pierre Vermersch (2000), toda ação se dá juntamente com experiências que podem subsistir em nós de maneira implícita. Vermersch propõe uma técnica de entrevista que tem o objetivo de explicitá-las, possibilitando atos de devir-consciente e a transformação da ação. Utilizamos aqui a noção de explicitação de maneira ampliada, explorando a potência que os processos de devir-consciente possuem de produzir subjetividades. Numa pesquisa desenvolvida numa oficina de cerâmica para pessoas com deficiência visual², a entrevista de explicitação funcionou como

² A oficina acontece no Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, e é coordenada pela ceramista Clara Fonseca. A pesquisa “Atenção e invenção

um dispositivo dentro de outro dispositivo. Outros territórios de pesquisa-intervenção, como a clínica, também podem se valer de dispositivos que se mostrem capazes de facilitar a explicitação das linhas em curso.

As oficinas de práticas artísticas têm sido amplamente utilizadas nos trabalhos comunitários, na reforma psiquiátrica e na reinvenção existencial de pessoas com deficiência. Oficinas literárias, de cerâmica, teatro e música têm tido sua importância reconhecida nas áreas da saúde e da educação. Sua função é por vezes entendida como de ocupação do tempo, saída da ociosidade e capacitação profissional. Todavia, tal entendimento não toca o ponto essencial: seu movimento-função de explicitação de linhas que aciona processos de produção de subjetividade.

O que caracteriza a oficina é ser um espaço de aprendizagem, não apenas de técnicas artísticas, mas de aprendizagem inventiva, no sentido em que ali tem lugar processos de invenção de si e do mundo (Kastrup, 2007; 2008). Como espaços coletivos, são territórios de fazer junto. O processo de aprendizagem inventiva se faz através do trabalho com materiais flexíveis, que se prestam à transformação e à criação. Os participantes da oficina estabelecem com tais materiais agenciamentos, relações de dupla captura (Deleuze, 1998), criando e sendo criados, num movimento de coengendramento. Ao fazer e inventar coisas, se inventam ao mesmo tempo. Nas oficinas ocorrem relações com as pessoas, com o material e consigo mesmo.

Na oficina de cerâmica em questão, acompanhamos o trabalho de pessoas que haviam perdido a visão e que estavam aprendendo a reinventar suas vidas. O grupo era bastante heterogêneo, composto de pessoas oriundas de meios sociais distintos e com profissões variadas: um cozinheiro, uma professora de música, um motorista de táxi, uma artista plástica, um piloto de provas, uma designer de joias, um mecânico de

na produção coletiva de imagens” utiliza o método cartográfico, vem sendo realizada desde 2004 e é apoiada pelo CNPq.

caminhão e por aí vai. Havia também muitas diferenças quanto à natureza e ao grau de deficiência visual, bem como ao tipo de relação que as pessoas estabelecem com a deficiência. O método da cartografia exigiu a identificação das linhas circulantes na oficina de cerâmica. Estávamos cartografando um território que não habitávamos e perguntamos: que falas circulam no dispositivo? De saída, percebemos a forte presença do vetor cerâmica nas falas dos participantes. Frequentemente falavam da peça que se estavam fazendo, dos próximos projetos, das exposições que haviam visitado, muito mais do que de suas deficiências visuais. Isto se mostrou um dado interessante, indicando a abertura do território existencial daquelas pessoas e a criação de novas conexões com o mundo (já que nenhuma delas tinha ligação anterior com a cerâmica).

O que o dispositivo-oficina faz ver? Ora, a pesquisa abria um domínio cognitivo marcado pela heterogeneidade, onde nós, videntes, deveríamos cartografar o funcionamento cognitivo de pessoas sem visão. O que eles percebem quando não veem? Num território como o da oficina de cerâmica, o tato logo ganhou importância, bem como a qualidade da atenção mobilizada durante o processo de criação, abrindo uma linha específica de investigação (Kastrup, 2007b; 2008). Métodos de primeira pessoa se revelaram necessários e foi nessa medida que recorremos à entrevista de explicitação. Através das falas dos participantes, ficou evidenciado que era necessário levar em consideração sua inserção num mundo hegemonicamente fundamentado em parâmetros visuais. Nas entrevistas surgiram com frequência situações de desentendimento e atrito com videntes, bem como linhas de ignorância e preconceito em relação à pessoa com deficiência visual.

Um homem conta que enxergava normalmente e descobriu que era diabético aos trinta e poucos anos. A perda da visão aconteceu de uma hora pra outra e teve um efeito devastador

na sua vida. “Foi na hora, de repente. Aí eu não vi mais. Então eu fiquei muito tempo, fiquei uns quatro anos jogado no sofá. O sofá chegou a ficar com um buraco onde eu estava sentado. Eu me afastei dos meus amigos e das pessoas que conviviam comigo até aquela época. As pessoas desciam pra conversar e ficavam lá comentando. A gente se reunia pra falar de jornal, pra trocar ideia sobre os jornais. Aí, de vez em quando, o pessoal falava: ‘Lê aqui’. Isso foi me chateando porque eu achei que estavam zombando de mim. Então eu me afastei deles. Isso ainda foi pior pra mim. Aí fiquei lá um tempão. Quem passou a ser o meu amigo foi o rádio. Aí um dia, mais ou menos à meia-noite, eu estava ouvindo o rádio, aí escutei uma menina daqui, uma aluna dessas internas, adolescente. Ela falou que queria fazer amizade e tal e falou do Benjamin [Constant]. Memorizando o número que ela deu, eu liguei pra ela na hora. Aí ela me atendeu e eu falei: “Poxa! Eu tô com um problema assim, assim e tal. Já tem quatro anos que eu tô aqui em casa sem fazer nada. Como é que eu faço pra ir pra lá?”. A menina marcou um dia e disse para chamá-la quando chegasse lá. Assim ele fez. Ela o conduziu à divisão de reabilitação e ele passou a frequentar as diversas atividades que eram oferecidas. “Aí foi a minha salvação! Depois disso a minha vida mudou muito. Agora eu não esquento mais. Quando eu estou no meio do pessoal e o pessoal fala o negócio de ler, eu não esquento mais. Voltei a descer, já voltei a aceitar a brincadeira. Muda mesmo, a história da gente muda. Aí já passei a incentivar outras pessoas a virem pra cá. Às vezes eu ligo pra rádio e incentivo às pessoas a virem. Também liguei pra agradecer. E trouxe gente pra cá, trouxe outras pessoas”.

No caso em questão, o rádio foi um importante dispositivo para provocar a guinada capaz de reverter o efeito devastador ocasionado pela perda da visão. Em seguida, surgiram outros dispositivos, como a oficina de cerâmica, com os quais foram criados agenciamentos. O homem afirma que gosta da oficina de cerâmica

porque ela “eleva um pouco a nossa autoestima”. Ele observa que a prática da cerâmica tem melhorado a relação que ele tem consigo. De fato, pudemos verificar que a prática artística dá acesso a uma dimensão de virtualidade do si, concorrendo assim para a abertura da crosta identificatória da “deficiência” que muitas vezes recobre a subjetividade dos cegos. No lugar da deficiência, surge uma experiência de potência, de criação, o que possibilita, ao mesmo tempo, uma experiência de autocriação. Ressaltamos que as investigações indicaram que a mudança da relação consigo se faz pela experiência da autocriação. Isso difere dos trabalhos sobre autoestima, tão em voga nos dias atuais, que destacam a importância do outro, ou seja, das outras pessoas e daquilo que elas expressam e verbalizam, na constituição da autoestima, também chamada aí de dimensão avaliativa do autoconceito. Nas explicações correntes é a relação com os outros que molda a relação consigo. Numa outra direção, argumentamos que a oficina de cerâmica não reforça a camada externa do *self* e suas marcas identificatórias, mas abre a dimensão de virtualidade da subjetividade.

Foram explicitadas diversas outras experiências de atrito ou desentendimento com videntes. Um homem que possuía baixa visão descreveu a seguinte situação:

“Eu tava noutro dia no ponto do ônibus, lá em Manilha, perto de Itaboraí. Tinha uma senhora, com duas crianças. Aí eu disse: ‘Minha senhora, por gentileza, se vier o ônibus tal a senhora dá um alô pra mim?’. E ainda fui sincero: ‘Porque eu não enxergo bem, eu não vejo à distância’. Ela olhou pra mim e disse: ‘Oh, moço, você, com uns óculos desses, será que você não enxerga o número do ônibus?’.” A fala da senhora revelava o seguinte raciocínio: quanto mais grossas forem as lentes dos óculos, melhor será a qualidade da visão. O homem ficou com raiva e respondeu: “Enxergo sim, senhora. O próximo ônibus que vier eu vou enxergar o número e vou falar pra senhora”. Por ficar irritado com a mulher, desistiu do pedido de ajuda. “Aí eu deixei o ônibus vim, vim, vim,

e o ônibus parou numa distância de um metro e meio, no ponto, no ponto. Aí eu levantei a cabeça, olhei, olhei, e disse: ‘Esse ônibus é o ônibus tal, né, minha senhora?’.” E concluiu: “Quer dizer, nós têm que saber passar por isso! Porque ela dizer: ‘Moço, você, com uns óculos desses, não enxerga o número do ônibus?’”. Ora, ela tá ruim mesmo, né? Quer dizer, a gente ainda tem que saber se comportar pra não responder mal. Pra nós não entender que ela disse aquilo com deboche. Porque ela não tem a menor noção, ela não sabe quantas pessoas tá aqui dentro cega, ela nunca foi num campo desses. Nós sabe que ela realmente é fraca sobre esse assunto!”

Linhas de dizibilidade se cruzam com linhas de poder e se transformam em linhas de subjetivação. O encontro no ponto do ônibus suscitou no homem o pensamento de que além de ter que enfrentar dificuldades em relação à percepção da distância, ao deslocamento no espaço e à circulação na cidade, a pessoa com deficiência visual tem que aprender a lidar com videntes que, por desconhecerem as particularidades da deficiência visual, acabam não prestando a eles a ajuda que necessitam. O encontro suscitou nele a indignação pelo tratamento que a mulher lhe conferiu e desenvolveu um questionamento acerca da atitude dos videntes, concluindo, com precisão, que existem pessoas que são “fracas” no assunto deficiência visual.

As falas dos participantes revelam que o problema da deficiência visual coloca em questão nossa capacidade de lidar com a alteridade, com o que a diferença produz em nós. Ainda é marcante um grande desconhecimento acerca do funcionamento cognitivo das pessoas com deficiência visual por parte da maioria da população. Por mais que se tenha avançado nos últimos anos, a representação social da cegueira ainda é marcada pelo preconceito, pautada na crença de uma grande incapacidade e às vezes mesmo numa suposta deficiência intelectual generalizada em função da perda da visão. Por outro lado, vários dos entrevistados ressaltaram os efeitos produzidos pela entrada numa instituição que oferece uma rede de cuidados e de

práticas que criam condições para enfrentar sua situação de pessoa cega. Um deles destaca “o quanto o Instituto já abriu de espaço, o quanto já abriu de horizonte, mesmo sem a gente enxergar. Porque nós tem um horizonte dentro de nós...”. A instituição-Instituto, a oficina de cerâmica, a entrevista, o rádio mostraram-se dispositivos dentro de dispositivos, série de elos, de agenciamentos concretos produtores de subjetividade.

Movimento-função de produção de realidade: o efeito de confluência das funções de referência e de explicitação

Vimos na função de referência que esta se dá como imediata criação de território existencial. A função de referência, neste sentido, se localiza no ponto onde a repetição, ao se fazer, vai tensionando de tal modo o território existente que o faz reverberar até seus limites. Esse movimento expande o que no sintoma, no que é núcleo duro da repetição, impede a criação. Acionar não apenas o sintoma, mas o que escapa dele, parece-nos indicar o ponto de intercessão da função de referência com a função de produção-transformação da realidade. Mas, como isso se dá? Num interessante movimento paradoxal, a função de referência cria no território o contorno necessário para se experimentar a desterritorialização que permitirá a produção-transformação da realidade. Desse modo, a função de referência estabelece pontos de (re)conhecimento para que um outro processo de criação se inicie, desta vez, longe do que no antigo território impedia a diferenciação.

Vimos também que para que haja explicitação deve ser acessado o plano das experiências pré-refletidas. Varela, Thompson e Rosch (2003) referem-se ao ele como plano da virtualidade do si, por situar-se aquém do si-mesmo constituído e por ser de onde o si-mesmo emerge e se transforma. Por tocar nesse plano, “o devir-consciente coloca em curso um processo de produção de subjetividade que passa a ocorrer no momento em que há um devir

da consciência” (Kastrup, 2005, p. 54). No momento da prática da cerâmica há um duplo movimento da subjetividade. O primeiro vai em direção ao plano da virtualidade do si. O segundo movimento vai deste plano até a consciência. Trata-se aí de uma espécie de tomada de consciência, no sentido de uma *awareness* da virtualidade. Mais do que um movimento de conscientização ou reflexão acerca de um estado de coisas, trata-se aqui de perceber, atentar ou tomar ciência de uma virtualidade ou de um campo de forças. É esse duplo movimento que dá à oficina de cerâmica uma função de produção. A cartografia da oficina de cerâmica, bem como a entrevista de explicitação, devem acompanhar tais processos em curso, o que inclui tanto seguir o mergulho no plano de virtualidade da subjetividade quanto os movimentos de *awareness* das experiências implícitas e pré-refletidas. Por sua vez, a cartografia cria seus próprios dispositivos, produzindo novos movimentos de explicitação, que geram outros efeitos de produção-transformação. Enfim, embora a cartografia vise ao estudo de subjetividades, a investigação se faz através da habitação de um território, o que significa abordá-las por suas conexões, pelos agenciamentos que estabelecem com o que lhes é exterior. Nesse caso, a função de produção de realidade abarca tanto a produção de subjetividades quanto a dos territórios nos quais elas se prolongam.

Afirmamos: o método cartográfico, como modo de acompanhar processos³ de produção de subjetividade, requer dispositivos. O que caracteriza um dispositivo é sua capacidade de irrupção naquilo que se encontra bloqueado para a criação, é seu teor de liberdade em se desfazer dos códigos, que dão a tudo o mesmo sentido. O dispositivo tensiona, movimenta, desloca para outro lugar, provoca outros agenciamentos. Ele é feito de conexões e, ao mesmo tempo, produz outras. Tais conexões não obedecem a nenhum plano predeterminado, elas se fazem num campo de afecção onde partes podem se juntar a outras sem com isso fazer um todo. Numa cartografia, o que se faz

³ Cf. L. Pozzana e V. Kastrup, “Cartografar é acompanhar processos”, nesta coletânea.

é acompanhar as linhas que se traçam, marcar os pontos de ruptura e de enrijecimento, analisar os cruzamentos dessas linhas diversas que funcionam ao mesmo tempo. Daí nos interessar saber quais movimentos-funções o dispositivo realiza. Referência, explicitação e transformação são três movimentos-funções a serem explorados quando se está comprometido com os processo de produção de subjetividade.

Referências

DELEUZE, G. ¿Que és un dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, p. 155-161. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento: www.escolanomade.org Consultado em 15/08/2008.

_____. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34 Letras, 1992.

DELEUZE, G. e PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Mil Platôs*, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUATTARI, F. *Les années d'hiver: 1980-1985*. Paris: Bernard Barrault, 1986.

KASTRUP, V. O devir-consciente em rodas de poesia. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, 17.2, 2005, p. 45-60.

_____. *A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007a.

_____. A invenção na ponta dos dedos: a reversão da atenção em pessoas com deficiência visual. *Psicologia em Revista*, 2007b, p. 69-89.

_____. O lado de dentro da experiência: atenção a si e produção de subjetividade numa oficina de cerâmica para pessoas com deficiência visual adquirida. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(1), 2008, p. 186-199.

PASSOS, E., BENEVIDES DE BARROS, R. Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo. *Psicologia Clínica Pós-Graduação e Pesquisa (PUC/RJ)*, v. 13, 2001, p. 89-99.

VARELA, F., THOMPSON, E. e ROSCH, E. *A mente incorporada*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VERMERSH, P. *L'entretien d'explicitation*. Issy-les-Moulineaux: ESF, 2000.

Pista 5

O COLETIVO DE FORÇAS COMO PLANO DE EXPERIÊNCIA CARTOGRÁFICA

*Liliana da Escóssia
e Silvia Tedesco*

No contexto do livro, desenvolveremos neste texto a pista que indica a cartografia como prática de construção de um plano coletivo de forças. Plano geralmente desconsiderado pelas perspectivas tradicionais de conhecimento, ele revela a gênese constante das formas empíricas, ou seja, o processo de produção dos objetos do mundo, entre eles, os efeitos de subjetivação. Ao lado dos contornos estáveis do que denominamos formas, objetos ou sujeitos, coexiste o plano das forças que os produzem. Longe de limitar seu olhar à realidade fixa, tal como propõe a abordagem da representação, a cartografia visa à ampliação de nossa concepção de mundo para incluir o plano movente da realidade das coisas. Nessa direção, apontaremos a dupla natureza da cartografia, ao mesmo tempo como pesquisa e intervenção¹. De um lado, como processo de conhecimento que não se restringe a descrever ou classificar os contornos formais dos objetos do mundo, mas principalmente preocupa-se em traçar o movimento próprio que os anima, ou seja, seu processo constante de produção. De outro, assinalaremos a cartografia como prática de intervenção, mostrando que acessar o plano das forças é já habitá-lo e, nesse sentido, os atos de cartógrafo, sendo também coletivos de forças,

¹ E. Passos e R. Benevides, “A cartografia como método de pesquisa-intervenção”, nesta coletânea.

participam e intervêm nas mudanças e, principalmente, nas derivas transformadoras que aí se dão.

Para tal, abordaremos esse plano de efetivação das práticas de pesquisa cartográfica a partir de um duplo movimento. No primeiro, a noção de coletivo transindividual comparece para esclarecer a modalidade peculiar de funcionamento desse plano. Será necessária sua distinção em relação ao modo como a noção de coletivo tem sido habitualmente definida nas ciências humanas e sociais, analisando as consequências de tal noção para as práticas de pesquisa. No segundo, de natureza empírica, trazemos à cena uma experiência de pesquisa em saúde pública, como estratégia de exercício sensível do conceito de coletivo, reconhecido por nós como plano efetivo da experiência do conhecer/fazer, própria à cartografia e outros tipos de pesquisa-intervenção.

Coletivo de forças como superação da dicotomia indivíduo sociedade

De saída, a expressão coletivo de forças remete a determinada abordagem do conceito de coletivo, derivada de uma rede conceitual composta por pensadores como Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault, Gilbert Simondon, Gabriel Tarde e René Lourau, dentre outros. Nessa rede conceitual, a noção de coletivo distingue-se do modo como a psicologia e a sociologia entendem esse termo. Quando é confundido com o conceito de social, o coletivo designa o domínio da organização formal da sociedade reconhecida nas diferentes instituições que a constituem e, assim, aproxima-se de noções como a de Estado, sociedade, comunidade, coletividade, povo, nação, massa, classe ou da dinâmica das interações grupais. Coletivo e social aparecem aí em oposição a indivíduo. Esse modo de apreensão psicológica e sociológica dos conceitos de coletivo e de social deriva de um modo de pensar a realidade, característico da modernidade e que responde por outras dicotomizações, tais como: teoria-prática, sujeito-objeto, natureza-

cultura, mente-corpo, normal-patológico, saúde-doença, trabalho manual-trabalho intelectual.²

Porém, na rede conceitual indicada, é possível apreender o coletivo longe dessa visão dicotômica sobre coletivo e indivíduo. A oposição é substituída pelo entendimento do coletivo a partir de relações estabelecidas entre dois planos – o plano das formas e o plano das forças – que produzem a realidade. Embora distintos, os dois planos não se opõem, e sim constroem entre si relações de reciprocidade que asseguram cruzamentos múltiplos.

O plano das formas corresponde ao plano de organização da realidade (Deleuze e Parnet, 1998) ou plano do instituído (Lourau, 1995) e concerne às figuras já estabilizadas – individuais ou coletivas. Também se incluem aí os objetos que acreditamos constituir a realidade: coisas e estados de coisa, com contornos definidos que lhes emprestam caráter constante e cujos limites parecem claramente distingui-los uns dos outros. As formas do mundo constituem-se naquilo que o pensamento da representação³ reconhece como objetos do conhecimento, com suas regularidades apreensíveis por leis, pelo cálculo probabilístico das ciências.

No entanto, afastados desse modelo de conhecimento, os objetos do mundo, diferente de possuírem natureza fixa, de ostentarem invariância, abrem-se à variação, ou melhor, estão em constante processo de transformação. Eles são resultantes de composições do plano das formas com o plano movente das forças ou coletivo de forças. O que algumas ciências e filosofias tomam por realidades atemporais são, na verdade, efeitos da relação entre os dois planos. As formas resultam dos jogos de forças e correspondem a coagulações, a conglomerados de vetores. A delimitação formal dos objetos do mundo resulta da lentificação e da redundância que a

² Ver L. da Escóssia (2004), que apresenta um estudo sobre o conceito de coletivo, buscando superar essa lógica dicotômica.

³ Sobre o pensamento da representação ver L. Pozzana e V. Kastrup, “Cartografar é acompanhar processos”, nesta coletânea.

configuração das forças assume num momento dado. Ou seja, graças à provisória estabilização dos jogos de força somos convencidos da universalidade do mundo a nossa volta (Deleuze, 1995)

Ao articularmos as teses de Michel Foucault sobre o saber com o conceito de individuação de Simondon, esclarecemos melhor o processo genealógico da produção das formas conceituais e empíricas a partir do jogo ou diagrama de forças. Segundo Foucault, a realidade com que lidamos emerge do processo de produção do saber, efeito do movimento convergente de forças, de caráter discursivo e não discursivo – duas modalidades de práticas distintas, porém em relação de reciprocidade constante e que produzem realidades. Entre as práticas discursivas ou de dizibilidade (Deleuze, 1988), encontram-se os atos realizados nos signos e que decidem sobre tudo aquilo que podemos dizer do mundo. As práticas não discursivas ou de visibilidade referem-se às ações mudas dos corpos e criam modalidades de ver. Ou seja, a realidade é resultante de modos de ver e de dizer produzidos num determinado momento histórico (Foucault, 1979).

É nesse sentido que as conceituações das ciências humanas têm falhado ao considerar o coletivo como restrito ao que já é em si mesmo uma forma ou uma figura fechada, ignorando-o em sua dimensão mais ampla. Em tal dimensão, o conceito de coletivo refere-se ao plano das forças também definido como plano de consistência ou de imanência (Deleuze e Parnet, 1998) ou, ainda, plano do instituinte (Lourau, 1995). É também o plano em que as forças entram em relação: “relações de movimento e de repouso, de velocidade e de lentidão, entre elementos não formados, relativamente não formados, moléculas ou partículas levadas por fluxos. Se ele desconhece figuras conceituais ou empíricas, tampouco conhece sujeitos, os grupos sociais, as coletividades, a sociedade...” (Deleuze e Parnet, 1998, p. 108).

Também encontramos na obra de Gilbert Simondon ferramentas conceituais que nos permitem pensar o coletivo de forças como plano genealógico das formas do mundo abandonando a

concepção fixa e preestabelecida de realidade para concebê-la em movimento contínuo de criação ou individuação. Simondon (1989) denomina esse plano genealógico de transindividual ou pré-individual. Temos, então, um coletivo transindividual, entendido como espaço-tempo entre o individual e o social, espaço dos interstícios, plano de criação das formas individuais e sociais, origem de toda mudança.

Para a caracterização desse plano, Simondon apresenta-nos um sistema metaestável, portador de intensidades quânticas que não atingem uma situação de equilíbrio, seja pela compensação das forças, seja por sua redução. A metaestabilidade não é tampouco um estado de desequilíbrio, intervalo entre períodos de equilíbrio. Ao contrário, a disparidade entre os componentes traduz sua natureza real. Compõe-se de valores extremos jamais conciliáveis, de partículas descontínuas, tais como as descritas pela física quântica que, pelo aleatório de sua trajetória, fazem de seus componentes uma “materialidade energética em movimento” (Deleuze e Guattari, 1997).

A matéria pré-individual é definida por sua natureza não delimitável em contornos precisos. Por esse motivo, é descrita como fluxo de energia, como variações que interferem a todo instante na gênese contínua dos indivíduos. Isso traz consequências metodológicas importantes: qualquer que seja o nosso objeto de pesquisa é preciso tomá-lo em sua dupla face, ou seja, como uma forma individuada que, devido à franja de pré-individualidade que carrega consigo, está em constante movimento, em vias de diferir.

Note-se que ao optar pelo uso do termo plano de forças e não campo de forças, buscamos o afastamento da tradição iniciada no século XIX e que inspira as ciências naturais e as ciências humanas a pensar os fenômenos como resultantes do equilíbrio da dinâmica de forças. Surgida na física de Maxwell e reafirmada pela psicologia da Gestalt, por exemplo, a noção de campo de forças substituiu a ideia de um mundo formado de partículas isoladas, posteriormente ligadas umas às outras por forças externas às partes.

Na concepção de campo dinâmico, as relações são primeiras em relação aos termos ligados. Segundo essa concepção, o espaço inteiro estaria coberto por linhas de força constituidoras de um campo dinâmico, no qual a ação entre os corpos é determinada pela configuração de forças presentes no conjunto total do campo. Percebe-se, em comum à concepção de campo de forças e plano de forças, a prioridade aferida às relações na constituição da realidade. Ou seja, antes de definir a substância própria aos corpos que, então, entrariam em relação uns com outros, transportando suas características originais para essa operação relacional entre corpos, são as relações que determinam as propriedades das partes. Até esse ponto, as duas posições se aproximam.

Porém duas distinções precisam ser marcadas. O campo de forças é regido por princípios universais. Cada teoria elege regras invariáveis de funcionamento desse campo como garantia da manutenção de um *télos* fixo, de uma direção inalterável de todo fenômeno que, por sua vez, confere homogeneidade à natureza das relações aí instaladas. A composição de forças pode variar a cada momento, porém é sempre previsível a direção seguida, imprimindo ao movimento geral uma única direção. No caso em questão, os teóricos da Gestalt afirmam a tendência ao equilíbrio, como a lógica invariante, reguladora dos fenômenos da realidade. Já na concepção de plano coletivo de forças, não existem regras fixas, modos privilegiados de relação. As modalidades dos elos e as direções multiplicam-se nas diferentes composições momentâneas e locais entre as forças. Ao mesmo tempo, o ideal de equilíbrio, como direção única e privilegiada, também desaparece. A pluralidade substitui a síntese unificadora, e o princípio de estabilidade dá lugar à dinâmica da metaestabilidade.

Assim como pudemos pensar a distinção entre o plano das formas e o plano das forças a partir dos conceitos de pré-individual e metaestabilidade de Simondon, cabe apontar a inevitável relação entre os dois planos, explicitada por esse pensador, através do conceito de individuação. A individuação é definida como o processo através do qual ocorre a constituição das formas individuadas, dos indivíduos

físicos, orgânicos, psíquicos e sociais. Esse processo de tomada de forma pressupõe, segundo Simondon (1964), uma defasagem ou desdobramento do ser em duas dimensões. Uma delas a dimensão individuada, marcada pela tendência à repetição de si e, portanto, reconhecida por regularidades facilmente delimitáveis e, neste sentido, capturável pelo exercício da representação. A outra dimensão seria a do pré-individual, constituída por pontos singulares, isto é, por puras diferenças potenciais, alheias à ordenação. Como afirmado anteriormente, essa realidade pré-individual – condição prévia da individuação – é um sistema metaestável, rico em potenciais, portador de intensidades e singularidades. Enquanto a dimensão do individuado ostenta aparente contorno e homogeneidade interna, esta outra, a do pré-individual, é caracterizada justamente pela inexistência de limites e por sua dessimetria. Visto não existir repetição entre os componentes do segundo plano, não há denominador comum que os unifique ou elos classificadores, úteis às estratégias de organização.

Os objetos ou fatos empíricos, como formas individualizadas, possuem uma realidade pré-individual. Do contato entre os dois planos dessimétricos – por serem possuidores de regimes de funcionamento díspares – criam-se estados críticos, situações problemáticas que exigem a procura de resoluções. As singularidades, em contato com a forma, propõem-lhe novas direções. Outras ordens são anunciadas e, com elas, novos princípios capazes de lidar com a incompatibilidade. O ser passa a ser descrito pela busca incessante dos modos de regulação compatíveis com as diferenças. Cada nova fase individuada redefine tanto o individuado quanto o pré-individual. E o que é mais importante: todo ser individuado (um indivíduo, um grupo social, uma instituição) permanece, após a individuação, com uma carga pré-individual que pode ser ativada a qualquer momento, o que os torna seres sempre inacabados e em permanente processo de individuação.

Vemos aqui a dimensão pré-individual ou transindividual, como um plano de intensidades e singularidades impessoais que permanecem acopladas às formas individuadas como uma franja

de virtualidades, permitindo sempre novas individuações. Novas formas surgem a partir de novos estados críticos gerados na comunicação entre as duas dimensões. O coletivo transindividual é o plano instituinte e molecular do coletivo. No entanto, ele não é um plano transcendente, mas um plano imanente e concreto de práticas e de relações ético-políticas. Nesse sentido, o olhar do pesquisador voltado exclusivamente ao plano das formas instituídas revela sua insuficiência, na medida em que deixaria de fora da investigação parte constituinte do objeto estudado. As coisas e os estados de coisas, presentes no plano das formas, não seriam realidades fixas, mas efeito de recortes temporais do processo e corresponderiam a determinados momentos ou fases do contínuo movimento de variação gerado pelo contato. O que queremos ressaltar é que o saber nunca está frente a formas fixas, dadas desde sempre. Nesse sentido, o que as práticas do saber, filosóficas ou científicas, realizam, quando referendadas ao modelo da representação, são recortes nesse processo sempre em andamento. Consequentemente, tomam determinados momentos do processo, caracterizados por certa lentificação, como paralisações e assim interpretam como constância universal o que corresponderia apenas a uma fase de um processo maior (Kastrup, Tedesco e Passos, 2008).

O método da cartografia e o plano coletivo de forças

Restritas à dimensão das formas, as metodologias tradicionais de pesquisa não conseguem apreender a marca mais genuína da realidade, seu processo contínuo de individuação, ou se preferirmos, seu processo de criação. O desafio da cartografia é justamente a investigação de formas, porém, indissociadas de sua dimensão processual, ou seja, do plano coletivo das forças moventes.

Se o plano pré-individual das forças está sempre presente, ao lado do plano das formas, como potência para novas individuações, acessar o plano coletivo de forças é essencial à pesquisa cartográfica. Em primeiro lugar, para provocar a ampliação do olhar e assim ser

capaz de atingir outras dimensões dos objetos do conhecimento, ou seja, a processualidade que marca os acontecimentos do mundo. E, em segundo lugar, para realizar-se como pesquisa intervenção. Pois aceder a dimensão movente da realidade significa afetar as condições de gênese dos objetos, e assim poder intervir e fazer derivar, num processo de diferenciação, novas formas ainda não atualizadas.

Sendo assim, duas questões se impõem ao cartógrafo. A primeira é se toda e qualquer prática ativa esse plano pré-individual e molecular do coletivo. A segunda é se determinadas práticas obstruem o acesso a esse plano de criação trabalhando a favor da permanência e cristalização das formas, enquanto outras acionam tal plano. Perguntamos: como, em nossas práticas da cartografia, podemos trabalhar a favor da ativação do plano transindividual? Ou não se trata de ativação, mas de construção do plano transindividual?

Aspe e Combes (2004) afirmam que “o transindividual deve ser construído, elaborado (s/p)” e que para isso é preciso “encontrar modalidades pelas quais a transindividualidade possa existir fora do ato especulativo” (s/p). Trata-se de modos de fazer específicos, de métodos competentes em aceder ao plano de forças. Acreditamos que a cartografia, pela indissociabilidade que opera entre pesquisa e intervenção, indica essa possibilidade de construção de domínios coletivos e metaestáveis, para além da mera observação ou descrição de realidades coletivas.

Tal competência dirige-se à construção de um plano no qual as relações escapem à organização, normalmente estabelecida pelo pensamento da representação, no plano das formas. As classificações, hierarquizações, dicotomias, formas e figuras, tão familiares a nossa realidade cotidiana, precisam desaparecer, mesmo que por instantes, para que os corpos se exponham em seu estado de variação o mais intenso, isto é, como qualidades puras ainda não reduzidas às categorias da representação. Como puras diferenças ou forças livres da organização do pensamento representacional e das ações corriqueiras, os componentes do coletivo afetam o plano da

organização das formas para instaurar condições de diferenciação recíproca, produzindo um a mais de força, agilizando vetores de criação de novas formas que não pertenciam a nenhum dos componentes já existentes e nem ao somatório desses. É do encontro, do contágio recíproco ali operado entre as diferenças puras, constituintes do plano coletivo de forças, ou coletivo transindividual, que as novas formas ganham realidade.

Experimentações cartográficas na saúde pública

Entre 2004 e 2006 realizamos uma pesquisa cujo objetivo foi cartografar as práticas dos psicólogos no campo da saúde mental em Aracaju⁴. Antes de iniciar a pesquisa, já tínhamos uma inserção nesse campo específico, como supervisores de estágio em Psicologia e Instituição de Saúde Mental. Ou seja, havia um movimento de intervenção institucional que se desdobra a partir de um determinado momento e se constituiu como pesquisa cartográfica.

Numa primeira etapa, visitamos serviços da rede substitutiva (CAPS e Centros de Referência em Saúde Mental), entrevistamos psicólogos e realizamos observação participante em algumas atividades dos CAPS. Com isso, pudemos fazer um levantamento inicial das modalidades de práticas existentes no campo, da relação que os psicólogos estabeleciam entre essas práticas e alguns princípios, conceitos e dispositivos da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica, além de identificar principais desafios, avanços e dificuldades encontradas no cotidiano dos serviços. Concluída essa etapa, sabíamos

⁴ A pesquisa teve início em 2004 com o título “Produção de saúde e subjetividade: cartografias das práticas dos psicólogos na rede de atenção psicossocial do SUS-Aracaju”. No segundo ano passou a ser denominada “Produção de Saúde e Subjetividade: Projeto Clinamen”. A equipe de pesquisa era composta por dois pesquisadores (Liliana da Escóssia e Maurício Manguieira) e seis alunas/bolsistas (Aline Morschel, Aline Belém, Taylanne Araújo, Deyse Andrade, Karen Leite e Fernanda Mendonça) da Universidade Federal de Sergipe.

que os dados, embora indicassem aspectos importantes das práticas operavam um recorte num processo permanente de individuação, revelando apenas a dimensão formal e instituída destas práticas. O desafio era continuar a pesquisa focando na processualidade, ou seja, na dimensão de criação das práticas, no plano de forças denominado por Simondon como coletivo transindividual.

A estratégia pensada para continuidade da pesquisa foi criar um espaço coletivo de discussão com os psicólogos sobre as suas práticas na Rede de Atenção Psicossocial, tendo como elemento disparador os dados resultantes da etapa anterior. O objetivo era ampliar a pesquisa para além da mera observação ou descrição de realidades, e o objeto – as práticas psicológicas – para além de sua dimensão formal e representacional. A aposta residia na possibilidade de instauração de um regime de comunicação capaz de colocar em relação não apenas sujeitos, grupos e coletivos – enquanto formas individuais e sociais –, mas o coletivo de forças que permanece acoplado aos sujeitos, grupos e coletivos após cada tomada de forma. O *Projeto Clinamen*⁵: *encontros de clínica e política em saúde mental* foi o desvio metodológico criado num movimento transdutivo⁶ da pesquisa em que uma ação, inicialmente localizada num ponto da rede na qual está inserido o objeto, desloca-se para outro ponto desdobrando-se em novas ações.

O *Clinamen* efetivou-se através de oito oficinas, realizadas ao longo de um ano, nas quais pudemos acompanhar processos⁷ de individuação do objeto, dos pesquisadores e do conhecimento produzido, numa dinâmica em que conhecer e fazer se apresentam como ações simultâneas e inseparáveis. Deslocamentos, ampliações,

⁵ De origem grega, *klinamen* indica inclinação ou desvio.

⁶ Transdução, segundo Simondon (1989), é uma operação física, biológica, mental, ou social, pela qual uma atividade se propaga gradativamente no interior de um domínio. A operação transdutiva é definida ainda como uma individuação em progresso.

⁷ L. Pozzana e V. Kastrup, “Cartografar é acompanhar processos”, nesta coletânea.

propagações e desdobramentos de toda ordem vão sendo produzidos no decorrer das oficinas, a partir de problematizações e articulações coletivamente tecidas entre o objeto e a realidade múltipla e diversa na qual este estava inserido ou conectado.

Já na primeira oficina, uma questão colocada por um dos participantes tensiona o grupo forçando sua forma, seus limites: “Por que só psicólogo aqui? Eu não consigo ver a prática dos psicólogos separadas da de outros profissionais; acho que devíamos convidar outros trabalhadores e os gestores também. Não há prática psi, o que há são práticas nos CAPS, nas referências, no SUS”. Alguns concordam e acham que todos os profissionais da rede municipal devem ser convidados para a próxima oficina, outros discordam alegando que se trata de uma oportunidade única de os psicólogos problematizarem suas práticas de forma mais “protegida” e que a presença de outros profissionais causará inibição. Há quem considere que a inclusão deve ser irrestrita, devendo participar todos que apresentem interesse, seja psicólogo ou não, seja de Aracaju ou de qualquer outro município do estado. Convergências e divergências de opiniões se alternam, posições vão sendo redefinidas numa dinâmica de contágio e propagação que independe de decisão ou vontade individual. Grupos de discussão menores são formados e a questão insiste, de maneira intensiva e impessoal, tal como um analisador que, ao ser produzido por uma situação/contexto, age imediatamente sobre este produzindo movimentos instituintes. Ou, tal como uma tensão de informação produzida por germens potenciais em domínios metaestáveis. Simondon define essa tensão de informação como “a propriedade que possui um esquema de estruturar um domínio, de se propagar através dele, ordenando-o (1989, p. 54)”, ou como ele próprio afirma, modulando-o.

Resulta, ao final dessa oficina, o seguinte encaminhamento: o próximo encontro seria ainda restrito a psicólogos, mas estes poderiam estar lotados em qualquer município do estado e em qualquer instituição pública que possuísse algum tipo de articulação com a saúde pública, a exemplo da justiça, da assistência social. A partir

da segunda oficina, essa forma-coletivo vai sofrendo modulações, num movimento de ampliação e propagação, chegando a incorporar trabalhadores em saúde mental, independentemente de sua formação e local de trabalho. Isso impõe novos desdobramentos metodológicos, pois não se trata mais de acompanhar práticas de psicólogos, mas *práticas em saúde mental*. Novas individualizações/modulações do objeto e, conseqüentemente, novos caminhos e desvios.

Na terceira oficina, a questão da clínica em saúde mental emerge como problema e, embora se mantenha como tema-foco das oficinas subseqüentes, vai passando por transformações que se corporificam em diferentes modos de se colocar o problema, ou, melhor dizendo, na produção de novos problemas: Qual é a clínica psi no campo da saúde mental? Que clínica é essa da Reforma Psiquiátrica, da Saúde Mental? O que é que se passa nessa tal clínica ampliada, antimanicomial? O que esses nomes apontam, traçam? Como se opera, como se faz essa clínica? Decidimos tomar essas perguntas e colocá-las para funcionar, problematizá-las, transformá-las em novos problemas, abrir os vetores que elas apontam e colocá-los em análise assim como as instituições que aí estão presentes (a instituição clínica, saúde mental, universidade, psicologia, psicologia comunitária, análise institucional, dentre outras). A cartografia possibilitou colocar um problema em processo de variação e acompanhar o processo⁸. Esse foi o movimento traçado da terceira oficina em diante.

Dentre as funções possíveis de serem experimentadas numa pesquisa cartográfica, e que permitem o acesso ao plano instituinte das forças, ou, ao plano do coletivo transindividual, duas se destacaram nas oficinas *Clinamen*: a função transversalização e a função transdução. A função transdução efetiva-se por meio de ações e movimentos que se propagam, gradativamente, de um domínio para outro e em várias direções produzindo atrações, contágios, encontros

⁸ Nesse momento da pesquisa, contamos com a participação decisiva de Eduardo Passos e Regina Benevides em duas oficinas.

e transformações. A função transversalização diz respeito à ampliação e intensificação da capacidade de comunicação⁹ entre sujeitos e grupos (Guattari, 1981) e de intersecção entre elementos e fluxos heterogêneos, materiais e imateriais. Remete a uma ética da conectividade (Simondon, 1989) nos processos, numa busca de superação das lógicas comunicacionais verticalizadas ou horizontalizadas, elas próprias, individualizantes.

Nas oficinas *Clinamen*, a função-movimento transdução e a de transversalização produziram experiências, mesmo que momentâneas, de dissolução de classificações, hierarquizações e dicotomias presentes nas realidades institucionais cotidianas (entre campo de saberes e profissões, entre pesquisadores e pesquisados, alunos e professores, trabalho e formação), permitindo a instauração de um plano relacional que produz ressonância e conectividade entre múltiplas dimensões da realidade, estas também concebidas como redes de relações. Deleuze ressalta essa potência das conexões quando afirma: “O problema coletivo, então, consiste em instaurar, encontrar ou reencontrar um máximo de conexões. Pois as conexões (e as disjunções) são precisamente a física das relações, o cosmos” (1997, p. 62).

Nesse sentido, uma pesquisa cartográfica, ao intensificar a comunicação, possibilitar relações entre relações, atrações e contágios ativa o plano coletivo de forças – o coletivo transindividual. Ao cartógrafo cabe se deixar levar, em certa medida, por esse plano coletivo¹⁰, não por falta de rigor metodológico, mas porque uma

⁹ Consideramos que se opera uma ação intensiva sobre o processo de comunicação, o que é diferente de uma simples ampliação de seu modo de funcionamento. Bem mais do que ampliar sua competência, a cartografia leva o conceito de comunicação ao seu limite ao desestabilizar seus princípios mais básicos. Trata-se aqui de comunicação sem código comum e sem transmissão de informação, numa experiência de contágio pela diferença pura (cf. Tedesco, 2008).

¹⁰ L. Pozzana e V. Kastrup, “Cartografar é acompanhar processos”, nesta coletânea.

atitude atencional própria do cartógrafo¹¹, que o permite acompanhar as modulações e individualizações dos objetos e da realidade. Podemos dizer, a partir de Simondon, que se trata também de uma ética cartográfica. Em estudos anteriores (Escóssia, 1999, 2003) assinalamos que as noções de metaestabilidade e de informação, tal como formuladas pela teoria da individualização de Simondon, constituíam a base de uma proposta ética não somente na relação homem-técnica, mas em toda e qualquer relação. Em tal proposta, a ética é uma realidade reticular. Vejamos o que diz este pensador: “A realidade ética está estruturada em rede, isto é, há uma ressonância dos atos, uns com relação aos outros...[...]. No sistema que eles formam e que é o dever do ser” (Simondon, 1964, p. 245). O ato ético, portanto, possui um poder de amplificação, de propagação e ressonância que o inscreve na rede de outros atos. Não estamos falando de uma simples integração entre atos, uma vez que a ressonância não se passa na ordem do logos (embora intervenha também sobre esta) nem se confunde com a relação de harmonia entre membros de uma comunidade. Agir eticamente significa se colocar como ponto singular de uma infinidade aberta de relações, sem que sua ação se ampare em normas que funcionam como formas *a priori*, impostas do exterior à ação. A reticularidade do ato ético é o que permite passar de uma dimensão normatizante para uma dimensão de amplificação do agir.

A ética do cartógrafo é, portanto, uma ética transdutiva e transversal que se traduz na capacidade de transferência amplificadora e intensiva, na qual sujeito e objeto de pesquisa se apresentam como duas dimensões distintas, porém inseparáveis, de uma mesma realidade reticular. É também a inseparabilidade entre sujeito e objeto que anima a cartografia no duplo desvio que esta propõe ao processo de investigação do mundo. Como tentamos argumentar, o método cartográfico comporta uma concepção ampliada de conhecimento. Não mais restrito à descrição e/ou à classificação dos contornos for-

¹¹ V. Kastrup, “O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo”, nesta coletânea.

mais dos objetos do mundo, conhecer é também acessar o movimento próprio que os constituem, ou seja, conhecer a realidade é traçar seu processo constante de produção. Numa perspectiva pragmática do conhecer, afirmamos ainda que acessar o plano das forças é já habitá-lo e, nesse sentido, os atos de cartógrafo, sendo também coletivos de forças, podem participar e intervir nas mudanças e, principalmente nas derivas transformadoras que aí se dão.

Referências

- ASPE, B. e COMBES, M. L'acte fou. *Multitudes*. n. 18, 2004, http://multitudes.samizdat.net/rubrique.php3?id_rubrique=500
- COMBES, M. *Simondon: individu et collectivité*. Paris: PUF, 1999.
- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *Crítica e Clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997a.
- _____. “A imanência: uma vida”. In: VASCONCELOS, J. e ROCHA F. A. (Orgs). *Gilles Deleuze: Imagens de um filósofo da imanência*. Londrina. Ed. UEL, 1997b, p. 15-19.
- DELEUZE, G. e F. GUATTARI. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- DELEUZE, G. e PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.
- ESCÓSSIA, L. da. *Relação homem-técnica como individuação do coletivo*. Aracaju: Editora UFSE/FOT, 1999.
- _____. “Por uma ética da metaestabilidade na relação homem-técnica”. In: PELBART, P. P. e COSTA, R. (Orgs.). *O reencantamento do concreto. Cadernos de subjetividade*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 177-186.
- _____. O coletivo como plano de coengendramento do indivíduo e da sociedade. Tese de doutorado não publicada, UFRJ, 2004.
- _____. O coletivo como plano de criação na saúde pública. *Interface. Comunicação, Saúde e Educação*, vol. 13, suplemento 1, 2009. (no prelo).
- ESCÓSSIA, L. da; KASTRUP, V. O coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. *Psicologia em Estudo*, v. 10, nº 2, 2005, p. 295-304.

ESCÓSSIA, L. da; MANGUEIRA, M. Produção de subjetividade, saúde e autonomia individual e coletiva. *Cadernos UFS - PSICOLOGIA*, v. 08, 2006, p. 09-16.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *História da sexualidade - v. III – O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUATTARI, F.(1981) *A revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. Brasília: Brasiliense.

KASTRUP, V.; TEDESCO, S. e PASSOS, E. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LOURAU, R. “Implicação-transdução”. In: ALTOÉ, S. (Org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004, p. 212-23.

_____. *Análise institucional*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

PASSOS, E. e BENEVIDES, R. B. Clínica e Transdisciplinaridade. *Revista Psic. Teor. e Pesq.*, Jan-Abri, Vol. 16 n. 1, 2000, p. 71-79.

SIMONDON, G. *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1964.

_____. *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier, 1989.

TARDE, G. *Les lois de l'imitation*. Paris: Les empêcheurs de penser en rond / Seuil, 2001.

TEDESCO, S. Os três planos da linguagem: uma abordagem pragmática do sentido. In: LEAL, A; BEZERRA, J. R., B; TEDESCO, S. (Org.). *Pragmatismo, pragmáticas e produção de subjetividades*. Rio de Janeiro: Garamont, 2008, p. 311-325.

VEYNE, P. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história*. Brasília: Editora da UNB, 1982.

Pista 6

CARTOGRAFIA COMO DISSOLUÇÃO DO PONTO DE VISTA DO OBSERVADOR

*Eduardo Passos
e André do Eirado*

A cartografia como direção metodológica deve ser articulada com três ideias que compõem com ela um plano de ação ou um plano de pesquisa: a de transversalidade, a de implicação e de dissolução do ponto de vista do observador. É na tradição de pesquisa que coloca em questão os pressupostos objetivistas e cientificistas impostos como ideal de inteligibilidade nas ciências humanas que um “modo de fazer” a investigação se oferece como alternativa. Nos limites deste texto, vamos nos dedicar à ideia de dissolução do ponto de vista do observador, contando com o que já podemos considerar como articulação das ideias de transversalidade e implicação discutidas em outro texto deste livro. Queremos pensar o método cartográfico como aposta para a pesquisa nas ciências humanas e sociais, mais do que fazer a crítica ao positivismo.

O método cartográfico, útil para descrever processos mais do que estados de coisa, nos indica um procedimento de análise a partir do qual a realidade a ser estudada aparece em sua composição de linhas (Deleuze e Guattari, 1995; Guattari e Rolnik, 1986; Fonseca e Kirst, 2003). É pela desestabilização das formas, pela sua abertura (análise) que um plano de composição da realidade pode ser acessado e acompanhado. Trata-se de um plano genético que a cartografia desenha ao mesmo tempo em que gera, conferindo ao trabalho da pesquisa seu caráter de intervenção¹.

¹ E. Passos e R. Benevides, “A cartografia como método de pesquisa-intervenção”, nesta coletânea.

Como já disseram os institucionalistas franceses, transformamos a realidade para conhecê-la, e não o inverso. Na verdade, essa transformação está sob a égide do cuidado e é por isso que a cartografia gera conhecimento de interesse (*inter-esse*). Cuidar aqui tem esse sentido de acompanhamento dos processos de gênese da realidade de si e do mundo, na direção de uma abertura do coeficiente comunicacional dos sujeitos e dos grupos, o que Guattari (2004) designou de transversalidade. Analisar é abrir as formas da realidade, aumentando seu *quantum* de transversalidade, sintonizando seu plano genético, colocando lado a lado, em uma relação de contiguidade, a forma do fenômeno e as linhas de sua composição, fazendo ver que as linhas penetram as formas e que as formas são apenas arranjos de linhas de forças. Esse procedimento exige mais do que uma mera atitude descritiva e neutra do pesquisador, já que este modo de fazer só se realiza pela dissolução do ponto de vista do observador². Trata-se de mostrar também que todo campo da observação emerge da experiência entendida como plano implicacional em que sujeito e objeto, teoria e prática têm sempre suas condições de gênese para além do que se apresenta como forma permanente, substancial e proprietária.

O experimento científico em psicologia e o ponto de vista

Se tomarmos a história da psicologia, identificamos três posições que nos revelam como os métodos de pesquisa ficaram submetidos à ilusão da independência de um ponto de vista a partir do qual se poderia conhecer sem intervir na realidade.

² Como veremos mais adiante, a dissolução do ponto de vista do observador desnaturaliza a realidade do objeto e permite ao pesquisador abrir-se para os diversos pontos de vista que habitam uma mesma experiência de realidade, sem que ele se deixe dominar por aqueles que parecerem ser verdadeiros em detrimento de outros que parecem falsos. Assim, a dissolução não significa em hipótese nenhuma o abandono da observação, mas sim a adoção de um olhar onde não há separação entre objetivo e subjetivo. Trata-se da contemplação da coemergência sujeito/mundo.

O behaviorismo exemplifica uma primeira posição. Analisemos o *setting* experimental que é a caixa de Skinner. Nele o rato não comparece como sujeito, mas é pura ação motora. O rato experimental surge como efeito da determinação ambiental, o que equivale a dizer que ele se constitui na relação com a caixa de Skinner. Há um mínimo de meio comportamental no *setting* do experimento que não é considerado como tal, interessando apenas ao experimentador a frequência de respostas registradas. Em outras palavras, nesse naturalismo em psicologia, a própria condição do objeto resulta do *setting*. O observador científico é tampouco um sujeito, pois sua perspectiva é desencarnada e em sobrevoo, coincidindo com o ponto de vista da ciência. Ele constitui um ponto de vista de terceira pessoa, idealizado e transcendente. No experimento, é como se o observador olhasse de cima.

Na fundação do behaviorismo, o labirinto como *setting* experimental é montado para ser observado de um ponto de vista decolado, tal como a comunidade científica perspectiva seu objeto. O behaviorismo se instaura no deslocamento do ponto de vista da horizontal para a vertical, abolindo a perspectiva natural da consciência, ou seja, a consciência natural é destituída do lugar de objeto da psicologia, assim como deixa de ser quem opera a observação no experimento científico. Se supusermos que a consciência natural e o mundo observado estão no mesmo plano de perspectiva, ou compartilham de um mesmo horizonte, a consciência racional que, no limite, caracteriza a perspectiva científica, opera de cima para baixo. Quando se chega a essa perspectiva vertical tem-se a fórmula por excelência da separação entre observação e mundo, ou seja, as posições de sujeito e objeto se “ratificam” mutuamente. É a razão que opera nos dados *a posteriori*, fora do plano da presença que põe face a face experimentador e participante do experimento.

Se o rato não tem um ponto de vista que oriente o seu comportamento na caixa, o observador por seu turno é dispensável, como se pode notar nas caixas informatizadas em que o registro das respostas é automático e não pressupõe, portanto, o ponto de vista de

um observador encarnado. Na realidade, não há nesse experimento acerto ou erro, mas só frequência de respostas de uma atividade às cegas, portanto só há ação motora. A caixa de Skinner dá privilégio à atividade motriz em detrimento da percepção sensorial e atenção. O rato age às cegas e a partir de sua ação discrimina os estímulos. O condicionamento por discriminação de estímulos supõe a modelagem.

Em uma segunda posição, o gestaltismo redesenha o *setting* experimental dando uma outra conformação ao ponto de vista. No experimento clássico, o chimpanzé Sultão é sujeito que se desloca em um meio comportamental. O experimentador (Köhler, 1927), por sua vez, é um ponto de vista encarnado de terceira pessoa que, ao estar ali, observando as diferentes paisagens ou modulações do meio comportamental realizadas pelo macaco, garante, pela identidade ou constância do seu ponto de vista de observador, o sentido da ação do animal. Esse ponto de vista é encarnado, pois o observador científico olha, supostamente, do mesmo plano de perspectiva que o macaco, num suposto compartilhamento próprio à crença da consciência natural que elege o mundo do observador como o único mundo. Esse suposto compartilhamento de perspectiva autoriza julgar os diferentes comportamentos do animal, colocando-os em uma série progressiva em direção à solução de um problema pretensamente proposto ao animal. Tal ponto de vista permite também que haja “boas faltas”, isto é, há uma hierarquia das diferentes paisagens na direção da solução do problema que Köhler supõe que o macaco persiga. Köhler descreve o comportamento de Sultão como uma “reestruturação do campo perceptivo”, que modifica o seu meio comportamental. Há aqui, julgamento do comportamento do macaco a partir do ponto de vista de Köhler, que confere a ele o caráter de erro ou acerto.

Os gestaltistas colocam uma etapa intermediária entre o desempenho do participante do experimento e a razão calculadora dos resultados, ou seja, eles fazem a observação natural dar olhos aos movimentos do macaco. Isso oferece as condições para essa operação de juízo que caracteriza a perspectiva vertical da consciência racional. Só ela pode atribuir ao erro o caráter de bom ou mal. De

fato, o experimento gestaltista está só supostamente assentado no plano horizontal de uma observação face a face, pois se é possível identificar sinais de uma inteligência “científica” no comportamento do macaco (animal que tem *insight*, que se comporta de maneira inteligente), não se pode dizer o mesmo do experimentador que se mantém longe de qualquer macaque – não há vizinhança entre pesquisador e participante. A paisagem não é comum.

Nos estudos da psicologia cognitiva acerca da memória, encontramos o exemplo da terceira posição acerca do ponto de vista do observador. Ela aparece mais claramente nos experimentos de “falsa lembrança”, fenômeno que coloca em foco a relação entre uma experiência subjetiva de lembrar e o suposto consenso a respeito da falsidade do lembrado. Este fenômeno foi muito estudado nas décadas de 80 e 90 a partir do interesse despertado pelos casos de denúncia de abuso sexual nos tribunais americanos: alguém que diz lembrar ter sido vítima de abuso sexual por parte dos pais tem sua experiência de lembrar também colocada em juízo. Ao questionar sobre a verdade ou falsidade de tais relatos, a psicologia leva em consideração a certeza que o sujeito tem acerca daquilo que lembra, mas a reduz ao seu aspecto cognitivo, deixando de fora seu aspecto existencial. Ter a certeza de que algo aconteceu, mesmo quando tal certeza não é confirmada socialmente (uma falsa lembrança), é ter uma experiência mnêmica que confere a quem se lembra uma espessura existencial. Lembrar-se de que foi abusado é não só experimentar a evocação de um vivido, mas também é sentir-se marcado existencialmente por tal vivência. A experiência de lembrar, considerada em sua existencialidade, tem caráter performativo: ao lembrar-se de alguém que abusa dele, simultaneamente o sujeito se constitui enquanto abusado. O interesse de reduzir o fenômeno da falsa lembrança ao seu aspecto “puramente” cognitivo e jurídico, portanto, está tanto em salvaguardar sujeitos possivelmente inocentes que possam aparecer como responsáveis por algum crime na experiência mnêmica de alguém quanto em garantir um controle experimental do processamento cognitivo que ocasiona uma falsa

lembrança. No entanto, num encaminhamento que privilegie somente o aspecto cognitivo-jurídico, a memória perde sua dimensão de experiência subjetiva e é considerada apenas como objeto a ser julgado – a lembrança é tomada, assim, como verdadeira ou falsa.

O falso da lembrança passa a ter pelo menos três sentidos: 1) erro; 2) perjúrio; 3) uma experiência subjetiva do lembrar que não respeita o acordo intersubjetivo (ciência ou sociedade) e que afeta diretamente uma função social muito importante: o tribunal/julgamento.

Assim, para um sujeito que reconhece sua lembrança como legítima e verdadeira, malgrado o desacordo com os “fatos”, a única forma de examinar e avaliar a experiência mnêmica é instaurar um ponto de vista supraindividual que possa julgar a experiência subjetiva: um ponto de vista de terceira pessoa que é social. A um só tempo, por essa operação de avaliação da experiência, advêm como domínios separados a primeira pessoa (subjetividade da experiência de lembrar) e a terceira pessoa (objetividade do fato lembrado).

Se nos experimentos de falsa lembrança trabalha-se com avaliação do falso/verdadeiro, é porque, em se tratando de experiência mnêmica, o sujeito é um coletivo social, a um só tempo, observador de si e sujeito da ação. O sujeito coletivo é aqui um tribunal que garante a exterioridade do ponto de vista do observador. Percebe-se a presença de palavras de ordem do pragmatismo das regras sociais (uma memória só é falsa em função de uma “promessa” não cumprida, ou seja, do ponto de vista de uma decepção social). Logo, não há nesse experimento acerto ou erro, mas falsidade ou verdade de uma lembrança que é registro de uma vivência individual julgada socialmente (Eirado Silva, Passos et al., 2006).

A crítica ao cientificismo operada pelos conceitos de implicação e transversalidade: a direção da dissolução

É em reação ao ideal de inteligibilidade que mantém os limites estritos do campo científico que assistimos à revolta institu-

cionalista. Coloca-se em questão o olhar de cima da ciência e a ação judicativa de quem avalia o objeto do conhecimento com a distância da neutralidade. F. Guattari e R. Lourau foram autores movidos por esse criticismo que fica bem atestado no debate proposto a partir dos conceitos de transversalidade e implicação.

Ambos conceitos foram criados no contexto da análise institucional dos anos 60, desdobrando os conceitos freudianos de transferência e contratransferência (Guattari, 2004; Lourau, 1996). É apostando no caráter político das intervenções analítico-institucionais que os autores propõem conceitos que se apresentam no limite entre a teoria e a prática, conceitos teórico-tecnológicos que operam sobre a realidade a ser conhecida. A máxima socioanalítica se afirma, então: é preciso transformar a realidade para conhecê-la. Daí o embate com toda uma tradição cientificista que defende a neutralidade e objetividade do conhecimento, ambas garantidas pela distância mantida entre aquele que conhece e aquilo que deve ser conhecido. Sujeito e objeto se distinguem e se separam, constituindo-se uma política cognitiva assentada na perspectiva de terceira pessoa do conhecimento: conheço à distância, conheço porque me distancio. Tal política cognitiva pressupõe tanto certa prática comunicacional quanto uma prática de pesquisa que se hegemonizaram, ganhando máxima expressão no ideal de inteligibilidade positivista.

Com o conceito de transversalidade, Guattari propõe a alteração do padrão comunicacional nas instituições, defendendo um terceiro eixo que cruza e desestabiliza os eixos vertical e horizontal da comunicação nas instituições (eixo vertical da hierarquização da comunicação dos diferentes e o eixo horizontal que homogeneiza a comunicação na corporação dos iguais).

Deve-se ressaltar que para Guattari no início da década de 60 o conceito de transversalidade se define como um *quantum* comunicacional que tende a ser máximo entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos. O plano da transversalidade expressa uma dimensão da realidade que não se define nos limites estritos de uma identidade, de uma individualidade, de uma forma

(esse saber, o meu saber, o saber que o outro tem e que pode me transmitir), mas experimenta o cruzamento das várias forças que vão se produzindo a partir dos encontros entre os diferentes nós de uma rede de enunciação da qual emerge, como seu efeito, um mundo que pode ser compartilhado pelos sujeitos. Nesse sentido, o que é produzido nessa experiência concreta de comunicações transversais não é da ordem do desvelamento, do desocultamento de uma dimensão profunda, toda pronta e recalcada. Guattari insistirá que essa dimensão ativada pela análise “nunca é dada de uma vez por todas”, estando conseqüentemente ligada a uma “intervenção criadora” (Guattari, 2004) que inaugura um plano de flutuações da experiência. Os graus de abertura comunicacional ou os *quanta* de transversalidade indicam, portanto, uma variação cujo espectro vai de um ponto de vista proprietário (baixo grau de abertura e referência em si), passando por pontos de vista não proprietários (aumento do grau de abertura e referência no coletivo) até a experiência sem ponto de vista, isto é, uma experiência que encarna as próprias flutuações do plano comunicacional. A transversalidade como princípio metodológico dá direção a uma experiência de comunicação que faz variar os pontos de vista, mais do que aboli-los. Trata-se de uma utopia que, como diretriz, permite a variabilidade dos pontos de vista mais do que uma experiência sem ponto de vista que parece distante da prática factual da pesquisa. Na verdade, trata-se da possibilidade de habitar os pontos de vista em sua emergência, sem identificação e sem apego a qualquer um deles. Ser atravessado pelas múltiplas vozes que perpassam um processo, sem adotar nenhuma como sendo a própria ou definitiva conjurando o que em cada uma delas há de separatividade, historicidade e fechamento tanto ao coletivo quanto ao seu processo de constituição.

A transversalidade, nesse seu sentido comunicacional, deve ser pensada sob a base de uma comunidade, ou seja, de um ser comum. O consenso que aparece no mundo da vida cotidiana, na ciência e no tribunal, é um exemplo fraco de ser comum. O consenso e o senso comum não são tão comuns assim, porque eles se fazem a

partir de um ponto de vista que opera na comunidade (coletivo social), anulando e excluindo as diferenças (ou só incluindo-as através de uma operação comparativa que as destitui de sua singularidade). É um efeito paradoxal, pois para excluir algo é preciso primeiro reconhecê-lo, apontá-lo e depois negá-lo. Isso nos faz suspeitar que essa operação de comunhão do senso comum não só é limitada, mas também se faz por algum tipo de poder recalculator. Assim, parece ao senso comum que não existe aquilo que ele exclui, embora o excluído tenha que ser afirmado antes de ser negado.

A verdadeira comunidade ou comunhão tem que ser pensada como podendo gerar as diferenças que ela inclui. É nesse sentido de uma comunicação/comunhão que Guattari fará sua aposta em uma prática de pesquisa na qual produção de conhecimento e produção de realidade não se separam. Este é o sentido, aqui posto, de uma pesquisa-intervenção: alterar os padrões comunicacionais em determinada realidade institucional significa intervir sobre esta realidade aumentando seu grau de abertura, em outras palavras, deixando vir à tona o ser comum que nela insiste como o plano do qual ela emerge enquanto realidade efetuada, instituída, formada.

Com o conceito de transversalidade, indica-se uma direção metodológica em que a pesquisa se faz como intervenção sobre a realidade³. Nesse sentido, é preciso dizer, como faz Lourau (2004a; 2004b; 2004c; 2004d), que implicados estamos todos em qualquer atividade de produção de conhecimento. Daí a necessidade de fazermos sempre a análise das implicações. O procedimento metodológico da análise das implicações circunscreve o debate de Lourau com *la cité scientifique*. Tomar o tema da implicação é criar o constrangimento para quem defenderia a neutralidade indispensável para a objetividade científica, defenderia a distância entre sujeito e objeto, defenderia a separação entre teoria e prática, e, ainda diríamos, entre conhecimento e política. A análise das implicações é uma operação crítica ao que

³ E. Passos e R. Benevides, “A cartografia como método de pesquisa-intervenção”, nesta coletânea.

se supõe “desimplicado”, porque rigorosamente comprometido com os métodos científicos.

Na década de 90, seguindo as pistas da crítica ao subjetivismo que levou à confusão entre o conceito de implicação e o conceito de sobreimplicação, Lourau dessubjetiva o que parecia impor um sentido excessivamente pessoal à sua pesquisa. Nesse momento do percurso de Lourau, o tema da escrita assume, para o autor, nova radicalidade. Como criar um plano de expressão para o plano implicacional? Como dessubjetivar a escrita? Como realizar o trabalho da análise das implicações fazendo esse mergulho no plano impessoal onde não vigora o ponto de vista proprietário?

Em 1994, no artigo “Implicação-Transdução”, Lourau se refere à “tentação hipersubjetivista” que recorre à implicação “por um movimento reativo que mantém e reforça a falsa dualidade sujeito/objeto” (Lourau, 2004b, p. 212). Nesse texto faz o elogio ao surrealismo tanto em sua maneira de subverter a noção de objeto da arte (os *ready-made* dadaístas de Duchamps, por exemplo) quanto na forma de narrativa em uma “experiência de variação na velocidade da escritura” (Lourau, 2004b, p. 222) presente nos textos de Breton. A operação surrealista deslocaliza o objeto e dessubjetiva o texto, eis aí o que Lourau extrai de pistas metodológicas para o seu trabalho socioanalítico⁴.

Em 1998, publica *L'écriture automatique* em que retoma o elogio à estratégia narrativa do surrealismo, o que ele havia feito também no livro *Implicação, Transdução* (1997). Interessam ao socioanalista a escritura automática ou as formas de expressão que ele identifica, seja no discurso estético do surrealismo, na prática clínica da associação livre da psicanálise ou no hipnotismo da psiquiatria de Charcot e Breuer, assim como nos fenômenos de posseção do espiritismo. Em todos esses casos é a ideia do automatismo psíquico que está presente, indicando um “estado de abandono, de relaxamento, em ligação com conteúdo que tinha para Breton a noção

⁴ E. Passos e R. Benevides, “Por uma política da narratividade”, nesta coletânea.

de automático, próximo daquele de espontâneo, de autocriativo e, sem dúvida, de dissociativo no sentido de Janet retomado por Georges Lapassade” (Lourau, 1997, p. 35).

Lourau se refere a uma operação própria deste modo de escritura que ele designa como de “variações de velocidade” que o texto pode assumir aumentando o grau de comunicação ou abrindo-se para uma comunicação de inconsciente para inconsciente numa espécie de transe. A escrita automática pode ser uma chave para as ciências humanas abrirem o campo das instituições dando passagem aos processos de institucionalização. É essa, Lourau acredita, a posição que ocupa o analista: a posição de quem detém na mão esquerda “la clé des champs”. Assim Breton terminava o seu texto *Poisson soluble* de 1924: “Aussi bien les murs de Paris avaient été couverts d’affiches représentant un homme masqué dans loup blanc et qui tenait dans la main gauche la clé des champs: cet homme, c’était moi” (“assim como os muros de Paris tinham sido cobertos de cartazes representando um homem mascarado de lobo branco que tinha na mão esquerda a chave dos campos: este homem era eu”).

O *Peixe solúvel* foi o livro de André Breton prefaciado, em 1924, pelo “Manifesto Surrealista”. Breton fazia no seu manifesto a exigência de uma estética subversiva:

Atravessa-se em sobressalto, o que os ocultistas chamam de paisagens perigosas. Meus passos suscitam monstros que espreitam; eles não estão ainda muito mal-intencionados a meu respeito, e não estou perdido, pois os temo. Eis “os elefantes com cabeça de mulher e os leões voadores” que Soupault e eu ainda há pouco tremíamos de medo de encontrar, eis o “peixe solúvel” que ainda me assusta um pouco. PEIXE SOLÚVEL, não serei eu o peixe solúvel, nasci sob o signo de Peixes e o homem é solúvel em seu pensamento! A fauna e a flora do surrealismo são inconfessáveis.

Lourau encontra em Breton a técnica de escritura que permite a política da narratividade que ele buscava, tendo como

direção a dissolução do humano em seu pensamento. Uma política da dissolução. Dissolver o homem: “o homem é solúvel”. É preciso narrar contando com o que estaria fora das cenas oficiais, fora do texto oficial: fora-texto, o que pode também significar fora do humano. A escrita automática permite tirar do texto qualquer excesso de pessoalidade, permitindo que um aquém e um além do sujeito do enunciado possam compor o sentido. Temos aqui um “instrumento cognitivo real (*royal*), não somente para restituir o funcionamento real (*réel*) do pensamento, mas mais simplesmente para pensar para além das fronteiras do campo traçadas pela lógica binária-conjuntista-identitária” (Lourau, 1997, p. 37). Lourau quer fazer da análise a experiência do limite. Limite de quê? Sem dúvida o limite das instituições, mas também da pessoa, do homem e da sua consciência de si. No limite, o pesquisador já não se percebe nem no interior, nem no exterior da realidade estudada. Nem estando dentro, nem fora, talvez fosse mais apropriado dizer: estar fórum⁵. O conhecimento se faz por essa dissolvência no plano do coletivo.

Dissolução do ponto de vista do observador: observação sem ponto de vista

Partimos da seguinte afirmação: a cartografia é uma metodologia de pesquisa que implica a dissolução do ponto de vista do observador.

Nas tradicionais metodologias de terceira e primeira pessoa há sempre a imposição de um ponto de vista capaz de representar ou significar o objeto estudado. Tanto para o introspeccionismo como método de primeira pessoa inaugural da psicologia (séc. XIX) quanto para as metodologias experimentais habitualmente defensoras da distância do observador de terceira pessoa, é preciso que haja um observador, e a presença deste implica, inevitavelmente, a separação

⁵ No I Fórum Social Mundial (Porto Alegre, 2001), no evento paralelo dos cartunistas estava estampado o lema que dava sentido e comunicava os vários discursos de crítica à globalização econômica: Tô fórum.

ou dualidade sujeito/objeto, assim como a imposição de um quadro de referência interpretativo separado da experiência.

Segundo Varela, Thompson e Rosch (2003) a metodologia de terceira pessoa é insuficiente quando se estuda a cognição ou a mente. Há uma circularidade fundamental entre o conhecimento e o mundo conhecido que a ciência ignora. Essa circularidade deveria se tornar evidente nos estudos da cognição, pois aí não podemos, de forma alguma, separar a cognição que conhece daquela que é conhecida, ou seja, não podemos separar a estrutura cognitiva que se conhece da experiência concreta do conhecer. A essa abordagem que apreende a experiência cognitiva como criação dela mesma (criação tanto do objeto conhecido quanto do sujeito que conhece), que se apreende em um movimento circular, Varela chama de atuação, ou abordagem enativa, fazendo modular a noção de autopoiese formulada por ele e Maturana na década de 70.

Maturana e Varela reformularam as bases lógicas do problema da biologia do conhecimento (Maturana e Varela, 1980; 1990). Não mais admitiram um ponto de vista exterior ou interior ao fenômeno biológico estudado, mas afirmaram a interdependência do dentro e do fora. A autonomia do fenômeno cognitivo, como da vida em sua essência, é doravante pensada com os conceitos de “autopoiese” e “enação”⁶. O que se afirma, então, é que a cognição é uma máquina autopoietica, isto é, um ato de criação de uma máquina que constitui tanto o polo objetivo quanto o subjetivo do fenômeno cognitivo. A máquina viva por um ato ou decreto faz emergir bilateralmente os polos objetivo e subjetivo do conhecimento.

Conhecer não é mais processar simbolicamente um *input*, não é mais ser informado pelo meio, nem constituir representações. Não é, por outro lado, idealizar o mundo no interior de uma subjetividade dada. Ao contrário, a cognição se realiza como as modificações de uma máquina informacionalmente fechada que cria os seus próprios

⁶ Neologismo criado a partir do verbo inglês “*to enact*”= atuar, decretar por força de lei.

componentes e que está em “acoplamento estrutural” com o ambiente. A máquina viva é dotada de capacidade cognitiva já que configura, enquanto domínio de interações fechado na sua operatividade circular, uma realidade para si e para o mundo. Portanto, já não se supõe que haja um sujeito e um mundo preestabelecidos. Ao contrário, o mundo e o sujeito são contemporâneos ao ato cognoscente: “Todo ato de conhecer traz um mundo às mãos” – “Todo fazer é conhecer, todo conhecer é fazer” (Maturana e Varela, 1990).

O que se impõe superar agora, quando o dentro e o fora não mais são tidos como pontos de referência, é a necessidade de um fundamento. A biologia da autopoiese aceita o desafio de pensar sem fundamento, o que obriga a uma alteração da aposta metodológica que, comumente, faz da ciência o exercício da observação de terceira pessoa.

Aqui a metodologia de terceira pessoa tem que, necessariamente, ser complementada com a metodologia de primeira pessoa: “O insight fundamental da abordagem da atuação [...] é ver nossas atividades como reflexos de uma estrutura, sem perder de vista nossa experiência direta” (Varela, Thompson e Rosch, 2003, p. 29).

Assim, ao imbricar os pontos de vista de terceira e primeira pessoa, poder-se-ia penetrar a circularidade que aparece na experiência do conhecer o conhecimento. Porém, para o cartógrafo, que se coloca as questões relativas às consequências ético-políticas do ato de pesquisar, essa perspectiva ainda requer um aprofundamento. Trabalhamos com coletivos que *sofrem* justamente dos pontos de vista que encarnam, dos territórios existenciais que habitam como se fossem dados sólidos, objetivos e inelutáveis.

O cartógrafo não só tem que trabalhar com a circularidade fundamental e reconhecer a coemergência “eu-mundo”, mas, sobretudo, ele precisa garantir a possibilidade de colocar em xeque tais pontos de vista proprietários e os territórios existenciais solidificados a eles relacionados. Seu paradigma não é o do conhecer, mas o do cuidar, não sendo também o do conhecer para cuidar, mas o do cuidar como única forma de conhecer, ou ainda, o paradigma da insepara-

bilidade imediata entre cuidar e conhecer. Nesse sentido, é preciso que se escape da tentação de, frente aos problemas que nos forçam a pensar, apenas buscar soluções e testar hipóteses. O cartógrafo deixa-se penetrar pela emergência de mudanças de ponto de vista que surgem no território como problemas ou crises existenciais e que podem permitir a abertura para o reconhecimento de uma maior liberdade autogestiva dos indivíduos e coletivos – isso que Guattari designou de *quantum* mais amplo de transversalidade. Por exemplo, pode-se pensar a experiência de si como um eu identitário, isto é, como um grau mínimo da transversalidade e como uma coisificação (“ratificação”) do ponto de vista. O eu enquanto forma constituída em que o si mesmo se determina e fecha é o grau mínimo de abertura da transversalidade, pois indica o seu aparecimento como coisa, objeto ou como colapso da experiência (ângulo de abertura colapsado = coisa). Intervir neste eu como se pudéssemos levá-lo de volta à saúde “ratifica” a sua consistência de objeto. Intervir para o cartógrafo não pode ser, portanto, conduzir ou dirigir o outro como se levasse nas mãos coisas. O cartógrafo acompanha um processo que, se ele guia, faz tal como o guia de cegos que não determina para onde o cego vai, mas segue também às cegas, tateante, acompanhando um processo que ele também não conhece de antemão. O cartógrafo não toma o eu como objeto, mas sim os processos de emergência do si como desestabilização dos pontos de vistas que colapsam a experiência no (“interior”) eu.

Ora, a posição paradoxal do cartógrafo corresponde à possibilidade de habitar a experiência sem estar amarrado a nenhum ponto de vista e, por isso, sua tarefa principal é dissolver o ponto de vista do observador sem, no entanto, anular a observação. É preciso que o cartógrafo faça a *époché* não só do eu empírico e sua atitude natural, mas também do Eu puro e transcendental que surge dessa primeira *époché*⁷.

⁷ Para mais esclarecimentos sobre a diferença entre eu empírico ou psicológico e eu puro ou transcendental, ver Lyotard, 1986, cap. II.

É preciso, então, perguntar: o que é um ponto de vista em sua realidade existencial? A resposta a essa pergunta depende de considerarmos as condições de sua incorporação por um coletivo entendido como multiplicidade para além da oposição indivíduo X grupo. Pensamos que essas condições podem variar sob a dependência de atitudes implicacionais diversas e de diferentes coeficientes de transversalidade. Porém, antes de examinar essa questão mais detalhadamente, é preciso discutir em geral as condições primárias da incorporação de um ponto de vista. Essas condições são a performatividade da experiência e a inseparabilidade entre ser (existir, viver), conhecer e fazer (intervenção).

Qualquer experiência pode se tornar performativa e conformar sujeito e mundo. A experiência é performativa em função da sua força de pôr a realidade e fazer coemergir eu/mundo. Deleuze e Guattari (1977; 1995b) indicam uma certa linha de estudos do efeito de performatividade da linguagem. No texto *Os postulados da linguística* (Deleuze e Guattari, 1995b), os atos ilocutórios são descritos como ensejando a realidade por eles enunciada. Os autores chamam esse fenômeno de linguagem de “palavra de ordem”, indicando que o efeito de performatividade confere ao enunciado força de obrigação que aprisiona a realidade em um sentido dado. Em contraste com as “palavras de ordem”, Deleuze & Guattari definem as “palavras de fuga” como movimentos de variação da própria linguagem que rompem o ciclo de obrigação instaurado pelas “palavras de ordem”, permitindo a emergência de novas realidades.

Pensamos que o que é verdadeiro para a experiência da linguagem pode ser estendido para todo o âmbito da experiência. Vejamos alguns exemplos do efeito de performatividade da experiência: se penso que estou sendo ofendido, passo a perceber na fala do outro uma ofensa e nos tornamos, eu e o outro, ofendido e ofensor. Se construo uma teoria e me torno convicto dela, procuro verificá-la e, dessa forma, o conteúdo da teoria passa a ser representação do mundo que surge diante de meus olhos. Da mesma forma na memória, como vimos, quando alguém se lembra de ter sido abusado sexualmente,

no mesmo momento em que se lembra, surgem a vítima e o algoz. Assim, sob a base das experiências coemergem sujeito e mundo, observador e observado.

Há aqui um efeito de verdade muito interessante: essa verdade que surge da performatividade da experiência não é inelutável e pode ser transformada, ou melhor, na maior parte das vezes se transforma na sequência dos acontecimentos. A impermanência dessa verdade afeta inclusive a ciência cuja história é entremeada de mudanças de paradigma. O caráter de mudança dos efeitos de performatividade indica sua variabilidade de tal maneira que, quanto maior o efeito de performatividade – isto é, quanto maior a certeza acerca dessa verdade nascida da experiência –, menor é o grau de abertura da experiência para a mudança, o que equivale a dizer, menor o seu coeficiente ou *quantum* de transversalidade. Assim também, essa variabilidade afeta a atitude implicacional do pesquisador: tanto maior a certeza do pesquisador acerca da verdade que surge em sua experiência com o campo de intervenção, menor a sua dissolvência no plano implicacional e, conseqüentemente, maior a sua sobreimplicação no trabalho de pesquisa. Maior abertura da experiência ou efetiva dissolução do ponto de vista do observador requer o reconhecimento da performatividade da experiência e a recusa de seu caráter de obrigação existencial.

Como explicar que o grau máximo do efeito de performatividade da experiência corresponde ao não reconhecimento por parte do pesquisador desse efeito? Como explicar que “sobreimplicado” não me dou conta de minhas implicações com o campo?

Retomando o exemplo da falsa lembrança do abuso sexual, o fenômeno interessante é que a *experiência de base*, aquela que dá ensejo ao surgimento da realidade de si e do mundo, se esvaece e em seu lugar surge uma experiência pensada como propriedade do sujeito e como condicionada pelo objeto: a realidade se submete a um ponto de vista. Há aqui uma espécie de *inversão da base*: num primeiro momento a experiência de lembrar é o que condiciona o cossurgimento da vítima e de seu algoz, mas, uma vez surgidos,

passam a condicionar a experiência que lhes deu origem – a base se inverte, tornando-se agora sujeito/objeto e não mais a experiência.

Esse paradoxo da inversão da base pode ser pensado como a chave para a compreensão do problema metodológico da dissolução do ponto de vista do observador que estamos tratando neste texto e que concerne à relação entre ser (existir, viver), conhecer e fazer (intervenção). Nossa aposta é que a inversão da base, que é responsável pelo surgimento de um ponto de vista proprietário, deve-se a uma perda de liberdade frente à experiência e nos faz responder de forma estereotipada diante das situações cotidianas. Perder a base da experiência é tornar-se uma coisa que experimenta, não reconhecendo assim a performatividade da experiência e se constringendo diante de um sentido dado (grau mínimo de liberdade)

Na situação cotidiana, tudo se passa como se um sujeito pre-existente, ao lembrar-se do abuso, fosse informado por sua própria experiência de que foi abusado e que, portanto, o autor do abuso já estaria dado antes da lembrança. Ora, ao lembrar de alguma coisa, comumente, surgimos como testemunhas de um certo passado objetivo. Isso quer dizer que consideramos a experiência de lembrar como a representação de um mundo passado preexistente e independente da lembrança, assim como consideramos a experiência perceptiva como a representação de um mundo presente preexistente e independente da percepção. Da perspectiva da noção de enação, proposta por Varela, o que interessa é pensar toda experiência como emergindo de uma experimentação, pois a experiência não concerne ao que já está aí como dado inelutável, mas antes à emergência de alguma mudança. Por exemplo, a transformação existencial que faz alguém tornar-se ofendido ao interpretar a fala de um outro. Assim, se há dado, este se constitui *na* experiência e não pode ser concebido antes do ato de experimentar. É como se o dado só existisse da perspectiva de alguém (observador) que teoriza sobre o que acontece na relação que um outro tem consigo e com o resto das coisas que compõem seu mundo próprio. Ou seja, a realidade só aparece como *dada* em função de um ponto de vista que force a inversão da base (ou seja,

que parte da realidade anterior do sujeito e do objeto em relação à experiência que os faz emergir).

O ponto crucial aqui, e que concerne à performatividade da experiência, é o seguinte: como é possível para o sujeito incorporar o ponto de vista de abusado? O fato de ter sido informado de alguma coisa sobre mim, não me torna esta coisa, a não ser que haja uma atividade *enativa* (Varela, 1989; 1995; Varela, Thompson e Rosch, 1993). A verdade de um conhecimento é inseparável de sua atuação ou incorporação, e é um certo tipo de incorporação que nos faz responder à experiência não como criação, mas como representação de um mundo dado. Se me lembro de ter sido abusado, preciso me sentir e agir realmente como abusado para que esta lembrança dê ensejo a um ponto de vista encarnado. A noção de uma experiência que seja tão somente informação para um sujeito dado não explica o efeito de performatividade. Mas, se consideramos que a experiência não precede à experimentação, ou ainda, que há identidade entre experiência e experimentação, então, atuações/incorporações diferentes podem corresponder a mudanças mais ou menos significativas no efeito de performatividade da experiência.

Todo ponto de vista encarnado supõe a performatividade da experiência e esta, por sua vez, é comumente vivida como propriedade de um sujeito ou grupo que vê, interpreta (compreende) e age em um mundo que lhe aparece como sendo preexistente e que “possui” características correspondentes ao ponto de vista. Então, a inversão da base corresponde à apropriação de um ponto de vista surgido na experiência: o ponto de vista é tornado proprietário (ponto de vista *de* alguém, ponto de vista *de* um grupo, *de* uma organização, etc.). O ponto de vista aparece como interno à instância sujeito, seja ela individual ou grupal. O caráter proprietário do ponto de vista reduz a experiência nos limites da sobreimplicação e do menor *quantum* de transversalidade.

Porém, a lembrança do abuso ou a vivência da ofensa podem dar lugar a outros tipos de atuação/incorporação. Pode-se surpreender com tais experiências e perguntar-se se não há algo no contexto

em que elas emergem que as sustenta e lhes dá sentido presente. Por exemplo, pode-se perguntar: “de que forma estou ouvindo esse enunciado para que me sinta ofendido?”; ou, melhor ainda: “o que é uma ofensa afinal senão uma tendência a responder a esse enunciado sempre da mesma maneira obedecendo a uma espécie de lógica social escravizante?”. Vemos melhor como o surgimento do outro como agressor interdepende de nosso surgimento como vítima. Essa interdependência se apaga quando respondemos automaticamente às experiências como se fossem representações de um mundo dado. Quando colocamos em xeque nossa própria subjetividade, não conseguimos mais dar uma objetividade fechada ao mundo que certa experiência nos apresenta. Se recusamos responder prontamente e de forma estereotipada à experiência e não nos identificamos com ela, nosso eu identitário enfraquece e dá lugar a uma liberdade mais ampla de atuação/incorporação, levando a experiência para outras searas. Assim, ao dissolvermos a centralidade do sujeito (pessoa), estamos mais perto de acolher o outro e as variações da experiência. Aumenta-se assim seu *quantum* de transversalidade, e a performatividade da experiência não necessariamente dá ensejo a um ponto de vista proprietário, mas faz surgir sujeito e mundo em uma atuação/incorporação talvez inusitada.

Há experiências ou experimentações sem ponto de vista? Toda experiência é, a princípio, sem ponto de vista. São determinados tipos de atuação/incorporação em sobrevoo e pré-fixados pela crença na anterioridade de sujeito e objeto relativamente à experiência que tornam a experiência proprietária. Mas, essa apropriação não se faz sem uma política e um poder vigente. No coletivo em que vivemos, praticamente todas as situações nos convidam a tomar o mundo como dado e o eu como centro natural de perspectiva. Pensamos não ser responsáveis pelo que acontece nesse mundo aparentemente indiferente a nós, porém há interdependência entre mim e mundo. Somos corresponsáveis por o tudo que experimentamos, por nosso modo de existência, assim como pelo mundo que surge diante de nossos olhos. Se surgimos das experiências é muito menos para nos

entronizar no eu, e muito mais para vivermos nossa existência como um processo de cuidado de si e do mundo.

O cartógrafo acompanha essa emergência do si e do mundo na experiência. Para realizar sua tarefa, não pode estar localizado na posição do observador distante, nem pode localizar seu objeto como coisa idêntica a si mesma. O cartógrafo lança-se na experiência, não estando imune a ela. Acompanha os processos de emergência, cuidando do que advém. É pela dissolvência do ponto de vista que ele guia sua ação.

Referências

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. *Kafka*. Por uma literatura menor. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

_____. Introdução: Rizoma. Em *Mil Platôs*, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a, p. 11-38.

_____. Postulados da linguística. Em *Mil Platôs*, vol. 2. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995b, p. 11-59.

DEPRAZ, N., VARELA, F. e VERMERSCH, P. On becoming aware. *A pragmatics of experiencing*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co, 2003.

EIRADO, A. DO; PASSOS, E. et al. *Memória e alteridade: o problema das falsas lembranças*. Mnemosine, v. 2, n. 2, 2006.

FONSECA, T. M. e KIRST, P. G. *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GUATTARI, F. A transversalidade. Em *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. Aparecida-SP: Idéias e Letras, 2004, p. 75-84.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUILIER, D. e SAMSON, D. Implication: des discours d' hier aux pratiques d'aujourd'hui. *Les Cahiers de l'implication*. Revue d'analyse Institutionnelle, n.1, 1998, 17-29.

HESS, R. e SAVOYR, A. *L'Analyse Institutionnelle*. Paris: PUF, 1981.

KOHLER, W. *L'intelligence des singes supérieurs*. Paris: Félix Alcan, 1927.

- LOURAU, R. *Quelques approches de l'implication*. Genèse du concept d'implication. *Pour* (88), mar/avril, 1983, p. 14-18.
- LOURAU, R. *Le journal de recherche*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.
- _____. *A Análise Institucional*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *Implicacion transducción*. Paris: Anthropos, 1997.
- _____. L'écriture automatique. Les Cahiers de l'implication. *Revue d'analyse Institutionnelle*, n. 2, 1998, 35-38.
- _____. "Campo socioanalítico". In: ALTOÉ, S. (org.) *René Lourau: Analista em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004a, p. 224-145.
- _____. "Implicação-Transdução". In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, p. 212-223.
- _____. "Implicação: um novo paradigma". In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004c, p. 246-258.
- _____. "Implicação e sobreimplicação". In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004d, p. 186-198.
- LYOTARD, J-F. *A fenomenologia*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- MATURANA, H. e VARELA, F. *Autopoiesis and Cognition: the Realization of the Living*. Dordrecht, D. Reidel Publishing Compan, (1980 [1972]).
- _____. *El arbol del conocimiento*. Las bases biológicas del conocimiento humano. Madrid, Debate, 1990 [1986].
- SENNET, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SIMONDON, G. *L'individuation psychique e collective*. Paris: Aubier, 1989.
- VARELA, F. *Connaître: les sciences cognitives, tendances et perspectives*. Paris, Seuil, 1989.
- _____. *Sobre a competência ética*. Lisboa, Edições 70, 1995.
- _____. *L'inscription corporelle de l'esprit: sciences cognitives et expérience humaine*. Paris: Seuil, 1993.
- VARELA, F., THOMPSON, E. e ROSCH E. *A mente incorporada*. Ciências cognitivas e experiência humana. Porto Alegre: Artmed, 2003.

Pista 7

CARTOGRAFAR É HABITAR UM TERRITÓRIO EXISTENCIAL

*Johnny Alvarez
e Eduardo Passos*

O método da cartografia não opõe teoria e prática, pesquisa e intervenção, produção de conhecimento e produção de realidade. O ato cognitivo – base experiencial de toda atividade de investigação – não pode ser considerado, nesta perspectiva, como desencarnado ou como exercício de abstração sobre dada realidade. Conhecer não é tão somente representar o objeto ou processar informações acerca de um mundo supostamente já constituído, mas pressupõe implicar-se com o mundo, comprometer-se com a sua produção. Nesse sentido, o conhecimento ou, mais especificamente, o trabalho da pesquisa se faz pelo engajamento daquele que conhece no mundo a ser conhecido. É preciso, então, considerar que o trabalho da cartografia não pode se fazer como sobrevoo conceitual sobre a realidade investigada. Diferentemente, é sempre pelo compartilhamento de um território existencial que sujeito e objeto da pesquisa se relacionam e se codeterminam.

Partimos, neste texto, de um problema que vai se tecendo no entrecruzar da discussão conceitual com a experiência concreta de habitar um território existencial singular. Por um lado, interessamos o conceito de território proposto por Deleuze e Guattari em *Mil Platôs*. Por outro lado, a experiência do aprendizado da capoeira oferece a oportunidade de acompanhar o processo de construção de um território existencial no qual aprendiz de capoeira e pesquisador se constituem num movimento de coemergência. Os dois lados desse problema formam a urdidura que tece a discussão.

Escrever este texto nos obriga também – outra imposição do método cartográfico – à experimentação de um modo de dizer compatível com a problemática que nos mobiliza. A cartografia pressupõe uma política da narratividade¹ que permita a dissolvência das posições estanques geralmente associadas ao trabalho da pesquisa: aquele que conhece e aquilo que é conhecido. Escrevemos este texto em uma experiência próxima daquela da execução de peça de piano a quatro mãos. Somos dois autores com engajamentos diferentes no tema, embora compartilhando a experiência comum de problematizar a relação entre pesquisar e habitar um território existencial. O desafio foi o de manter no texto a especificidade de cada um dos engajamentos sem comprometer nossa aposta comum. Por isso optamos por não respeitar a regra acadêmica de uniformização da pessoa da narrativa. Ora escrevemos no unísono de nossa mesma abordagem do problema, ora guardamos a singularidade da experiência de um de nós dois: o aprendiz de capoeira.

Compartilhar um território existencial

Deleuze e Guattari, no capítulo “Acerca do ritornelo” do livro *Mil Platôs* (Deleuze e Guattari, 1997), tomam o conceito de território não a partir de aspectos utilitários e funcionais, mas privilegiando os sentidos e modos de expressão. Criticam o etólogo alemão Konrad Lorenz que descreve a agressividade (ações intra-específicas) como definidora dos territórios existenciais de certas espécies de animais. O território é entendido a partir de um conjunto de procedimentos que podem ser descritos e explicados. Na obra de Lorenz, o conceito de território deixa de evidenciar a dimensão processual e qualitativa – o que precisamente faz dele um território existencial – e é tomado como uma realidade dada e preexistente. Como Deleuze e Guattari sugerem em sua crítica, as “expressões territorializantes” se separam das “funções territorializadas”, de tal

¹ E. Passos e R. Benevides, “Por uma política da narratividade”, nesta coletânea.

maneira que as descrições e explicações etológicas se restringem ao plano da realidade territorializada. Essa ilusão objetivante ocorre porque o observador se preocupa em ocupar uma posição exterior às condutas descritas, em uma perspectiva de terceira pessoa². Tal perspectiva, intelectual e idealista, confunde as causas e os fins. Caberia ao observador separar, na explicação, o agente e o ambiente, para depois, numa atitude abstrata, reconstruir as ligações, através das relações ideais de causa e efeito. Tal atitude metodológica não permite ao pesquisador habitar o campo pesquisado, mas, ao contrário, visa analisar e sintetizar, de fora, o campo estudado. Na perspectiva etológica que Deleuze e Guattari criticam, o território, embora inclua o ser vivo em sua definição, é ainda um território exterior e prévio, capaz de ser representado por um olhar objetivo e objetivante. Os modos de vida e os sentidos vinculados à constituição de um território existencial são reduzidos a espaços físicos e respostas motoras que se relacionam. A qualidade e a multiplicidade cedem lugar à unidade e à generalidade.

Para Deleuze e Guattari é a expressividade, e não a funcionalidade, que explica a formação territorial. “Há território a partir do momento em que componentes de meios param de ser direcionais para se tornarem dimensionais, quando eles param de ser funcionais para se tornarem expressivos. Há território a partir do momento em que há expressividade do ritmo” (Deleuze e Guattari, 1997, p. 121). A noção de expressão ganha aqui destaque. O território é uma assinatura expressiva que faz emergir ritmos como qualidades próprias que, não sendo indicações de uma identidade, garantem a formação de certo domínio. As funções e as direções das condutas não podem dar conta da formação do território. A assinatura expressiva se encarna em condutas, não podendo, no entanto, ser explicada por estas. Seguindo as pistas de Deleuze e Guattari, ficamos atentos à dimensão rítmica que se expressa na conduta, mas que não se explica por esta.

² E. Passos e A. do Eirado, “Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador”, nesta coletânea.

Assim, a expressão não pode ser tomada como um pertencimento ou uma propriedade de algo ou alguém que tem existência prévia ao ato expressivo. Há uma autonomia da expressão sobre as condutas que a expressam. “Ora, exprimir não é pertencer; há uma autonomia da expressão. (...) Por outro lado, as qualidades expressivas entram também em outras relações internas que fazem contrapontos territoriais: desta vez, é a maneira pela qual elas constituem, no território, pontos que tomam em contrapontos as circunstâncias do meio externo” (Deleuze e Guattari, 1997, p. 125). Portanto, inverte-se a relação pressuposta entre condutas e formação de território: no lugar de tomá-las como determinantes nas formações territoriais, afirma-se que as condutas são efeitos dos signos expressivos característicos de dado território. O motivo ou as forças de expressão não são mais explicados pelos personagens e pela cena de suas ações, mas, ao contrário, são esses que surgem através dos motivos e expressões. O território não se constitui como um domínio de ações e funções, mas sim como um *ethos*, que é ao mesmo tempo morada e estilo. Os sujeitos, os objetos e seus comportamentos deixam de ser o foco da pesquisa, cedendo lugar aos “personagens rítmicos” e às “paisagens melódicas”. Importante assinalar que esses personagens e suas paisagens não são considerados como polos opostos e dicotômicos, mas compõem-se mutuamente, numa circularidade ou coemergência³. As paisagens vão sendo povoadas por personagens e estes vão pertencendo à paisagem. Com tal perspectiva, somos levados a afirmar que o *ethos* ou o território existencial está em constante processo de produção⁴. “O território é antes de tudo lugar de passagem” (Deleuze e Guattari, 1997, p. 132).

Como conhecer ou pesquisar um objeto de tal natureza? Que metodologia devemos utilizar para pesquisar um território? Como acessar os “personagens rítmicos” e as “paisagens melódicas”, cien-

³ E. Passos e A. do Eirado, “Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador”, nesta coletânea.

⁴ L. Pozzana e V. Kastrup, “Cartografar é acompanhar processos”, nesta coletânea.

tes de que nossa descrição também faz parte de um mundo-próprio. Incluindo o observador na constituição de seu território, como fazer pesquisa?

Habitação de um território existencial

A pesquisa cartográfica é menos a descrição de estados de coisas do que o acompanhamento de processos. A instalação da pesquisa cartográfica sempre pressupõe a habitação de um território, o que exige um processo de aprendizado do próprio cartógrafo. Tal aprendizado não será aqui pensado como uma série de etapas de um desenvolvimento, mas como um trabalho de cultivo e refinamento. Aprendizado no duplo sentido de processo e de transformação qualitativa nesse processo. Movimento em transformação. Tal aprendizado não pode ser enquadrado numa técnica e em um conjunto de procedimentos a seguir, mas deve ser construído no próprio processo de pesquisa. Com o intuito de apontar algumas pistas desse aprendizado, vamos trazer a experiência recente que um de nós teve como pesquisador do aprendizado da prática da capoeira Angola (Alvarez, 2007). Buscaremos, a partir dessa experiência, indicar algumas pistas para a construção cartográfica de um território existencial.

Habitar um território: receptividade afetiva como emoção que engaja

Segundo a perspectiva cartográfica, a construção de um território existencial não nos coloca de modo hierárquico diante do objeto, como um obstáculo a ser enfrentado (conhecer = dominar, objeto = o que objetiva, o que obstaculiza). Não se trata, portanto, de uma pesquisa sobre algo, mas uma pesquisa com alguém ou algo. Cartografar é sempre compor com o território existencial, engajando-se nele. Mas sabemos que o processo de composição de um território existencial requer um cultivo ou um processo construtivo. Tal processo coloca o cartógrafo numa posição de aprendiz, de um aprendiz-cartógrafo. Nesse processo de habitação de um território, o aprendiz-cartógrafo

se lança numa dedicação aberta e atenta. Diferente de uma pesquisa fechada, o aprendiz-cartógrafo inicia sua habitação do território cultivando uma disponibilidade à experiência. O campo pesquisado, seja completamente estranho ao aprendiz-cartógrafo (como no caso das pesquisas etnográficas de povos de outros mundos), seja num campo habitual (como no exemplo da pesquisa que um de nós realizou, em que sendo capoeirista se lança numa investigação deste universo), é necessário cultivar uma receptividade ao campo.

Uma cena vivenciada no aprendizado da capoeira ilustra bem esta posição de cultivo da receptividade ao campo.

Uma vez, na ocasião de uma roda festiva em que nosso grupo realizaria num domingo, e diante da dificuldade de continuarmos utilizando um *atabaque* emprestado, decidimos encontrar um cabrito e matá-lo para construirmos o nosso instrumento de percussão. Faz parte do aprendizado do capoeirista a construção de seus instrumentos. Saímos à procura do cabrito no sábado. Resolvemos também que sua carne poderia ser oferecida num churrasco de confraternização após a roda. Pois bem, sábado pela manhã bem cedo, fomos Mestre Carlão, um colega chamado Axel e eu, em meu carro, tentar encontrar um cabrito. Dirigimos-nos para Itaboraí, município rural próximo de Niterói, e começamos a parar, principalmente nos bares, a fim de obter informação a respeito de alguém que quisesse vender um cabrito. Depois de uma longa e agradável manhã de procura, encontramos um senhor que dispunha de um para vender. Negociação realizada, nos dirigimos para a casa de um amigo veterinário do Axel, onde sacrificamos o animal, separamos o couro e a carne e, no caminho de volta, passamos na casa onde a mãe de santo do Mestre Carlão realiza seus cultos, deixando o couro para ela preparar e secar. Por último, já bem de noite, voltamos para o casarão do bairro de São Domingos, então sede de nosso grupo, e passamos a noite toda limpando e temperando o cabrito. No dia seguinte, após a roda de capoeira, realizamos um samba de roda acompanhado

de cabrito e de cerveja. Até hoje, e lá se vão uns oito anos, o couro desse cabrito continua cantando no *atabaque* de nosso Mestre, em seu grupo Kabula sediado em Londres, Inglaterra.

Podemos notar que essa experiência realizada fora do horário dos treinos serviu bastante para o aprendizado. Aprender a capoeira é constituir-se no território existencial do capoeirista. Pesquisar esse processo de aprendizagem exige, por sua vez, um processo de engajamento não menos intensivo. Requer habitar de modo receptivo territórios que se avizinham, deixando-nos impregnar. O aprendiz-cartógrafo, numa abertura engajada e afetiva ao território existencial, penetra esse campo numa perspectiva de composição e conjugação de forças. Constrói-se o conhecimento com e não sobre o campo pesquisado. Estar ao lado sem medo de perder tempo, se permitindo encontrar o que não se procurava ou mesmo ser encontrado pelo acontecimento.

A maioria dos manuais de metodologia indica a necessidade de penetrar no campo da pesquisa sabendo de antemão o que se pretende buscar. O aprendiz-cartógrafo inicia o seu processo de habitação do território com uma receptividade afetiva. Tal receptividade não pode ser confundida com passividade. Na receptividade afetiva há uma contração que torna inseparáveis termos que se distinguem: sujeito e objeto, pesquisador e campo da pesquisa, teoria e prática se conectam para a composição de um campo problemático. Aberto à experiência de encontro com o objeto da pesquisa, o aprendiz-cartógrafo é ativo na medida em que se lança em uma prática que vai ganhando consistência com o tempo, marcando o propósito de seguir cultivando algo. Se se tratasse de passividade, estaríamos reféns das mudanças exteriores. Dizemos que o aprendiz-cartógrafo tem no início uma tendência receptiva alta, justamente para marcar esse caráter aventureiro e muitas vezes confuso do início de nossas habitações territoriais. Mas tal confusão, de ordem intelectual, é acompanhada de uma atração afetiva, uma espécie de abertura, uma receptividade aos acontecimentos em nossa volta, que nos abre para o encontro do que não procuramos ou não sabemos bem o que é. Atentos ao

que desconhecemos, com uma atenção fora do foco⁵, orientados por uma atitude de espreita (*ethos* da pesquisa), o cartógrafo se guia sem ter metas predeterminadas. Seu caminho (*hodós* da pesquisa) vai se fazendo no processo, indicando essa reversão metodológica que a cartografia exige (*hodós-metá*)⁶. Por isso a ocupação de um território numa pesquisa não pode ser iniciada com um problema fechado, sabendo de antemão o que se busca. Tal posicionamento fecha o encontro com a alteridade do campo territorial, permitindo muitas vezes só encontrar o que já se sabia ou, o que é muito pior, não enxergando nada além dos seus conceitos e ideias fixas. Portanto, para o aprendiz-cartógrafo, o campo territorial não tem a identidade de suas certezas, mas a paixão de uma aventura. Esta afecção pouco esclarecida não pode ser vista como um salto no escuro da ignorância. O ignorante é passivo e, portanto, afeito às mudanças da moda e às forças hegemônicas, enquanto o receptivo é curioso. Há uma distinção entre quem se deixa levar por passividade e obediência a determinadas regras e aquele que, por curiosidade e estranhamento, se lança a perder tempo com o cultivo de uma experiência.

A pesquisa como experiência singular e implicada

Em 1999 começo a me encontrar com o universo da capoeira Angola, participando ativamente do Grupo de Capoeira Angola Pelourinho (GCAP) em sua subsede de Niterói, coordenada pelo professor Carlo Alexandre Teixeira (Carlão)⁷. Nossas atividades aconteciam num espaço conhecido como “Casarão” no Bairro de São Domingos, reunindo em nosso grupo pessoas de várias idades e classes sociais.

⁵ V. Kastrup, “O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo”, nesta coletânea.

⁶ E. Passos e R. Benevides, “A cartografia como método de pesquisa-intervenção”, nesta coletânea.

⁷ Atualmente já como Mestre de capoeira, Carlão desenvolve um trabalho em seu novo grupo chamado Kabula, sediado em Londres e no Rio de Janeiro.

Durante mais ou menos quatro anos, vivenciamos ricas experiências de aprendizado da capoeira e de suas tradições, numa estreita convivência coletiva e generosa. Diante do interesse em continuar pesquisando a aprendizagem e de minhas vivências como aprendiz de capoeira Angola é que surgiu a ideia de minha tese de doutorado: penetrar no universo da capoeira Angola a partir da perspectiva do aprendiz, descrevendo e analisando suas práticas. Quis realizar, à luz dos jogos de aprender capoeira, um diálogo com o campo dos estudos de aprendizagem, entrecruzando, para a sua compreensão, psicologia, sociologia, antropologia, filosofia e arte. Sem que pudesse de imediato me dar conta, minha percepção do que era aprender passava a ganhar contornos distintos através da prática de aprendiz da capoeira. Fui notando que, ao contrário do que normalmente se diz a respeito do hábito, esse não leva ao automatismo. Repetir e habitar certa forma de experiência pode não lhe cristalizar em formas automáticas, mas ao contrário permitir um acesso engajado à experiência que se quer investigar. Não podemos confundir com passividade ou automatismo o engajamento afetivo e o mergulho que tal afetividade acaba por impor ao aprendiz-cartógrafo. Começo minha pesquisa de aprendizado afetivamente engajado e receptivamente aberto, habitando o território do aprendizado da capoeira – algumas intuições e pouquíssimas verdades ou certezas.

Contraímos hábitos o tempo inteiro sem que tenhamos ciência disso. Há um caráter espontâneo na formação dos hábitos que indica uma mudança, não só nos modos de agir, mas na maneira como percebemos o mundo (Eirado, 1998). Tal mudança perceptiva impede ligar a formação dos hábitos a rotinas automáticas e repetitivas. Mais do que automatizar as condutas, os hábitos transformam o modo como percebemos e interpretamos a realidade. Um capoeirista que participa cotidianamente dos treinos e das rodas não se dá conta de como sua rotina transforma os modos de perceber e atribuir sentido a esse mundo que se lhe afigura tão próprio. E, surpreendentemente, o mundo que parecia, ao principiante, tão simples e dividido em tipos ou formas gerais, ganha contornos e nuances nunca antes experimentados.

Mas, se o hábito pode ser pensado como uma ampliação engajada e aberta às expressões e aos sentidos da capoeira Angola, as representações e as expectativas do aprendiz-cartógrafo quanto ao mundo que o espera são, na sua maioria, formas abstratas e organizadas: descrições intelectuais que dizem muito mais dos rótulos e esteriótipos do que da experiência que se avizinha.

Quando comecei a treinar capoeira Angola, no final da década de noventa, duas atitudes (*ethos* do iniciante) estavam presentes: de um lado uma abertura e uma receptividade afetiva a este universo; e, por outro, uma captura muito fácil pelas formas dicotômicas e simplificadoras dos modelos intelectuais. Rapidamente não só me engajei e me deparei com sutis formas de expressão do jogo de Angola, como também construí modelos ou formas gerais de entendimento. Minha compreensão tanto dos movimentos quanto dos tipos de capoeira perpassava esquemas simplificados e gerais. Aluno ainda pouco afeito a essa prática, tendia a simplificar a capoeira. Por exemplo, entendia que só há dois tipos de capoeira: a Angola e a Regional. Pouca experiência e muitas modelos estereis e gerais. Com o tempo minha sensibilidade foi se ampliando e fui percebendo as várias nuances e diferenças dentro do universo da capoeira Angola. Ao invés de continuar seguindo em direção às formas gerais, experimentei um alargamento de minhas percepções com uma compreensão mais nuançada da capoeira. No lugar de me tornar especialista e realizador de habilidades, o hábito ampliava minhas capacidades de ser capoeirista, inserindo a mudança e a variação.

Como na viagem a uma cidade desconhecida, no início temos muitas expectativas e formas gerais a respeito do lugar e uma abertura receptiva e afetiva para lá penetrar. Após a habitação da cidade, os modelos gerais vão se esvaindo e as experiências concretas vão se encarnando em novas ideias e conceitos corporificados (Varela, 1995; Varela, Thompson & Rosch, 1993). Não se trata de uma diferenciação por especialização, cuja tendência é diminuir o foco, mas de uma

diferenciação por ampliação, que não obedece à generalização. Assim o hábito, enquanto um processo de transformação de nossas sensibilidades e de nossas condutas, não se dirige do heterogêneo e singular para o homogêneo e geral; da conduta hesitante para a automática e reflexa; do particular para o universal.

No aprendizado do cartógrafo, o início da pesquisa é aparentemente mais organizado e sistemático. O projeto inicial é mais claro e com fundamentos precisos do que em seu desenvolvimento e conclusão. No entanto, essa organização inicial é forçada e dicotomizada, respondendo apenas aos anseios de uma ordem racional, abstrata e desencarnada. O principal no início da pesquisa é a organização dicotômica. No nosso caso, de um lado a capoeira Angola, expressão da pureza, de uma resistência intocável aos princípios fundadores de um passado, a verdadeira e legítima capoeira-mãe; de outro lado, as outras formas de capoeira como a “Regional” que parecia ter esquecido as tradições, jogando fora a ritualística e magia em nome de uma escolarização e marcialização da prática da capoeira.

Quanto mais mergulhamos no território da capoeira, mais perdemos as certezas abstratas e esquematizadas em avaliações dicotômicas e, por outro lado, mais encontramos os modos concretos e singulares de expressão e assinatura, com personagens rítmicos e paisagens melódicas. A simplicidade do múltiplo vai aparecendo. No processo de se avizinhar e habitar o campo, depara-se com um universo muito mais plural e rico.

Experiência de construir um território exige um saber “com” e não “sobre”

Mas não basta apenas um engajamento afetivo e receptivo diante do campo territorial em que a pesquisa se realiza. A passagem pelo campo territorial não garante as transformações do geral para o concreto, se o aprendiz-cartógrafo não se posicionar de um modo lateral e em composição com o campo. Eis então a pista metodológica que é bem mais uma atitude do cartógrafo: pôr-se ao lado, o *ethos* da pesquisa. A lateralidade ou a prática da roda faz circular a expe-

riência incluindo a todos e a tudo em um mesmo plano – plano sem hierarquias, embora com diferenças; sem homogeneidade, embora traçando um comum, uma comunicação. Tal aposta metodológica da cartografia nos coloca lado a lado com a tradição das pesquisas qualitativas e daquelas que investem nas práticas de inclusão e de participação efetiva daqueles que, tradicionalmente, estariam apenas na posição de objeto/participante. Nesse sentido, a pesquisa pressupõe implicação⁸.

A implicação do aprendiz-cartógrafo deve posicioná-lo sempre ao lado da experiência, evitando os perigos da posição, bastante comum nas pesquisas tradicionais, do falar sobre. O aprendiz-cartógrafo deve cultivar uma posição de estar com a experiência e não sobre esta. A afecção que marca a disponibilidade ao território é experimentada inicialmente como um chamamento pouco esclarecido ou até mesmo confuso. A inteligência, não acostumada a esse tipo de experiência, sente necessidade de explicar ou entender o que acontece. Mas não seria esse o objetivo da pesquisa, compreender o que a princípio parece confuso e obscuro? Sim, mas existem formas distintas de construir um entendimento do território pesquisado. Uma dessas maneiras de pesquisar visa ao caminho que vai do concreto para o abstrato, do particular para o geral. Tal posicionamento acaba por separar de modo hierárquico a explicação do que é explicado, quem conhece do que é conhecido, gerando um ponto de vista desencarnado que sobrevoa a realidade em uma posição de observador de terceira pessoa (um outro *ethos* da pesquisa). Tende a se tornar um discurso cada vez mais puro e claro sobre algo que cada vez mais aparece descolado dos acontecimentos. É estranho como acostumamos a chamar isso de conhecimento. A experiência de habitação de um território de pesquisa acaba sendo um gatilho inicial para a decolagem interpretativa em busca das formas puras e claras dos conceitos e sistemas gerais. E quando através dessas fórmulas gerais retorna-se aos acontecimentos, o que se encontra são casos

⁸ E. Passos e R. Benevides, “A cartografia como método de pesquisa-intervenção”, nesta coletânea.

particulares de sistemas gerais. A composição com as formas e as forças da experiência são permitidas apenas no engajamento inicial com o campo da pesquisa. A metodologia tradicional indica que tal posição, de estar ao lado e com a experiência, não é compatível com a explicação ou com o conhecimento, devendo aos poucos ser substituída por experiências indiretas e submetidas às formas gerais do entendimento. É possível conhecer sem se colocar na posição do “saber sobre”? Acreditamos que sim, e o método da cartografia propõe exatamente isso, pois cultivar é diferente de dominar e controlar.

O “saber sobre” afirma um paradigma epistemológico ou uma política cognitiva (Kastrup, Tedesco e Passos, 2008) que busca controlar o objeto de estudo em sua manifestação presente e futura, valendo-se de modelos explicativos que contam com uma repetição no futuro determinada por regras gerais. Conhecer aqui é controlar variáveis da realidade, antecipar o futuro, determinar a regularidade do fenômeno. Esse *ethos* da pesquisa pressupõe o ideal purificador da ciência que busca o testemunho fidedigno dos fatos em seu poder de confirmar ou refutar as hipóteses de trabalho (Stengers, 1990). Visa-se à neutralidade do conhecimento e, para tal, a distância entre sujeito e objeto é condição de possibilidade da verdade científica. A experiência dá lugar ao experimento, como se não houvesse continuidade entre esses conceitos. Aposta-se na ruptura epistemológica como *modus operandi* do conhecimento rigoroso.

O “saber com”, diferentemente, aprende com os eventos à medida que os acompanha e reconhece neles suas singularidades. Compreende de modo encarnado que, mais importante que o evento em geral, é a singularidade deste ou daquele evento. Ao invés de controlá-los, os aprendizes-cartógrafos agenciam-se a eles, incluindo-se em sua paisagem, acompanhando os seus ritmos. Nesse sentido, os aprendizes-cartógrafos estão interessados em agir de acordo com esses diversos eventos, atentos às suas diferenças. O pesquisador se coloca numa posição de atenção ao acontecimento. Ao invés de ir a campo atento ao que se propôs procurar, guiado por toda uma estrutura de perguntas e questões prévias, o aprendiz-cartógrafo se lança no campo numa atenção de espreita. Conhecer, nessa perspectiva,

pressupõe o “endereço” ou a relação de mutualidade que entrelaça sujeito e objeto da pesquisa. Vinciane Despret (2004a, p. 73), estudando o campo da etologia, destaca a relação de interesse que articula aquele que conhece (o etólogo) e aquele que é conhecido (o animal): “A experiência de interrogar o vivo é uma situação social na qual o fato de entrar em contato ou não jamais é indiferente”. E qual é o sentido desse “entrar em contato”? A pesquisa deve, então, “cuidar” da relação – Despret distingue dois tipos de endereçamento do cientista: o endereçamento daquele que cuida e daquele que julga (Despret, 2004b). Pesquisar é uma forma de cuidado quando se entende que a prática da investigação não pode ser determinada só pelo interesse do pesquisador, devendo considerar também o protagonismo do objeto. A investigação é cuidado ou cultivo de um território existencial no qual o pesquisador e o pesquisado se encontram.

A prática da capoeira Angola tem um modo muito particular de definir o tempo do seu cultivo, que pode servir de exemplo da habitação de um território de pesquisa pelo aprendiz-cartógrafo. Desde os tempos mais antigos, os angoleiros⁹ encaram as rodas e as festividades como tempo de vadição. Mesmo atravessados pelos tempos do trabalho que controlam o corpo, os capoeiristas aproveitavam as horas vagas para vadiar, ou melhor, para parar o tempo do relógio e contemplar o tempo dos eventos. Frede Abreu (2005), num lindo livro a respeito da capoeira na Bahia do século XIX, destaca essa atmosfera dos angoleiros, ao se referir à posição da “cocorinha” característica do jogo da capoeira: modo de ficar agachado, como que sentado nos calcanhares sustentando o corpo sob os pés. Nem em pé nem sentado, o capoeirista fica entre essas posições, intermediário, em meio ao que se passa. Além de ser uma posição de defesa e esquiva, a cocorinha é a posição em que os angoleiros iniciam, ao pé do berimbau (diante da orquestra) e ao lado do oponente, o seu jogo. Frede Abreu relata assim essa posição nos capoeiristas do século XIX na Bahia:

⁹ Modo como os capoeiristas que participam da capoeira Angola são chamados.

A cocorinha. Eis aí outro cruzamento do mundo do trabalho do negro com a capoeira: a posição de cócoras em que os ganhadores ficavam (em repouso), às vezes horas a fio, como se não quisessem nada, desbastando o tempo, esperando a hora passar, adivinhando, intuindo, espreitando uma nova chance de trabalho. Torcendo para surgir um novo biscate, pois o trabalho do carregador (principalmente ligado ao cais) também dependia do acaso, das flutuações da maré, do tempo, das chegadas e saídas dos navios, da força da economia, da quantidade de carga disponível, etc. Na beira do cais, enquanto a hora da labuta não chegava, podiam ficar esperando o relaxamento da vigilância policial para armarem rodas de jogos proibidos, cultivar vícios e iniciar as vadiagens. (...) O hábito da cocorinha se repetido automaticamente pelos carregadores, todos os dias, podia funcionar como um rito. Um rito de repouso e espera (faces da preguiça) – estado de vigília – no qual pessoas que dispunham de tempo indeterminado para assim ficar terminavam por marcar um lugar, estabelecer um ponto fixo – seu canto. (Abreu, 2005, p. 103-104)

É impressionante a beleza dessa cena. Nela encontramos todos os elementos da vadiagem e de sua estreita relação com o tempo do cultivo e da habitação de um território existencial. Primeiro elemento presente é o repouso, ou melhor, o desligamento dos planos da movimentação automática e claudicante do dia a dia. Ficar horas a fio numa mesma posição. Mas esse repouso “como se não quisessem nada” não se confunde com uma dispersão da atenção, um desligamento dos acontecimentos, mas a concentração de uma estranha atenção desfocada, uma espreita atenta a diversos eventos inesperados. Repouso dos movimentos automáticos e espreita aos eventos, “do acaso, das flutuações da maré, do tempo, do relaxamento da vigilância policial ...”. Espera atenta, mas não ansiosa, ciente e respeitosa do tempo dos eventos e da necessidade de não atropelá-los, estando o sujeito disposto a aproveitá-los. Esse é o rito de vadiagem, “um rito de repouso e espera”. “Vamos vadiar na roda de fulano!” É com esse espírito que os angoleiros se dirigem para as festas e suas

rodas, relaxados e dispondo de um tempo a perder. Despreocupados com as horas ou pelo menos não deixando que elas lhe indiquem o rumo do dia. É dia de brincadeira, de atenção aos jogos, às conversas, aos encontros, às disputas, sem pressa para realizar o que pretende, ou melhor, sem muitas pretensões. Na espreita, portanto, o capoeirista está na espera dos acontecimentos, rindo quando consegue o tempo de uma rasteira e rindo quando lhe passam a perna. Afinal, o riso na vadiação não surge apenas quando o tempo lhe é oportuno, mas também quando não lhe é. De qualquer modo, é um evento, e como tal devemos lhe render as homenagens devidas. A vadiação é consequentemente um excelente professor de capoeira, permitindo ao aprendiz cultivar uma disponibilidade, uma disposição ao tempo dos eventos, atento às dobras dos acontecimentos e à sua espreita, sem ansiedade ou pré-julgamentos.

Nesse sentido, nos parece ser a vadiação um dos elementos mais importantes para o aprendizado da capoeira Angola, visto que a experiência não pode ser antecipada ou controlada. Não há como guiar ou controlar a vadiação, nem muito menos treiná-la, a não ser na convivência com situações propícias a ela. Seu aprendizado, como tudo que diz respeito aos eventos singulares e irrepetíveis, necessita de um “fazer com”, realizando com os aprendizes situações abertas e propícias para o tempo da vadiação, sensibilizando-os, abrindo em suas experiências sua atenção desfocada. Na experiência viva e não estereotipada, a ansiedade e a atenção focada podem ser incompatíveis com a posição da espreita. A vadiação leva (como na “levada” de uma dança, ritmo, gingado) os aprendizes a disporem de uma atenção ao tempo dos eventos, a perderem tempo, para que os signos possam ser contemplados e decifrados na atualidade dos encontros, sem pressa ou ansiedade dos planos futuros. O cultivo aqui é a disposição a perder tempo – quando o perder é ganhar mais intimidade com a evolução criadora própria da duração (Bérgson, 1956).

Essas práticas, que de algum modo o universo da capoeira Angola nos oferece, produzem sobre o pesquisador um efeito de contágio diante da tarefa de estudar o universo do aprendizado da capoeira. Pesquisar esse campo pressupõe habitá-lo. Compôr-se com

o campo não significa não ter foco, mas exige que esse foco esteja aberto à espreita, que se fique atento ao fora do foco (Alvarez, Passos, Carvalho, Cesar, Gonçalves e Benevides, 2008).

A cartografia pressupõe habitar um território

Habitar um território existencial é uma das pistas do método cartográfico. Uma pista metodológica não é o mesmo que uma regra ou protocolo de pesquisa, não é um procedimento que se dita de antemão, mas requer um aprendizado *ad hoc*, passo a passo. Nesse sentido, lançamo-nos na pesquisa tal como se diz “lançamo-nos na água”, sem perder de vista que tanto a pesquisa ela mesma quanto o campo pesquisado estão sempre num processo incessante de coprodução e coemergência.

Para habitar um território existencial é preciso um processo de aprendizado, entendido mais como experiência de engajamento do que como etapas prescritíveis de uma metodologia de pesquisa. Experiência que só se dá à medida que se realiza, sem pré-condições. O aprendiz-cartógrafo, inicialmente inseguro por não conhecer o campo que encontra (afinal, mais encontramos do que buscamos algo), vai descobrindo aos poucos que as regras prévias são valores móveis que não existem de modo rígido e universal, como nada garantem. Vai sendo provocado e contagiado pelas experiências de habitação, abandonando as formas rígidas, as regras fixas e experimentando a abertura de uma atenção flutuante, numa espreita a avaliar e tomar decisões encarnadas na experiência concreta. Vai desenvolvendo uma mudança da atenção focada e reduzida para uma atenção desfocada que pode apreender os movimentos do território. O aprendiz-cartógrafo vai percebendo que não há outro caminho para o processo de habitação de um território senão aquele que se encontra encarnado nas situações. Mais do que um aprendizado de regras, o aprendizado da cartografia implica uma ambientação aos espaços do campo, onde realmente podemos treinar nossa paciência e atenção aos acontecimentos. Tais sensibilizações, quando vêm, pressupõem experiência e tempo, sendo cultivadas nos jogos e nas

disputas que o processo da pesquisa oferece diariamente, esvaziando o aprendiz das armadilhas que os pré-julgamentos e verdades gerais acabam por nos levar.

A habitação de um território existencial está mais ligada a uma disposição de composição do que à execução de normas técnicas. Não se visa a uma submissão ou um domínio do campo pesquisado, mas a um fazer com, compondo com os elementos envolvidos. Desde o trabalho de campo até a realização dos relatórios, a pesquisa cartográfica vai indicando ao aprendiz-cartógrafo certo cuidado de composição. Esse aprender **com** acaba por cultivar no aprendiz a necessidade e a disposição do engajamento no campo pesquisado.

O território que o aprendiz habita vai se tornando próprio ou comum: um mundo próprio, no sentido de mundo comum e não de mundo privado (Uexkull, s/d). Diferente do processo de identificação do pesquisador ao campo, o aprendiz-cartógrafo se avizinha e se implica, experimentando o pertencimento ao que não lhe é privado. Tal mergulho no campo de pesquisa não pode se fazer se o pesquisador se mantém aferrado às suas crenças ou à sua forma identitária. É nesse sentido que a experiência da pesquisa ou a pesquisa como experiência faz coemergir sujeito e objeto de conhecimento, pesquisador e pesquisado, como realidades que não estão totalmente determinadas previamente, mas que advêm como componentes de uma paisagem ou território existencial. Habitar o território da pesquisa permite compreender que o fenômeno estudado é um mundo amplo e diversificado, tal como o mundo da capoeira. Mesmo da perspectiva da capoeira Angola, o que encontramos, nas diversas localidades e grupos, não nos autoriza falar em aprendizado da capoeira Angola como uma unidade geral. A percepção geral e abstrata não é ponto de chegada de uma pesquisa cartográfica, mas, pelo contrário, marca a posição ingênua e preconceituosa de um aprendiz de pesquisador que pouco habitou e compartilhou com o campo que visa estudar. É no singular que aprendemos.

Habitar um território existencial, diferente da aplicação da teoria ou da execução de um planejamento metodológico prescritivo, é acolher e ser acolhido na diferença que se expressa entre os

termos da relação: sujeito e objeto, pesquisador e pesquisado, eu e mundo. A cartografia introduz o pesquisador numa rotina singular em que não se separa teoria e prática, espaços de reflexão e de ação. Conhecer, agir e habitar um território não são mais experiências distantes umas das outras.

Referências

ABREU, F. *A Capoeira Baiana no século XIX: imaginário e documentação*. Salvador, Instituto Jair Moura, 2005.

ALVAREZ, A. P.; PASSOS, E.; CARVALHO, H. F.; CESAR, J. M.; GONÇALVES, L.; BENEVIDES, R. As oficinas como espaço do protagonismo dos sujeitos no processo de avaliação In: Rosana Onocko Campos, Juarez Furtado, Eduardo Passos & Regina Benevides (org.). *Pesquisa avaliativa em saúde mental*. Desenho participativo e efeitos da narratividade. Campinas: Hucitec, 2008, p. 300-320.

ALVAREZ, J. M. *O aprendizado da Capoeira Angola como um cultivo da e na tradição*. Tese de doutorado em Psicologia, UFRJ, 2007.

BERGSON, H. *L'évolution créatrice*. Paris: PUF [1907], 1956.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Acerca do ritornelo. Em *Mil Platôs*. Capitalismo e esquizofrenia, v. 4. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 115-170.

DESPRET, V. *Hans, le cheval que savait compter*. Paris: Les empêcheur de penser en rond, 2004a.

_____. The body you care for: figures of anthro-zoo-genesis. *Body and society*. Sage Publications, v. 10(2-3), 2004b.

DO EIRADO, A. O hábito do ponto de vista ontológico e a produção da subjetividade. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, Niterói - RJ, v. 10, n. 1, p. 4-8, 1998.

KASTRUP, V., TEDESCO, S., e PASSOS, E. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

STENGERS, I. *Quem tem medo da ciência? Ciências e poderes*. São Paulo: Siciliano, 1990.

UEXKÜLL, J. V. *Dos animais e dos homens*. Edição livros do Brasil, Lisboa, (s/d).

VARELA, F. *Sobre a competência ética*. Lisboa, Edições 70, 1995. [1992].

VARELA, F., Thompson, E. & Rosch, E. *L'inscription corporelle de l'esprit: sciences cognitives et expérience humaine*. Paris: Seuil, 1993.

Pista 8

POR UMA POLÍTICA DA NARRATIVIDADE

*Eduardo Passos
e Regina Benevides de Barros*

“Somente a expressão
nos dá o *procedimento*.”
Deleuze e Guattari

A afirmação de Deleuze e Guattari (1977) nos indica uma direção quando a questão é a do método.

Um problema metodológico importante no campo da pesquisa em saúde e da clínica diz respeito ao que queremos definir como política da narrativa. No trabalho da pesquisa e da clínica, de alguma forma, é sempre de narrativas que tratamos. Os dados coletados a partir de diferentes técnicas (entrevistas, questionários, grupos focais, observação participante) indicam maneiras de narrar – seja dos participantes ou sujeitos da pesquisa, seja do pesquisador ele mesmo – que apresentam os dados, sua análise e suas conclusões segundo certa posição narrativa. O que os pacientes dizem na situação de análise, o que os terapeutas levam para suas supervisões, o que os supervisores contam do que ouviram, tudo isso implica tomada de posição numa certa política da narrativa.

A escolha desta posição narrativa (*ethos* da pesquisa/*ethos* da clínica) não pode ser encarada como desarticulada das políticas que estão em jogo: políticas de saúde, políticas de pesquisa, políticas da subjetividade, políticas cognitivas. Toda produção de conhecimento, precisamos dizer de saída, se dá a partir de uma tomada de posição que nos implica politicamente. O conceito de política com que

trabalhamos pressupõe esse sentido ampliado que não se restringe ao domínio específico das práticas relativas ao Estado. Retomando a etimologia da palavra, *politikós* diz respeito a tudo que se refere à cidade (*polis*), sendo a arte e ciência de governar o Estado um de seus aspectos. Com esse sentido ampliado, a política é a forma de atividade humana que, ligada ao poder, coloca em relação sujeitos, articula-os segundo regras ou normas não necessariamente jurídicas e legais. Não mais pensada exclusivamente a partir de um centro do poder (o Estado, uma classe), a política se faz também em arranjos locais, por microrrelações, indicando esta dimensão micropolítica das relações de poder (Foucault, 1977). Nesse sentido, podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece. Sendo assim, o conhecimento que exprimimos acerca de nós mesmos e do mundo não é apenas um problema teórico, mas um problema político.

O que queremos discutir neste texto, que tem preocupação metodológica, é o procedimento com que tratamos o objeto de estudo. Na pesquisa em saúde, o objeto exige um procedimento que possa incluir sua dimensão subjetiva, já que toda prática de saúde se faz no encontro de sujeitos, ou melhor, pelo que se expressa nesse encontro.

Como apreender esta dimensão expressiva própria das práticas de saúde? Qual procedimento metodológico nos permite tomar esse objeto no que ele transgride o sentido etimológico da palavra (do latim *objectus*, ação de por diante)? Se o objeto é aquilo que se põe tal como um obstáculo ou uma barreira a nossa frente, do sujeito se diz ser o que está ao lado (do latim *subjectus*, vizinho, próximo, limítrofe). Tomar os sujeitos e o encontro entre eles como objeto de pesquisa nos impõe um outro sentido para o rigor metodológico, aquele que nos força a pensar as condições de possibilidade para o exercício crítico-clínico que toda pesquisa em saúde, toda prática clínica exige.

Dois métodos e dois modos de dizer: extensivismo e intensivismo

Em saúde temos trabalhado com uma distinção entre o método extensivista e o intensivista. Em cada uma dessas alternativas metodológicas é certa dimensão do objeto que se apresenta. Num programa de ação extensivista como, por exemplo, desses a que a máquina do Estado é convocada a realizar diante da amplitude da nação, o método pode ser aquele que impõe determinado procedimento por força da lei. Tomemos, por exemplo, o problema da DST/AIDS e a palavra de ordem a ela tradicionalmente ligada: “toda a população tem que fazer sexo seguro”. Estamos aqui diante de um problema de saúde pública que ganhou uma importância internacional a partir dos anos 80, assumindo complexidades distintas se estamos, por exemplo, no Brasil ou em Moçambique.

Em uma primeira visada, poderíamos supor que o enfrentamento do problema da AIDS se faz por um método extensivista, uma vez que se objetiva a cobertura o mais ampla possível diante do perigo epidêmico associado ao vírus HIV. No entanto, o que nos diz a experiência? Em 2006, por exemplo, o Programa Nacional (PN) de DST/AIDS do Ministério da Saúde conseguiu garantir R\$ 1 bilhão do orçamento para a compra de medicamentos antirretrovirais, cobrindo 170 mil brasileiros, 100% dos pacientes, que estão com AIDS e que são atendidos no SUS – isso equivale a 0,1% da população brasileira, sendo que hoje a taxa média de prevalência dos infectados está entre 0,61% no Brasil. Poderíamos, numa primeira aproximação, afirmar aí a ação de um programa cujo método é extensivista. No entanto, sabemos que muito pouco se obteve quando a *palavra de ordem* “use camisinha” se impôs nos anos 80 com o advento do *risco* do HIV. Como nos alerta Ayres (1996, p. 16) os “conceitos de ‘fator’, ‘grupo’ e ‘comportamento’ de risco (...) têm servido de base para sucessivas estratégias de conhecimento e controle epidemiológico da doença. Mas o conceito de risco tem, frequentemente, apresentado ‘custos’ técnicos, sociais e políticos superiores a seus benefícios”. Dentre estes “custos”, estão o preconceito, o estigma, além da pouca

atenção para questões que, afinal, poderiam a todos atingir, como é, exatamente, a questão do HIV.

O sucesso do PN de DST/AIDS se deve à reinvenção do modo de dizer, da maneira de formular o problema, da maneira de se comunicar com a população. Foi preciso enfrentar uma política da narratividade presente nas práticas iniciais de combate à epidemia ligada ao HIV. Tais práticas expressam, para além do que poder-se-ia mapear como questões epidemiológicas, um certo modo de recortar o *socius*, um certo modo de produzir subjetividade a partir de critérios marcados pela pertença e identificação a certos (sub) grupos sociais.

O sucesso de cobertura alcançado pelas ações no Brasil pode ser ao menos em parte atribuído pelo rápido enfrentamento do modo naturalizado com que em outros países e políticas o tema das DST/AIDS ficou vinculado. Não se reduzindo a campanhas ou a práticas extensivistas, mas organizando-se como um trabalho de capilarização, de transversalização e de criação de novos modos de produzir saúde e sujeitos e de outras maneiras de narrar a experiência de cuidado no campo das DST/AIDS, o Brasil incorpora rapidamente outra política da narratividade ao fazer do conceito de vulnerabilidade um dos eixos organizadores das ações preventivas. A equipe coordenadora do Programa Nacional apostou num método intensivista que se faz por um movimento para fora da máquina do Estado (Benevides e Passos, 2005a; 2005b), incluindo as redes sociais, os direitos dos usuários de drogas ilícitas, a prática da redução de danos e, sobretudo, incluindo as minorias, como os usuários de drogas, profissionais do sexo, transexuais, homossexuais que impõem outras políticas de subjetivação e de narratividade. Os outrora assim chamados “grupos de risco” irrompem na cena política assumindo o protagonismo de suas vidas, do destino de sua saúde e participando da co-gestão de uma política que por isso mesmo se torna pública. A extensividade deixa de ser a meta previamente imposta para se tornar um efeito de práticas intensivas em um plano coletivo de forças instituintes (Lourau, 2004; Bellegarde, 2002). No lugar de

“grupo de risco” o tema da vulnerabilidade dissolve a dimensão identitária e de personalidade que a noção inicial impunha. A noção de vulnerabilidade descola a relação naturalizada infecção/indivíduo, colocando em questão novas relações de vulnerabilidade: estrutural, social, programática, além da individual. Muda-se a palavra, o conceito, mas muda-se, sobretudo, o modo de dizer: não mais falar ao indivíduo e do indivíduo, mas falar dos vetores do coletivo (vetores de gênero, vetores culturais, vetores socioeconômicos, vetores das políticas de governo e públicas). Como nos indica Ayres (1996, p. 19), “a noção de vulnerabilidade visa não à distinção daqueles que têm alguma chance de se expor à AIDS, mas sim ao fornecimento de elementos para avaliar objetivamente as diferentes chances que todo e qualquer indivíduo tem de se contaminar, dado o conjunto formado por certas características individuais e sociais de seu cotidiano, julgadas relevantes para a maior exposição ou menor chance de proteção diante do problema”.

O sucesso do programa de prevenção da AIDS se deve ao fato de que a extensão é feito de um modo de fazer intensivo que aposta nos processos de contágio ou propagação. Eis o modo de fazer intensivista: reverter o sentido negativo do contágio, colocando-o a serviço da vida – operação de antonomásia como indicou-nos Negri (2002) no *Poder Constituinte*: tomar o próprio pelo comum, tomar o pessoal pelo impessoal, tal como quando se diz no lugar de Rui Barbosa, o Águia de Haia. O vetor de contágio, mesmo em um país de índices dramáticos de prevalência da doença como é o caso atual de Moçambique¹, pode ser revertido se a contaminação deixa

¹ A população de Moçambique é de 20 milhões de pessoas, 52% são mulheres. A população é predominantemente rural; 23% da população vive em áreas urbanas. A taxa de fertilidade é 5,9%. A expectativa de vida é de 36,5 anos. A taxa de analfabetismo é calculada em 50% dos quais 71% são de mulheres. A taxa de prevalência entre adolescentes e jovens é em média de 13% de HIV+, tendo as mulheres entre 15 e 24 anos apresentado prevalência de 13 a 16%. Mais de 50% dos novos casos de infecção HIV são entre adolescentes e jovens, especialmente em meninas. Existe um Conselho de AIDS Nacional,

de ter o único sentido da morte, para indicar uma direção nova, desviante, geradora de grupalidade, de corresponsabilidade, de rede de cuidado. O contágio mais do que se ressignificar como palavra, assume outra função em uma narrativa pela vida. A palavra muda em um regime de dizibilidade outro, que não mais se referencia pela presença sombria da morte. Se a palavra de ordem operava com um pressuposto tanático, a palavra-contágio expressa o compromisso com a vida, se quer como expressão do vívido.

A reversão da antonomásia pode ser acompanhada em diferentes aspectos quanto à soropositividade: (i) do positivo como índice de morte, para o positivo como afirmação da vida, isto é, do contágio como característica própria de alguém ou de um grupo ao contágio como experiência impessoal, coletiva, que orienta uma política pública de DST/AIDS (a pergunta que queremos colocar é: como fazer do contágio algo diferente da morte?); (ii) reversão da posição de minoridade para a experimentação-minoritária, isto é, da identidade de soropositivo e de jovem soropositivo (o doente, o infectado, o acometido) para um protagonismo ativo daquele que, na condição de soropositivo, sai da posição passiva de quem sofre para a atividade de quem se engaja em um processo de mudança de si e do mundo, processo ou devir minoritário, como definem Deleuze e Guattari (1997).

Apostar no método intensivista é afirmar o princípio da transversalidade como o que causa ou força a ação clínico-política ou o que dispara um determinado movimento no plano das políticas públicas (Benevides e Passos, 2005a; 2005b). Transversalidade, na acepção inicial que Guattari (2004) dá a esse conceito, é o movimento de abertura comunicacional, de desestabilização dos eixos dominantes de organização da comunicação nas instituições: o eixo

conduzido pela primeira-ministra onde foram estabelecidos a multissetorialidade e a maior participação da sociedade civil como eixos condutores das ações. Esforços nos últimos anos se concentraram na criação de uma política institucional para a implementação de controle da epidemia (INJAD, 2001).

vertical de hierarquização da comunicação entre os diferentes e o eixo horizontal de homogeneização da comunicação entre os iguais. Traçar a transversal é, no que diz respeito aos modos de dizer, tomar a palavra em sua força de criação de outros sentidos, é afirmar o protagonismo de quem fala e a função performativa e autopoietica das práticas narrativas. Dizer, portanto, que o intensivismo nas políticas públicas de saúde se faz pelo uso da palavra-contágio nos obriga a pensar esse método na inseparabilidade entre o modo de fazer e o modo de dizer.

O conceito de transversalidade foi proposto por Guattari em 1964, servindo-lhe em junho de 1968 para pensar o que ocorrera em maio daquele ano contracultural. Diz ele no capítulo “Excertos de discussões: fim de junho de 1968” do livro *Psicanálise e Transversalidade*:

Acho que o que ocorreu foi algo que eu há muito tempo propusera com o termo transversalidade: certa abertura ou refechamento do acolhimento coletivo dos investimentos superegoicos, uma modificação dos fatores edipianos habituais do complexo de castração, algo que restituiu ao grupo um poder coletivo em detrimento das inibições individuais, uma atenuação do medo de ser massacrado, asfixiado, em razão de uma transgressão que se passa no nível das cadeias significantes inconscientes. Foi esse mesmo sistema de transgressão que atingiu – de modo relativo – a noção de propriedade, com as ocupações; a noção burguesa de pessoa, com as interpelações; a linguagem coloquial usada sistematicamente; o respeito a objetos veneráveis como a Sorbonne, a CGT, etc. (Guattari, 2004, p. 282).

O ímpeto militante de Guattari o leva a fazer afirmações radicais que, se, por um lado, não podem ser deslocadas desse contexto histórico – do qual não nos interessa entrar na discussão se 68 foi ou não um ano que não terminou –, por outro lado, guarda um

sentido que nos parece ainda novo e pertinente. De que política da transgressão nos fala ele? *Transgredir* não pode mesmo ser pensado sem a sua inevitável relação com o que do ponto de vista psicopatológico se define como perversão. O perverso frente ao imperativo da castração transgride o medo, locupletando todo e qualquer sinal da falta enquanto imperativo legal. Nesse sentido, o perverso recusa a finitude do que ele pode. Afirmar uma direção clínico-política pelo viés da transgressão não significa, no entanto, uma recusa da finitude. Transgredir, nesse sentido, é enfrentar práticas de assujeitamento/subjetivação assentadas no medo imposto por um significante social que opera psiquicamente como instância judicativa ou superegoica. Para Guattari, em 64 a posição assujeitada dos grupos e dos indivíduos se explica por uma imposição do medo. Aumentar o grau de transversalidade inter e intragrupo significa, para o autor, transgredir não só o modo tradicional de organização vertical e horizontal da comunicação nas instituições como também, para nós em especial, a relação dos grupos e indivíduos com a sua própria finitude. Diz Guattari, “a transversalidade é o lugar do sujeito inconsciente do grupo, o além das leis objetivas que o fundamenta, o suporte do desejo do grupo. Esta dimensão só pode ser posta em relevo em certos grupos que, deliberadamente ou não, tentam assumir o sentido de sua práxis e se instaurar como grupo sujeito, colocando-se assim na postura de se assumir como agente de sua própria morte” (Guattari, 1981, p. 101). Eis aí a operação de antonomásia.

Chega-se ao intensivo a partir da transgressão de formas sociais dominantes, como é o caso da forma triangular da família burguesa. O método, portanto, propõe uma ação sobre “o caso”, abrindo-lhe o coeficiente de transversalidade para comunicações extracódigo, fechando-lhe para as ameaças dos significantes sociais operadores de sobrecodificações. Agir sobre os coeficientes de transversalidade dos *casos*, eis a indicação metodológica. Trata-se, então, de uma operação complexa e mesmo paradoxal em que a transgressão como método se faz imediatamente também como a transgressão do método.

E por que transgressão do método? Porque, ao falar de método, não estamos falando mais de um domínio estrito de saber. Colocar a questão metodológica nesses termos nos afasta das exigências de purificação, de rigor asséptico que distingue e separa o fazer e o dizer, que distingue e separa as disciplinas, tomando a clínica algo diferente e dissociado do não clínico (Passos e Benevides, 2000). Falamos, então, de método clínico-político. E, se é assim, a pesquisa em saúde toma o seu objeto nessa interface entre a clínica e a política, entre a atenção e a gestão, o que nos obriga a tomar o “caso” afirmando um dentre dois procedimentos.

Dois procedimentos narrativos: redundância e desmontagem

É sempre de um caso que partimos em nossas análises e intervenções. Narramos casos. Mas qual é o sentido de um caso individual? Seja ele familiar, sexual, contratual, institucional, de grupo, um caso pode ter dois sentidos, o que equivale dizer que ele pode ser considerado a partir de dois procedimentos narrativos:

1) Frente a um caso pode-se ter como procedimento narrativo a redundância. Aqui o procedimento é o de organizar o que no caso é abundância (do latim *redundare*, transbordar, ser demasiadamente abundante), gerando uma circulação (repetição) do sentido que reforça a clareza do caso, sua unidade e identidade. Em termos gramaticais, trata-se de um pleonasmo tal como quando nos *Lusíadas* se lê: “Vi claramente visto o lume vivo/Que a marítima gente tem por santo”. Ver o visto do lume vivo: Camões faz do verso uma forma de repetição e insistência, seja pela via da aliteração dessas palavras iniciadas com o “v”, seja na obstinação semântica de uma clara visão, uma clarividência. É por uma operação de repetição que o caso é narrado: o circunlóquio, a repetição circular do mesmo garante um sentido inquestionável, claro e distinto, ou garante um padrão social. Esse padrão de que o caso é uma figura narrativa – isto é, o caso sendo um caso do padrão – opera como um fundo sobre o qual

o caso se destaca. Padrão e caso, fundo e figura: é essa a dinâmica do procedimento narrativo que chamamos de redundância.

Tal dinâmica é como aquela das figuras ambíguas da percepção visual que o gestaltismo tomou como exemplares da tese de que a ordem é dada desde sempre, dela nunca podendo escapar. A taça ou dois rostos se fitando: diante dessa figura, a percepção passa por salto de uma forma à outra, o que era fundo se tornando figura e o que era figura virando fundo. Na instantaneidade dessa pseudo passagem (grau zero de passagem), a percepção está sempre diante de uma das formas, nada havendo entre elas. O procedimento narrativo da redundância faz com que, do fundo, o caso se destaque como uma figura ambígua que se segrega ou se distingue para confirmar, em seguida, o significado emergente do fundo. O fundo, nesta concepção gestáltica, é sempre uma figura em latência, fundo repleto de significado e sobre o qual as figuras retornam, para dele de novo saírem, atendendo ao imperativo de uma estrutura que se pode supor como primeira (Guillaume, 1966).

Mas se há esta dimensão psico-física do fundo estrutural ou gestáltico, diferente embora próximo dele, há uma outra noção de estrutura não menos sobrecodificadora e homogeneizante, que produz outra inflexão para a narrativa redundante dos casos. Trata-se de um fundo tomado como estrutura lógica que se aplica à realidade a partir da reflexão abstrata. Aqui, emprega-se o termo estrutura para designar o que é da ordem da linguagem e do inconsciente.

Deleuze (1974), em um texto escrito para a *História da Filosofia* organizado por F. Châtelet, define sete critérios a partir dos quais se pode reconhecer o estruturalismo. Destes, o autor nomeia o primeiro como o Simbólico. Se desde a filosofia clássica estamos habituados a distinguir inteligência e imaginação, com o estruturalismo linguístico se reconhece uma terceira ordem, a do simbólico. No caso da linguagem, para além da dimensão real das palavras (significantes) e das imagens e conceitos a elas associados (significados), há uma dimensão estrutural do sistema da língua, “subsolo para todos os solos do real como para todos os céus da imaginação”

(Deleuze, 1974, p. 274). Esse subsolo de que real e imaginário derivam é descritível em linguagem lógica, em um matematismo que confere a esse estruturalismo um rigor e autoridade próprios do discurso científico. A filosofia e as ciências humanas e sociais constroem uma narratividade que lhes permite ultrapassar o limiar epistemológico que as mantém, até então, aquém do conhecimento rigoroso das ciências lógico-formais.

Apesar de diferentes, os dois estruturalismos são como face e contraface, estrutura gestáltica e estrutura simbólica, de uma forma de narrativa que toma a diferença a partir da semelhança. Narrar o caso pelo procedimento da redundância é buscar nele esse fundo estrutural por onde nunca passamos sem imediatamente estarmos diante de uma forma segregada. O caso, assim, se apresenta sempre como uma forma, com seus limites precisos, exigindo uma narrativa própria: uma grande narrativa, uma epopeia.

Segundo a leitura que fazem Deleuze e Guattari da obra de Kafka, o caso individual é tratado nas grandes narrativas ou nas “grandes literaturas”, gerando blocos que queremos designar de redundâncias:

Nas ‘grandes’ literaturas, o *caso individual* (familiar, conjugal, etc.) tende a ir ao encontro de outros casos não menos individuais, servindo o meio social de ambiente e fundo; embora nenhum desses casos edipianos seja particularmente indispensável, todos ‘formam um bloco’ em um amplo espaço (Deleuze e Guattari, 1977, p. 26).

Na avaliação crítica desses autores, o caso, nas “grandes literaturas”, é sempre o caso de um padrão, repetindo o que se supõe como regra geral ou “fundo” a partir do que tudo se destaca repetindo o imperativo legal. O fundo enquanto meio social, enquanto regra cultural, enquanto lei simbólica é predeterminado e garante um esquema de repetição do mesmo formal. O caso é, nesse procedimento narrativo, remetido a esse “fundo superior”: vai-se ao fundo, subindo-se, pois se sobe para atingir o que é tomado como fundamento do

caso, sua base superior ou seu contexto frente ao qual o texto do caso ganha sentido. O que é dito deve ser referido a esse fundo geral: o caso, para ser entendido, deve ser rebatido sobre um pano de fundo que é tanto um bom-senso quanto um senso comum.

Deleuze em *A lógica do sentido* (1982) define as duas formas da opinião (*doxa*) que aprisiona o sentido. O bom-senso é a direção ou sentido único que exprime uma ordem superior a que se deve obedecer. Narrar o caso com bom-senso é dar como direção da clínica esse sentido que vai do diferenciado das experiências de uma vida ao indiferenciado da estrutura clínica: do singular ao regular. Vai-se do passado ao futuro seguindo essa flecha do tempo que permite uma explicação determinista do caso e mesmo sua previsibilidade. O caso é relatado nesse sentido, em um único sentido.

Além do bom-senso, o procedimento narrativo de redundância submete o caso ao senso comum entendido como “função de identificação” que relaciona o diverso ao Mesmo (Deleuze, 1982, p. 80). Essas duas formas da *doxa* (bom-senso e senso comum) se pressupõem na constituição de uma narrativa redundante do caso. A direção previsível do relato do caso põe o passado, o presente e o futuro em uma linearidade causal, o que não pode se fazer sem uma instância unificadora da experiência de uma vida. Essa instância tem como forma a identidade de um sujeito que supomos estar presente do começo ao fim de um percurso do viver.

O caso submetido ao bom-senso e ao senso comum é narrado por um texto determinista, de linearidade causal e unificado pela identidade de um sujeito. Texto e contexto se entrelaçam, tal como figura e fundo, na concepção gestaltista de estrutura, ou elementos diferenciais de um sistema lógico-formal, na concepção estruturalista da linguística, antropologia ou psicanálise.

2) Mas, diante de um caso, pode-se ter como procedimento narrativo a desmontagem. Dessa maneira, do caso extrai-se a agitação de microcasos como microlutas nele trazidas à cena. O caso individual, no lugar de segregar uma forma única, gestáltica, é a ocasião para o formigamento de mil casos ou intralutas que revelam a

espessura política da realidade do caso. Segundo Deleuze e Guattari, Kafka fazia “engordar” o triângulo edípico, trazendo à cena outros triângulos opressores de que a família toma também seu poder: os triângulos judiciário, econômico, burocrático. Nesse sentido, o triângulo edípico, o caso edípico, é a ocasião para esse desdobramento ou multiplicação de casos. No limite desse triângulo, outros triângulos em uma proliferação fractalizante que recobre a superfície de um fundo de geometria irregular, longe do equilíbrio, apreensível menos pela inteligência do que pela intuição sensível – geometria sensível como a das nuvens ou da costa da Bretanha (Cf. Mandelbrot: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fractal>). O fundo aqui deixa de ser uma figura subjacente, tal como uma estrutura geral, para ser um plano de dissolvência que se alcança pela desmontagem do caso. Engorda e desmontagem, aumento de *quantum* intensivo e debreagem da realidade. A dissolvência é a experiência de desmontagem do caso, a sua desestabilização geradora de fragmentos intensivos, de partículas de sentido que se liberam, que são extraídas do caso. O caso molar se moleculariza. Sua forma dá passagem às forças que o habitam. O caso é, nesse sentido, o caso de um devir ou de um contágio. Essas partículas emergentes pela desmontagem permitem a experiência clínica do traçado de uma linha de fuga, uma linha de criação para outro território existencial possível (outro mundo possível como dizíamos no Fórum Social Mundial). Engordando e desmontando o caso, são mil casos que se configuram.

Mas o que é a experiência clínica nesse limite do caso? Como podemos estar sensíveis a esses pontos de fratura (fractais) do caso? Como fazer da experiência clínica uma narrativa acerca do inespecífico do caso? É preciso afirmar que todo caso é tanto uma propriedade de si (o caso de fulano, o meu caso, o caso do grupo, caso da clínica) quanto uma abertura para a sua própria dissolvência. Sua própria dissolvência: eis uma afirmação paradoxal de que não podemos nos furtar na clínica. Uma maneira própria de se dissolver; um estilo de dissolvência; um percurso de devir. Queremos afirmar que toda propriedade de si guarda um fundo de impropriedade, de

impessoalidade que faz da experiência clínica uma prática nunca completamente privada ou particular, mas pública, isto é, atravessada pela *polis*, pela política (Passos e Benevides, 2006).

Magritte pintou a “Assinatura em branco” propondo essa imagem a um só tempo a mais privada, a mais marcada pela propriedade (a elegante amazona em seu luxuoso cavalo) e atravessada pelo ambiente, pelas árvores, pelo céu, pela mata. Magritte narra uma paisagem existencial feita de si e de mundo, e essa assinatura só é possível porque a jovem amazona não é toda ela mesma, não se assina sem que aí mesmo se dissolva. Em tal paisagem, o fundo e a figura se lateralizam: contexto e texto ficam lado a lado, o todo do fundo atravessa o plano da figura sem mais qualquer sobrevoo. Figura e fundo formam um círculo criativo (Varela, 1994) sempre a girar como uma roda que põe todas as suas partes ao lado. Tal fundo, como plano de dissolvência, se inscreve na figura não como uma ausência faltosa, não como uma carência do todo pela parcialidade da forma, mas recupera a dimensão de abundância do ato de criação. A jovem amazona está assinada em branco e o branco é a cor da dissolvência em que todas as cores se reúnem.

O procedimento narrativo da desmontagem do caso a partir da “engorda” recupera o fundo de abundância para além de toda organização, de toda redundância. O fundo aqui, à diferença daquela operação de homogeneização própria da estrutura, impõe uma dinâmica de lateralização ou planificação dos diferentes vetores de existencialização que se cruzam no caso. Nessa narrativa, o caso se expressa como efeito emergente de uma abundância não organizada, heterogenética.

O fundo como abundância heterogenética é o fora do caso nele incluído – nem texto nem contexto, o fora-texto articula o texto do caso com o seu fundo inespecífico. O fora-texto são essas partículas intensivas que se extraem do caso pela sua desmontagem, permitindo que um movimento no limite de si seja realizado (Lourau, 2004b; 2004c). Deleuze e Guattari (1977, p. 35) falam de “tensores” ou “intensivos” como elementos que “exprimem tensões

interiores de uma linguagem”, marcando “um movimento da língua para seus limites”.

O procedimento narrativo da desmontagem das formas permite, em suas bordas, aticar o que lá insiste/resiste como força de criação (Benevides e Passos, 2003). No limite das formas algo vibra e contagia. Essa vibração, esse contágio cria uma ativação intensiva que permite tender (ir em direção)/estender os limites do caso. O trabalho clínico-político, seguindo as pistas do método cartográfico, narra a operação de extração de experiências minoritárias do que, no sintoma, aparece como bloco compacto.

Mas, o que é esta experiência minoritária? Ou melhor, como se dá esta experiência, já que não se trata de buscar uma definição abstrata? Como, na situação clínica, entrar em contato com a puls(ação) que se recusa a uma forma? O que se encontra para além e aquém destas formas?

Quando narramos um caso, podemos fazer uma experiência narrativa minoritária, pondo-nos em uma posição de estranheza ao que habitualmente é dito. Colocamo-nos, então, em posição de estranhamento, de interrogação ao que certa narrativa aceitaria como natural e regra, forçando a um descolamento do dito na busca das condições de sua produção.

“HIV é SIDA e SIDA é morte”². A frase dita por um professor activista³ num processo de capacitação traduz uma equação composta por termos que estabelecem relação de causalidade, sustentada numa língua maior. Que condições são essas que ligam

² Na viagem para Moçambique muda também a paisagem languageira. O português modula do Brasil para Moçambique. Na África de língua portuguesa se diz SIDA: Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

³ Em Moçambique desenvolve-se, desde fins de 1999, o Programa Geração Biz com o apoio da Pathfinder International e do UNFPA. Concebido como estratégia de enfrentamento das questões relativas à saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes e jovens, volta-se, dentre outros aspectos, para a prevenção da gravidez precoce e das DTS, HIV/SIDA. O Programa envolve profissionais da saúde, professores e adolescentes e jovens, seja dentro da

termos distintos como se fossem sequenciais? Na África, como se diz em Moçambique, esses termos têm fortemente relação direta.

“Dalina, professora da Escola Primária Completa de Milange, na província da Zambézia, se espanta quando sabe que o HIV é um vírus e que a SIDA uma síndrome, uma doença para seu entender. Ser portador do HIV não é estar doente, dizemos. Quanto mais cedo sabemos do seroestado, melhores condições temos de nos cuidar. Em Moçambique, agora, já há muitos sítios (lugares) em que o tratamento pode ser conseguido, e, mesmo antes de precisarmos tomar os remédios, pode-se ser acompanhado para que a SIDA não apareça, explicamos. Ter o HIV não é estar condenado à morte. Podemos viver ‘positivamente’, lutar pelo acesso aos serviços de saúde, criarmos redes de suporte, vivermos dignamente.”

A condenação inexorável à morte parecia não ter nenhum espaço sobrando para a construção de uma outra relação com a vida, uma outra narrativa para si. Mas, “ainda que maior, uma língua é suscetível de um uso intensivo que a faz correr seguindo linhas de fuga criadoras” (Deleuze e Guattari, 1977, p. 41).

As três características do procedimento de desmontagem e uma experiência em Moçambique

Percorrendo o que Deleuze e Guattari (1977) destacam como as três características de uma literatura menor, “aquela que uma minoria faz em uma língua maior”, pode-se acompanhar melhor o que seria para nós a ocasião de desdobramento de um caso na direção do plano coletivo de narrativa.

escola, seja nas comunidades. Diz-se daquele que é formado nesse Programa que ele se torna um “ativista” dado o compromisso que passa a ter em sua ‘base’ (sanitária, escolar ou comunitária) com os direitos do adolescente e jovem por sua saúde, por sua vida.

A primeira característica é que o procedimento de narrar o “caso” se dá por aumento do coeficiente de desterritorialização. Frente às impossibilidades, às formas fechadas e de circuitos repetitivos da narrativa do sintoma, será o aumento desse coeficiente que imprimirá o gaguejo do/no “caso individual” levando-o ao plano de constituição e não a outros casos igualmente individuais.

Como então fazer gaguejar o caso de Dalina? Como enfrentar não apenas sua “incorreta informação”, mas principalmente colocar em análise o que teria produzido a equação de morte?

Partimos da experiência de Dalina, mas também dos professores presentes no processo de capacitação. Afinal, o que eles tinham a dizer sobre HIV, SIDA, gravidez indesejada em adolescentes e jovens? Que desafios enfrentavam? Que problemas viam como importantes, urgentes, necessários, de trabalhar em suas escolas? O protagonismo de serem eles a construir o problema, eles a construir seus planos de intervenção, espantou. Como fazer, se sua função de professor, até aquele momento, era a de cumprir os programas (extensivistas) estabelecidos pela Direção (da escola, do distrito, da província, do ministério) e, assim, de seus alunos cumprirem também o prescrito, o padrão, a língua maior? Era preciso enfrentar os limites dos territórios regulados, controlados, instituídos, estabelecidos como verdades. Era preciso fazer vacilar aquela maneira de narrar o caso para que emergissem as condições de produção do narrado.

Fomos em busca dos elementos constituintes não apenas da narrativa, dos conteúdos que afirmavam o HIV como igual à SIDA, mas do modo como a equação se constituía. Só com a abertura do grau de transversalidade seria possível pensar diferentemente. Era preciso fazer gaguejar o caso individual de Dalina para que pudéssemos entrar em contato com as condições de produção da própria equação de morte. Nesse primeiro movimento de desmontagem, buscávamos o que no território vibrava como abertura, buscávamos aumentar seu grau de desterritorialização. Desmontar implica a quebra de um território identitário constituído a partir da equação SIDA/

morte. Desmontar esse território é quebrar não apenas o narrado, mas sobretudo os encadeamentos que constituem o modo de narrar. Desmontar esse território é também quebrar a organização linear e vertical como tradicionalmente o processo de ensino-aprendizagem se dá. Nós estamos, na situação narrada, em uma escola da capital da província de Zambézia, estávamos em Quelimane. As salas de aulas são dispostas formando um quadrado com o centro vazio. Cada uma das salas tem as carteiras dispostas em filas e estão, neste momento, ocupadas pelos professores de várias escolas da província que vieram para uma capacitação em saúde sexual e reprodutiva. Quando chegamos, propusemos que os professores dispusessem as cadeiras de uma forma circular de maneira a que ficássemos todos lado a lado. Mexia-se em uma arquitetura de saber e de poder. A desmontagem do território de saber-poder era a quebra das relações instituídas entre aquele que sabe e aqueles que não sabem, entre os que podem falar e os que não podem falar. Quebrávamos equações. É nessa cena em que se desmontam procedimentos narrativos que Dalina pode também começar a se desfazer de equações até então entendidas como verdadeiras.

A *segunda característica* do procedimento narrativo da desmontagem é a de que “tudo é político”, indicando que o caso individual é índice singular de situações que, problematizadas, mostram-se como *ethos* político, com ramificações do caso individual no plano imediatamente político. A fronteira que separa o “caso individual” do plano político mostra-se bem mais uma franja, zona de indiscernibilidade, do que marca de separação entre um (o caso) e o de qualquer um (o político).

Com a operação de desterritorialização, o caso de Dalina mostrou-se bem mais um caso de muitos outros professores. A equação de equivalência pode ser arguida não apenas com relação ao narrado por Dalina – HIV é SIDA e SIDA é morte –, mas ao que, enquanto operação de tornar igual, se apresentava como modo instituído de narrar: “mulher em Moçambique é para ter filhos”, “os adolescentes devem fazer o que os mais velhos mandam”.

O caso individual, desterritorializado, problematizado, indicava suas ramificações no plano da *polis*. A cada passo, ia ficando mais claro que Dalina, como caso individual, não se separava daquilo que nos outros casos indicava um certo modo de narrar, um certo modo de deixar ver, um certo modo de existir.

A *terceira característica* insinua-se indicando que tudo adquire valor coletivo. O caso é, então, ação com(um) e institui-se como agenciamento coletivo de enunciação. O comum, aqui, ganha outro sentido, diferente do que definíamos como “sentido comum” ou o sentido do como Um. O comum, agora, diz respeito a essa experiência coletiva em que qualquer um nela se engaja ou em que estamos engajados pelo que em nós é impessoal. Mesmo quando vivido, enunciado, protagonizado, emitido por uma singularidade, a narrativa não remete a um sujeito.

O sujeito é ele próprio um agenciamento de enunciação, isto é, ele se constitui num plano de consistência por agenciamentos, ele só existe em face de certas engrenagens, de determinados agenciamentos. O agenciamento de enunciação é, assim, desde sempre coletivo, pois se dá num plano de fluxos heterogêneos e múltiplos que se cruzam incessantemente, possibilitando infinitas montagens. Sujeitos e objetos, aqui, são índices de agenciamentos, funções que proliferam sobre o plano. Nesse caso, a enunciação precede o enunciado. Tal afirmação, entretanto, não deve ser confundida com qualquer forma de idealismo, pois a enunciação é ela mesma determinada pelos agenciamentos concretos.

Dalina é colhida pela enunciação-equação HIV=SIDA=MORTE. Ela a emite através de uma operação em que o processo de enunciação torna-se enunciado de um sujeito. Ela torna-se “caso” por esta “particularização” da enunciação-processo-coletivo em enunciado-forma-individual. A transformação, operação de antonomásia, desse “particular” em público, ou desse individual em coletivo se dá menos por uma oposição entre os termos e mais por uma diferenciação ou quebra na equação. Assim, o desdobramento de um caso na direção do plano coletivo de produção se fará pela

desmontagem das engrenagens particularizantes e cortadas da experiência coletiva. O procedimento narrativo da desmontagem não foca o sujeito da enunciação, o caso individual, um território identitário, seja ele um padrão cultural, uma língua maior, um programa extensivista em saúde.

O caso narrado/tratado como agregado singular de mil outros casos é apreendido pelo método intensivista, método em que a transformação se dá por metamorfose, criação de novos sentidos. Aqui o caso não tem sentido próprio nem figurado, já que se vê implicado, remetido aos muitos outros casos colocados num *continuum* de intensidades. O método intensivista trabalha na alteração/transposição dos limiars, lá onde a forma deixa de ser o que lhe foi em algum momento naturalizado. Fazer vibrar esses limiars num processo de contágio com/entre as formas, abrir o caso para suas intensidades, trabalhar nas misturas que o compõem e menos numa (suposta) pureza, parecem ser potentes índices clínico-políticos para que um caso (singular) não se dissocie de sua face coletiva. Aqui cada caso, mais do que ser um caso, é caso *comoum*, caso onde o um é menos unidade, individualidade, menos regra geral que homogeneiza os casos e mais o um-expressão, índice de qualquer um outro caso, aberto, portanto, a muitos num *continuum* de intensidades que compreende diferenças. Reverter o trabalho do caso tomando-o longe do padrão para dele tratar como próximo à alteração parece-nos oportunidade para processos de subjetivação mais autônomos e livres.

Temos, então, desenhados caminhos (*hódos*)⁴ que se distinguem, mas não se separam formando séries discursivas diferentes. O que queremos defender é que a cada uma dessas séries corresponde uma política da narratividade a partir da qual se apreende, seja a dimensão estrutural seja a dimensão expressiva do caso.

Por um lado, temos o método extensivista, um procedimento narrativo de redundância e uma análise estrutural do discurso. Por

⁴ A palavra método, no léxico português, deriva de dois vocábulos do grego antigo: *metá* (fim) e *hódos* (caminho)

outro lado, uma outra série se estabelece entre um método intensivista, um procedimento narrativo de desmontagem e uma análise expressiva do discurso. Duas séries, duas políticas da narratividade.

Toda experiência cartográfica acompanha processos, mais do que representa estados de coisa; intervém na realidade, mais do que a interpreta; monta dispositivos, mais do que atribui a eles qualquer natureza; dissolve o ponto de vista dos observadores, mais do que centraliza o conhecimento em uma perspectiva identitária e pessoal. O método da cartografia implica também a aposta ético-política em um modo de dizer que expresse processos de mudança de si e do mundo.

Referências

AYRES, J. R. C. M. O jovem que buscamos e o Encontro que queremos ser: a vulnerabilidade como eixo de avaliação das ações preventivas do uso de drogas, DST e AIDS entre crianças e adolescentes. In: Devanil, A. et al. (org). *Papel da Educação na Ação Preventiva*. São Paulo: FDE, 1996, v. 1, p. 15-24.

BELLEGARDE, P. L'Instituant contre l'institué (1969). In: AHMED LAMIHI E GILLES MONCEAU (Org.) *Institution et Implication: l'oeuvre de René Lourau*. Paris: Syllpse, 2002, p. 53-60.

BENEVIDES, R. e PASSOS, E. A instituição e suas bordas. In: FONSECA, T. e KIRST, P. *Cartografias e devires*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 341-356.

_____. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Cadernos de Saúde Coletiva*, v.10, 2005a, p. 561-571.

_____. Humanização na saúde: um novo modismo? *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, v.9, 2005b, p. 389-394.

DELEUZE, G. Em que se pode reconhecer o estruturalismo. In: *História da filosofia*, vol. 8: O século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1974, p. 271-303.

_____. *A lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1982.

_____. Il a été mon maitre. In: *L'île Deserte et autres textes*. Paris: Minuit, 2002, p. 109-113.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. Devir-intenso, devir-animal, devir-imperceptível. In: *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*, v. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997, p. 11-113.

- _____. *Kafka: por uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- GUATTARI, F. *Psicanálise e transversalidade: ensaios de análise institucional*. São Paulo: Ideias & Letras, 2004.
- _____. A Transversalidade. In: SUELY ROLNIK (org). *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.
- GUILLAUME, P. *Psicologia da Forma*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.
- INJAD. *Inquérito Nacional sobre Saúde Reprodutiva e Comportamento Sexual dos adolescentes e jovens – Relatório final*, Moçambique, 2001.
- LOURAU, R. O instituinte contra o instituído. In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau, analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004a, p. 47-65.
- _____. Processamento de texto. In: ALTOÉ, S. (org.). *René Lourau, analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004b, p. 199-211.
- _____. Uma técnica de análise das implicações: B. Malinowski, Diário etnográfico (1914-1918). In: ALTOÉ, S. (org). *René Lourau, analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004c, p. 259-284
- MANDELBROT, B. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fractal>
- NEGRI, A. *O poder constituinte: ensaios sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- PASSOS, E. e BENEVIDES, R. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 16, 2000, p. 71-79.
- PASSOS, E. e BENEVIDES, R. Passagens da clínica. In: Auterives Maciel, Daniel Kupermann e Silvia Tedesco (org.). *Polifonias: Clínica, Política e Criação*. Rio de Janeiro: Conreacapa, 2006, p. 89-100
- VARELA, F. O círculo criativo – esboço histórico-natural da reflexividade. In: Paul Watzlawick (org.). *A realidade inventada*. Campinas: Editorial Psy II, 1994, p. 302-316.

DIÁRIO DE BORDO DE UMA VIAGEM-INTERVENÇÃO

*Regina Benevides de Barros
e Eduardo Passos*

No método da cartografia, a inseparabilidade entre pesquisa e intervenção desestabiliza pressupostos tradicionais do conhecimento científico e o ideal de inteligibilidade que se hegemonizou como positivo, rigoroso, neutro, objetivo. Entender que toda pesquisa é intervenção compromete aquele que conhece e quem (ou que) é conhecido em um mesmo plano implicacional¹. O trabalho da pesquisa deve ser sempre acompanhado pelo registro não só daquilo que é pesquisado quanto do processo mesmo do pesquisar. E para quê registrar o processo? O que fazer com este registro? A quem endereçá-lo? O registro do processo da pesquisa interessa porque inclui tanto os pesquisadores quanto os pesquisados. Nesse sentido, tal registro se complementa no ato de sua restituição. O texto a ser restituído aos diferentes intervenientes permite a ampliação e publicização da análise das implicações que se cruzam no trabalho da pesquisa. Acompanhamos, nesse processo, a coemergência do objeto e do sujeito da pesquisa que se apresentam em sua provisoriidade. Como diz Lourau (1988, p. 249), “é a instituição cultural que determina por si (por ela) e não em si a existência do sujeito, assim como a do objeto”. O pesquisador está, portanto, incluído no processo da pesquisa e se restitui, ele também, na operação de aná-

¹ E. Passos e R. Benevides, “A Cartografia como método de pesquisa-intervenção”, nesta coletânea.

lise das implicações. O registro do trabalho de investigação ganha, dessa forma, função de dispositivo, não propriamente para concluir o trabalho ou apresentar seus resultados finais, mas como disparador de desdobramentos da pesquisa². A pesquisa-intervenção requer, por isso mesmo, uma política da narratividade³. Aqui o modo de dizer e o modo de registrar a experiência se expressam em um tipo de textualidade que comumente é designado como diário de campo ou diário de pesquisa.

R. Lourau (1988) dedicou-se, no livro *Le Journal de Recherche: matériaux d'une théorie de l'implication*, à discussão do texto diarista, indicando uma estratégia metodológica para a pesquisa-intervenção. O autor encontra a pista metodológica num certo exercício de escrita íntima. O texto diarístico, muito antigo como relato pessoal em primeira pessoa, aparece no início do século XIX como recurso para o trabalho de cientistas que se lançam ao campo deixando a segurança dos laboratórios de pesquisa⁴.

A técnica da restituição e do registro da pesquisa num texto diarístico se apresenta como um problema científico na etnologia de campo no momento especial da relação entre a Europa e suas colônias já na fase da descolonização.

Para que se realizasse uma verdadeira revolução epistemológica – introduzindo na pesquisa de campo a restituição do resultado à população estudada –, foi preciso um outro acontecimento político. Digo “outro”, porque a epistemologia é, antes de tudo, política. Esse acontecimento político foi o processo de descolonização, ocorrido no mundo inteiro, modificando na produção do saber antropológico, as sempre presentes e negligenciadas relações de poder entre ciência e colonialismo. A

² V. Kastrup e R. Benevides, “As funções-movimentos do dispositivo na prática da cartografia”, nesta coletânea.

³ E. Passos e R. Benevides, “Por uma política da narratividade”, nesta coletânea.

⁴ E. Passos e A. do Eirado, “Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador”, nesta coletânea.

descolonização produziu um efeito analisador enorme (Lourau, 1993, p. 54).

O diário de campo se apresenta como um desvio metodológico, quando uma alteração da política de pesquisa se impõe a partir das viagens de investigação para outros continentes. A África é, então, terreno, a um só tempo, de práticas políticas de colonização e de uma experimentação epistemológica diferente daquela da ciência instituída. Correlata à descolonização, uma outra política cognitiva se dá (Kastrup, Tedesco e Passos, 2008). Essa política, em termos dos dispositivos que fazem funcionar uma prática de pesquisa, tomou o diário como nova narratividade.

No diário de campo da etnologia é, entretanto, de um estranho íntimo que Lourau nos fala: íntimo porque ato de criação ocultado na escritura oficial e estranho porque de uma intimidade não propriamente pessoal. Interessa a Lourau a intimidade que “nos inquieta quando ela surge em uma obra que jamais lhe conferiu uma existência científica” (1988, p. 13). Tal intimidade é a do *hors-texte* (HT), o fora-texto⁵ que o analista traz à cena quando faz o movimento de *se jeter dans l'eau*. Lourau se lançou durante cinco anos na pesquisa dos diários para forçar a relação entre *texte* (T) e *hors-texte* (HT), relação sempre variável num jogo de presença e ausência, de contiguidade e de não contiguidade, criando um plano de escritura que ele designa como “um tipo de hipertexto invisível a ser construído pelo leitor-pesquisador” (1988, p. 13). Lourau está interessado, por exemplo, na relação entre o texto científico de Malinowsky e seu diário de campo, seu diário de pesquisa. Diz ele:

Este panorama muito rápido de alguns gêneros de diarismo dá, eu espero, uma ideia da combinatória dos HT por relação aos T. Isto esclarece, nos fenômenos dos diá-

⁵ Apesar de já haver entre nós uma norma de tradução que utiliza a expressão “fora do texto”, preferimos a grafia *fora-texto* para nos aproximar mais da formulação de Lourau e também dar destaque ao que, na noção de *fora*, evoca as contribuições de Foucault (1990) e Deleuze (1988).

rios de campo, de entrevista, de pesquisa, utilizados em ciências sociais, o necessário ultrapassamento intimista enquanto lapso permanente, escoamento não premeditado do que não pode ser dito, revelador da dor cotidiana do pesquisador: *les actes manqués de la recherche* (Lourau, 1988, p. 24).

Essa é uma ideia que Lourau (1994; 1997) persegue, à escuta dos lapsos, dos atos falhos que deixam escapar ou fugir as linhas do inconsciente institucional. O que o texto oficial da antropologia deve recalcar para se instituir como forma científica? O que foi mantido fora do texto, mas que é parte integrante do seu processo de produção? Segundo Lourau, os textos diarísticos "... revelam as implicações do pesquisador e realizam restituições insuportáveis à instituição científica. Falam sobre a vivência do campo cotidiana e mostram como, realmente, se faz a pesquisa. E é isso que não se deve dizer ou mostrar" (Lourau, 1993, p. 72). O texto diarista enuncia sua própria produção, liberando-se da pretensão do conhecimento definitivo sobre o objeto. Segundo o autor, é um devir feminino do texto que é preciso liberar, quando no texto se inclui o seu fora: o fora-texto.

Por que a imagem do feminino? Por que pensar a aventura do pesquisador sendo levada, no limite, a uma experimentação com a linguagem que o confronta com o ideal civilizatório por definição sempre masculino? Qual é o sentido dessa politização da prática de pesquisa, confrontada agora com o padrão hegemônico que elege o Homem como sua imagem identificatória ideal? Lembremos da análise aguda que Sarah Kofman (1978) faz da obra de A. Comte, designando a aberração do devir mulher do pai do positivismo.

A restituição de um processo de pesquisa-intervenção através do diário cria um plano em que pesquisadores e pesquisados se dissolvem como entidades definitivas e preconstituídas.

Queremos, através do texto a seguir, fazer uma restituição do que foi uma pesquisa-intervenção em Moçambique, onde um de nós esteve como consultor convidado para intervir no processo de formação de profissionais de saúde envolvidos com a prevenção do

HIV. Moçambique é um país que tem atualmente uma população de 20 milhões de habitantes e uma prevalência média de 16% de HIV soropositivos. As mulheres moçambicanas jovens são as mais atingidas pela infecção, sendo um desafio enfrentar as questões culturais e políticas que segmentarizam a sociedade moçambicana fazendo da mulher jovem a mais vulnerável.

Ir à África é fazer uma viagem muito distante. Mas de que distância se trata? Não só de uma distância geográfica, mas também dessa que encontramos em nós mesmos como um “distante interior” (Michaux, 1963). Acessar essa distância, aproximar-se da experiência africana é poder traçar um plano comum que nos une. A correspondência por correio eletrônico que ligou dois pesquisadores – um na África e outro no Brasil – nesta viagem-intervenção criou um diário entre-dois no qual pôde reverberar uma realidade coletiva.

Maputo, 24 de novembro, 15:38

Querido Edu

Por uma Lisboa cinzenta e vista entre o aeroporto e um pequeno hotel para descansar das nove horas e meia do trecho Rio-Lisboa, chego a Maputo após mais dez horas de viagem. O contraste é imediato: calor úmido, aeroporto apertado, uma longa e lenta fila para os estrangeiros não residentes e um ar de desconfiança para quem chega.

Passo pelo guichê da alfândega e sou olhada com interrogação. Pego a mala e sou chamada para ser revistada. Eles revistam tudo e a todos que chegam. Digo que vim fazer um trabalho com o setor de DTS/AIDS. A oficial da alfândega chama outro guarda, explica o que lhe digo e ele me libera.

Um verdadeiro enxame de pessoas aborda cada um que sai da sala de desembarque. Querem segurar as malas, o carrinho, você, sua bolsa. Digo que alguém virá me buscar, mas eles não saem de perto e perguntam insistentemente se alguém virá mesmo...

O calor é insuportável. Todos falam alto e estou meio zozna. A abordagem que os residentes fazem aos estrangeiros não residentes é invasiva. Luiz não chega. Vou trocar dinheiro para telefonar.

Logo depois nos encontramos. Ele está animado e conta como tem avançado no programa de SIDA (como eles aqui nomeiam) em Moçambique. País atingido por onze anos de guerra pela independência da colonização portuguesa e dezesseis anos de guerra civil (Frelimo x Renamo), Moçambique recentemente (o acordo de paz foi assinado em 1992) começa a ter outra face. Mas que face é esta?

No caminho para o hotel vejo inúmeras pessoas na rua, sentadas nas calçadas, favelas horizontais à margem da avenida que liga aeroporto-cidade. As roupas são coloridíssimas, as mulheres com biotipo mais para o gordinho, os homens mais magros, as crianças também magras enroladas ao corpo de suas mães.

Do hotel parto para onde um curso está acontecendo. A turma é formada em quase sua totalidade por mulheres. Todas com roupas coloridas, cabelos os mais variados. O ar é abafado, o cheiro de suor é forte. Que face é esta?

Alguém conta que sua sobrinha foi fazer o teste de HIV e deu positivo. Ela, a conselheira (como aqui chamam as pessoas que trabalham nos Gabinetes de Aconselhamento e Testagem Voluntária – GATVS) não sabia o que fazer. Como dizer aos seus parentes sobre sua sobrinha se esta não tinha coragem de fazê-lo e ela não poderia quebrar a confidencialidade? O tema da confidencialidade toma a sala. Todos se incomodam. Que face é esta?

Estou exausta. Que face é esta? Que face é esta?

Bjs

Regina

Rio, 25 de novembro, 19:54

Regina

Já sabíamos que a viagem seria mais do que quente, ou melhor, de uma temperatura complexa, paradoxal: quente e fria ao mesmo tempo. O aquecimento dos eventos sociais leva a um estado de tensão que esfria as relações pela desconfiança, pelo medo, pela vontade de evitar qualquer outro movimento. E o vírus da SIDA é

emblemático desse perigo e dessa vontade de nada mover, de nada fazer, de nada contatar. O sexo, a transação, a conectividade são contagiadas pelo medo da morte. Amiga, *take care!!!*

Um beijo
Edu

Maputo, 25 de novembro, 15:03

Pois ..., como se diz por aqui. Frio e quente em estranhas conexões. Tens r(zzz)azão, caro amigo (olha o sotaque). SIDA é doença de contágio e contágio é o que mais nos falta nesse estranho mundo de distâncias impressas pelo capitalismo completamente avassalador.

Que face é esta? Que corpos são estes envoltos em capulanas? Mulheres oprimidas por uma cultura em que devem servir aos maridos? Crianças que aos doze anos têm relações sexuais para não morrerem de fome? Culturas que alimentam crenças de que devem manter relações com virgens para se verem livres de doenças sexualmente transmissíveis (!)? Homens polígamos que sustentam suas cinco ou seis famílias e que ao descobrirem que uma de suas mulheres é soropositiva a expulsa de casa e a deixa morrer à míngua?

Há saída para um continente em que a previsão é de que a expectativa de vida, ao contrário da tendência mundial, cai a cada ano e que em 2020 será, no caso de Moçambique, de trinta e cinco anos???

Onde está o com(um)? Que face é esta?

Vejo esculturas belíssimas, impressionantemente expressivas. São rostos estarecidos, olhos horrorizados, corpos magrelizados. Mas há as cores incrivelmente fortes. Tudo por aqui é colorido. As mulheres usam turbantes, vestidos estampados, panos enrolados (capulanas). Os homens são menos coloridos, ainda que suas camisas também, grande parte das vezes, o sejam.

Hoje foi o primeiro dia do “curso para supervisores”. Eram treze participantes com alguma experiência na rede de saúde e em aconselhamento em SIDA. Espera-se que eles trabalhem apoiando,

dando suporte aos “conselheiros”. Fazemos um bom contato. Eu estava, no início, apreensiva. Acho que eles também. Há toda uma desconfiança com os estrangeiros. Afinal, seríamos novos colonizadores? Talvez essa ainda seja uma pergunta que deva ser feita.

Usamos modos de trabalhar incluindo método cartográfico, sem dúvida. Abrir o mapa. Mostrar o Brasil, mostrar a África, mostrar Moçambique. Afinal, estamos na mesma metade do planeta. Mostrar esse mapa como estratégia para traçar um outro, menos geográfico, menos cheio de fronteiras rígidas, mais intenso em suas linhas de fuga, em suas linhas nômades. Onde estarão os nomadismos destas savanas africanas? Falar de supervisão? Mais um taylorismo? Como escapar das verticalidades? Como ampliar o mapa, esticá-lo para que ele vire outra coisa?

Ao final do dia, dança africana. Lulu, o professor de dança, ensaia e ensina uns passos. Eu danço com os supervisores, com os conselheiros. Faz um calor danado. O suor escorre. Agora, entretanto, há alegria. Todos rimos. Digo que quero aprender com eles. O ritmo mostra nossas raízes. Viemos todos de cá? Corpos em movimento. Corpos “enclorados” e famintos. Estranhamente eu não sinto fome.

O que podem esses corpos?

Bj

Regina

Rio, 26 de novembro, 20:25

Regina mulata

A viagem transatlântica inverte o movimento que um dia fizeram as caravelas. De cá para lá reinventamos o sincretismo, hibridizamos às avessas. E se estamos dispostos ao contágio, se problematizamos exatamente o contágio, é porque não vamos como colonizadores. De fato, não haveria de ser diferente, já que nesse ponto a África e a América do Sul estão lado a lado no hemisfério menor. Entre nós nos ligam as aventuras trans-Atlânticas. A superfície do mar é o plano para a decolagem. Trata-se de uma viagem,

e toda viagem traz germens do devir. Regina mulata. Como fazer o mapa do mar? Como cartografar essa geografia aquática da viagem? Como lidar com estas distâncias que parecem ser tantas? O capitalismo em sua máxima crueldade fez da distância uma experiência genocida: africanização se torna um nome da perversão. Mas como lidar diferentemente com a distância? Como trabalhar com o que nos distingue sem necessariamente nos separar? É no entre-dois, entre a África e o Brasil, que algo se passa – tal como numa passarela do samba, numa passarela sobre a avenida Brasil. E *Isso* que se passa tem ritmo e cores vibrantes. Na verdade, há que se sentir a pulsação vibrátil desse meio. E tenho certeza que é como você, atenta, se posiciona nesta experiência de utopia ultramarina. O que vibra nessas crianças que comem sexo, que não viverão mais do que trinta e cinco anos, que sofrem por ser mulher, por ser preta, por ser pobre, ser africana, ser? Como fazer do contágio algo diferente da morte? Dançando, talvez, você me diz. Entre Regina e esses africanos algo se passa: Regina mulata!!!

Um beijo

Edu

Maputo, 26 de novembro, 14:52

Alma mulata. Entre o negro e o branco. Difícil equilíbrio numa linha da cor de muitas cores. As ruas são pouco iluminadas. Nelas “todos são pardos”. Dizem-me que não devo sair depois que escurece andando a pé. Os turistas são muito visados, explicam-me. Insisto, mas abro os olhos e aperto os passos. Olho fugazmente os edifícios. São velhos, mal conservados e alguns abandonados. Dizem que foi a guerra. Mas de qual guerra estão a falar? Não há muitas guerras sendo ainda travadas? Haverá paz? Lembro-me de uma carta-poema que li por ocasião da guerra no Iraque onde se afirmava ser impossível estar em paz quando em alguma parte da terra houvesse genocídio. Sinto-me assim. Não estou em paz. Talvez por isso não sinta fome. Tenho tido náuseas do cheiro forte dos cor-

pos suados, de ver como as pessoas na hora do lanche avançam para pegar alguns sanduíches e guardam em pequenos pedaços de papel.

Como esticar o mapa se claramente querem que parte dele suma em algumas décadas? Quais as chances?

Na avaliação do dia de trabalho, o relato dos participantes destacava que havíamos chegado quinze minutos atrasados, os celulares não tinham sido desligados e a sala estava desarrumada. Fico contente por um lado, por outro extremamente preocupada. O que eles não tinham gostado dizia respeito ao não cumprimento das normas e tudo por muito pouco (os celulares haviam tocado duas ou três vezes e mesmo assim muito baixo e o atraso tinha sido mínimo). Chama a atenção tanta rigidez. Na discussão aparecem outros aspectos relativos às normas. Normas despregadas do poder de normatizar. Normas/regras que se absolutizam como forma de controle. Propomos um trabalho onde eles devem ser construtores de seu conhecimento. O tema é a relação DST/SIDA. Abordamos a relação cultura-habilidades clínicas. Aproximarmo-nos das diferenças culturais (Changana, Shona, Matsuá, Maronga), da necessidade de acolhê-las para diferir. Retomo o que na véspera falara sobre o duplo sentido da clínica (clínica como acolhimento, *Klinikós* e clínica como desvio, *Clinamen*). Abre-se uma longa e forte polêmica sobre o termo “apoio clínico” como tarefa do supervisor ao conselheiro. Com toda a crueza aparecem os corporativismos, as lutas de mercado, o poder médico. Insisto tensionando e fazendo funcionar a clínica. É no limite que algo se desterritorializa para novas invenções. É no entre branco e negro que encontramos o devir negro do negro, negro da mulata. Aguento o debate mostrando que é ali, no conflito que nos alojamos para o exercício da mudança. Como desdobramento do tema da clínica outra polêmica se abre: os conselheiros pagos por ONGs ganham mais do que os enfermeiros que trabalham no mesmo lugar e que são pagos pelo governo. O tema da clínica se cruza com o do dinheiro (o analisador D). Do outro lado do Atlântico, beirando o Índico, o mapa se homogeneiza pela ação do equivalente universal. Aparece a relação das políticas das ONGs com o governo moçambicano. Políticas de Estado? Políticas de governo? Onde estão as

políticas públicas? As ONGs colocam dinheiro através de projetos no governo que não tem como sustentar o avanço de suas políticas sozinho. Pergunta-se: quem define as políticas? Quem define é quem paga? Vejo-me enfática defendendo o público, o povo moçambicano, o povo brasileiro. Defendo para não desistir. Ou seria porque não desisto é que defendo? Paradoxos mulatos.

Hoje teve som na dança promovida por Lulu. Já na hora do almoço os alunos da outra turma perguntavam-me se eu novamente iria dançar com eles. Brinco dizendo que estava treinando desde cedo e que certamente estaríamos juntos no final da tarde. Mesmo gripada e cansada, fui dançar com eles.

Beijos
Regina

Rio de Janeiro, 26 de novembro, 19:45

Mulata Regina

Estar aí defendendo um público como se estivesse aqui. A defesa é a forma da resistência quando estamos ao sul do Equador. E nisso somos irmãos dos africanos, quase pretos porque pobres. O cheiro forte do suor é um dos signos territoriais que aí parecem ser tantos: cores, cheiros, temperaturas, ritmos. Todo povo quer marcar sua terra, fazer o seu natal, garantir a expressão malgrado toda a força devastadora dos que pensam ser todo branco. Os brancos são todos iguais porque são todos brancos e todo branco. Como é difícil vivermos na parcialidade quando somos menores! Como é difícil não totalizar quando experimentamos o mundo abaixo desta linha imaginária que separa os desiguais! Imagino que deva ser dramática a luta (inglória) desse povo menor – porque pretos e pobres. Mas lutar por quê? Luta pelo totalitarismo!?! Mas, não!!! Este é o grande engodo: sofrer porque somos parciais e menores e tentar compensar isso numa luta inglória pela totalidade majoritária. Mas como explicar isso para quem tanto sofre? Como pedir para que esses menores que nunca chegarão aos 35 anos se conciliem com a condição menor. É isto: distinguir minoridade de minoritário, afirmar a força da expres-

são territorial que vence os obstáculos da fome, do calor, da miséria se impondo volátil como um cheiro, impalpável como um ritmo, intocável como uma cor.

Um beijo

Edu

Maputo, 27 de novembro, 18:20

Como viver na parcialidade sendo nela inteiro? Espinoza me acode. Há deus em cada modo, deus está todo lá. Esse modo mulato é mistura pura. Como a mistura pode ser pura? Não é bem assim... não é mistura pura, mas pura mistura. Esse talvez seja o meio possível para a expressão da minoridade. Mas aqui, eles querem (por força da ciência branca e pura) separar de um lado os praticantes da “medicina tradicional” (os curandeiros) e de outro os da “medicina oficial” (!). Não percebem que é na mistura que há a potência. Não se pode mesmo separar, mas distinguir. Há práticas estimuladas pelos curandeiros que levam à morte, que não criam proteção com relação à transmissão do HIV. Além disso, sabe-se que eles miseravelmente exploram tirando dinheiro dos doentes ao prometer curá-los dos maus espíritos. Mas, entre os da medicina oficial também há exploração ao transformarem a saúde em valor de troca e ao reafirmarem a onipotência médica. Ambos se igualam na maioria de seus discursos de verdade e poder. Como inventar práticas pelo meio? Como criar dispositivos de ampliação das redes e de lateralização dos territórios? Hoje queria falar dos dois dispositivos clínicos: analítico e articulacional. Como dizer? Lembrei-me da massa de pão e comecei perguntando quem ali fazia ou sabia fazer pão. Surpresa no ar... (que história é essa de pão?!). Começamos a falar dos ingredientes, da importância de sovar a massa, de deixar crescer o fermento, de esticar e voltar a amassar e depois de colocar no forno para então comer. Ingredientes e processos. Assim era a ação da clínica: em cada situação perguntávamos sobre quais ingredientes e vetores que a compõem; depois amassávamos, esticávamos, conversávamos, entrávamos em contato, víamos e in-

ventávamos outras possibilidades, deixávamos descansar a massa ... e forno. Pão: forma cheia de força para nos alimentar. Nada estava pronto, haveríamos que criar com o outro, no encontro. Era aí no ponto das misturas que encontraríamos a força para resistir, lutar, fazer a vida vingar. Mulatices.

Hoje não quis dançar. Sinto saudades. Sinto-me só. Há solidão da qual não devo e nem posso escapar.

Obrigada amigo

Beijo

Regina

Rio de Janeiro, 28 de novembro, 21:55

Querida amiga

A solidão é um estado pessoal, uma condição psicossocial ou uma velocidade do espírito? Se na passagem daqui para aí você já não é quem era, se a negritude é a forma dessa multidão de quem você sente o cheiro e as cores vivas das roupas, logo é de uma velocidade afetiva que você está falando. O afeto é um signo vetorial como nos ensina Deleuze⁶. Ele é a resultante do encontro entre corpos ou ideias, apontando para um aumento ou diminuição da velocidade absoluta do devir ou do viver. O afeto triste vetoriza para baixo e indica maus encontros, o alegre exalta nas alturas, é êxtase ou transvasamento, tal como o despregar-se de si que vimos na Vitória de Samotrácia. Por que os encontros aí te entristecem? Porque a África hoje parece realizar o racismo genocida de maneira autóctone. Já não é preciso invasores, colonizadores, navios negreiros e estrangeiros brancos contrabandistas de carne humana negra. É de dentro da própria experiência negra que o racismo se faz, como se estivesse inoculado através desta forma letal de contágio. Eis então uma cena horrível para nossos olhos, horrível porque traidora de nossas expectativas e valores: a imanência como figura da devastação e o contágio como forma da morte. Mas nós sempre

⁶ Deleuze, 1997.

apostamos na imanência e no contágio, embora já soubéssemos – talvez de forma ainda não trágica, diferente de como você hoje experimenta – que o CMI⁷ invadiu a vida tornando-se figura letal na imanência. É o CMI em toda sua virulência, fazendo da carne negra a mais barata do mercado. E isso é muito triste. Impossível não ficar triste. Creio que você está tendo um encontro trágico com o real capitalismo sem transfiguração, sem os conchavos que a América Latina foi obrigada a fazer para não padecer do mal de estar ao sul do mundo. O sul aí aparece em toda a sua crueza. E como não ficar afetado por isso? Impossível. Mas sabemos também que além do que é possível ou impossível, há isso que insiste em todos nós brancos e pretos e pardos e amarelos e vermelhos e ... como pura virtualidade. E você já apreendeu a vibratilidade negra nestas cores e ritmos. Não é bom parar de dançar! É pela força disto que insiste malgrado a miséria, malgrado a devastação provocada pela guerra, pela fome, pela SIDA, é pela força do que escapa das figuras da morte que podemos experimentar afetos-efeitos, signos vitoriosos ascendentes que indicam o céu azul acima da África. Esse céu tal como esse mar nos une nesse ser coletivo no qual não estamos sós.

Um beijo

Edu

Maputo, 29 de novembro, 18:42

Leio seu e-mail e choro. Sinto como é fundamental, porque é o que nos funda, termos criado esse modo entre nós de deixar os afetos irem ganhando formas, palavras e gestos. Esse jeito que encontramos para viver nossa amizade é estética de existência potente e nos firma em meio aos fortes balanços do mar, do ar.

Hoje o curso terminou. Pura formalidade, é claro, pois o percurso começado só tem bifurcações a serem seguidas. No per(curso) fui criando escuta, criando fala misturada. Durante a semana fui coletando o que havíamos juntos dito, pensado, conceituado. Hoje

⁷ Capitalismo Mundial Integrado, expressão proposta por F. Guattari (1981).

mostrei, apresentei, o que e o como do (per)curso. A cada passo no caminho que ganhava ali visibilidade perguntava-lhes se queriam mudar algo, acrescentar, retirar. O dispositivo era para fazer falar e ver o processo de produção do qual grande parte das vezes eles se sentem separados. As “capacitações” vêm prontas, eles têm que engolir, absorver conteúdos, mudar comportamentos. Tentei um outro jeito, fui fazendo misturas, convidando-os à autoria. Ontem foi um dia intenso – arriscamo-nos ao trabalho da “escuta ativa” como dizem por aqui e lidamos com as situações que eles vivem como as mais difíceis nos acompanhamentos que fazem nos Gabinetes de Testagem Voluntária. Considerar o colonialismo, a opressão de gênero, de condição socioeconômica mostrou os pactos de morte que são feitos. Como abrir bifurcações, como deixar passar os devires minoritários onde vigoram políticas subjetivas tão molares? Como rasgar estes corpos “fechados”? Escolhemos jogar ali mesmo o jogo e perguntamos àqueles homens e mulheres como viviam suas relações. No jogo, fraturas se abrem: afinal, ali tínhamos mulheres falando de um outro lugar. Não era então assim tão natural a posição das mulheres. Podia ser diferente. Pode ser diferente. Pode diferir! Encontro uma tênue via. Sigo mais forte no encontro. Conversamos sobre grupo, grupalizar, coletivizar, rede ... rede. Não há dúvida, as redes quentes são fundamentais⁸. Dão suporte, alimentam, conectam. É contágio que aqui, diferente do caráter letal da SIDA, do CMI, explodem em alegria, vida. Vamos dançar. Ainda estou gripada, mas vou dançar. Vejo-me mais solta, brinco, sambo. Provoco a dor, provoco o corpo adoecido pela tristeza para deixar passar a mistura dos encontros. Suamos, rimos, brincamos. Negros, mulatos e alguns poucos brancos numa mesma dança. O ritmo da música, os passos da dança, os gestos que ensaiamos nos unem. Não estamos sós.

Obrigada, amigo

Beijos

Regina

⁸ Para as noções de “rede quente” e “rede fria”, cf. Passos e Benevides, 2004.

Rio de Janeiro, 29 de novembro, 21:33

Querida Regina

Se você encontra uma via, mesmo que uma tênue via, é porque há chance. Tenho certeza de que o trabalho está produzindo pequenas fraturas no corpo de uma África que parece oscilar entre a hemorragia desenfreada e a calcificação totalitária, endurecida. Deve ser, de fato, muito difícil intervir provocando o limite, operando clínico-politicamente, promovendo microfraturas analíticas onde fraturas expostas criam cenas assim tão duras. E as mulheres negras são mais negras porque mulheres. E as crianças negras são mais negras porque crianças. E os doentes negros são mais negros porque doentes. A cena deve ser a de um exponencial perverso no qual o negro sobre negro, o menor elevado à sua própria potência gera uma grandeza plena de perigo, cheia de desesperança, endurecida pelo exagero de si. Como foi possível deixar que a forma do si mesmo chegasse a tal paroxismo? Por que não foi possível deixar que o negro devesse outra coisa? Por que as crianças negras não terão tempo de se tornarem adultos e velhos? Por que as mulheres negras não podem ocupar outros lugares? Por que a África está fadada à africanização? Mas como Gil percebeu, o deus MU dança. E nessa dança, o ritmo garante o transe e o trânsito para outras formas. Apostemos nisso, minha amiga.

Beijo

Edu

Maputo, 30 novembro, 15:20

EduMu

Fazer a forma mexer-se, fazê-la vibrar de alguma maneira, ou melhor, tocar no vibrátil que há na forma. A dança, sem dúvida. Eles por aqui dançam e cantam. As danças e os cantos são marcas nos corpos que quando se mexem “chamam” a vibratibilidade. “As mulheres são feitas para a beleza, os homens para a força”, diz para

mim Parruque, um negro de olhos miúdos e de sorriso largo. Essa frase é dita em meio a uma provocação que faço quando pergunto como eles lidam em seu trabalho como supervisores, conselheiros, mas também em sua vida pessoal, com as relações homem-mulher. É difícil para as mulheres que em geral são “loboladas” (*lobolo* = dinheiro e/ou bens que o homem dá à família da mulher com a qual vai se casar por ocasião das bodas) não se submeterem a esse marido. É difícil para as mulheres em sua maior parte analfabetas e sem trabalho remunerado não dependerem desse marido. Mas, pude ouvir, que é muitas vezes também difícil para os homens que não concordam com esse sistema. As famílias das mulheres pressionam para que se reproduzam os hábitos, os rituais, os modos de subjetivar. Vejo-me falando sobre saúde como valor de uso. Saúde não pode ser tratada como mercadoria! Falamos de valores. Quais valores? Desta vez é Nietzsche que vem: “qual o valor dos valores?”. No calor do encontro com eles avanço afirmando que nada é natural, mulheres e homens são efeitos de muitos entrecruzamentos. Há muita desigualdade na África entre mulheres e homens. Consideram “natural” a relação de desigualdade e menos-valia em relação às mulheres? Mas, não seria esta a mesma explicação usada para naturalizar a desigualdade entre negros e brancos? Não teriam eles lutado contra as teses feitas pelos brancos de que os homens negros eram mais ignorantes e feitos apenas para o trabalho físico? Por acaso consideravam-se inferiores aos brancos? A inteligência, a capacidade de pensar estava na cor da pele? Não, é claro, com isto ninguém concordava. Deveríamos então usar o mesmo raciocínio para pensar a diferença entre homens e mulheres? Não estariam os homens ao submeter as mulheres usando o mesmo tipo de opressão que a eles havia sido imposto e contra o qual haviam lutado pela independência de Moçambique? Por que não lutamos pela liberdade de todos os homens, mulheres, crianças, jovens? O pulso acelera e a voz embarga. Todos olham calados. Vejo cabeças levemente afirmando minhas palavras. Respiro fundo, escuto o silêncio. Terei ido ao limite? A escolha tinha sido feita e não havia volta. Nos olhos de Isabel, um brilho; nos de Ana, um

sorriso, nos de Francisco, Parruque, Onofre, Orlando, interrogações. Algo ali se passou.

Beijos
Regina

Rio de Janeiro, 30 de novembro, 21:00

Regina MULata

Perguntar na África qual é o valor daqueles valores não é tarefa fácil já que ali os valores parecem estar como que saturados de natureza. Essa foi talvez a estratégia insidiosa e perversa que o capitalismo em sua versão imperialista desenvolveu na África. Ao chegarem as expedições europeias e brancas, encontraram uma diferença pungente e provavelmente aberrante em sua distância negra. O que é mais distante do que a natureza – como a das feras e da carne negra? Os brancos intervieram provocando desvios no curso daquelas populações, propondo classificações, separações, formas de segregação que se mimetizavam nas práticas tradicionais ou tribais. No entanto, tudo permaneceu sob a chancela da natureza da carne negra – natureza estranha e distante que, se morre de fome, é por sua conta, se se contagia desta maneira avassaladora é por sua conta, se se endocolonializa de maneira tão segregadora é por sua conta. É como se dissessem: se é negra é por sua conta. Mas a mulher negra é mais negra do que o homem negro. A criança negra é mais negra do que o homem negro. Há mais negros do que os negros. E aqui estamos em plena geopolítica de organização do *socius*, com suas tiranias, seus déspotas, suas minorias, seus centrifugismos e centripetismos. Mas como intervir agora diante de uma geopolítica naturalizada? Não se pode fazer isso sem prudência, sem alianças, sem convocação para análises coletivas desde que estejamos nós todos submetidos à análise. E se há o sorriso de Ana e as interrogações de Onofre, há resistência. E se há resistência é porque ali algo se passa. O que se passa na África?

Um beijo e se cuida
Edu

Maputo, 1º de dezembro, 17:39

Edu amigo

A mulher negra sempre envolta em seus panos coloridos, com pelo menos um filho a tiracolo amarrado em outro pano. Seus cabelos são impressionantemente esculpidos e os turbantes enrolados dão o tom da invenção de passagens a um corpo de mulher aceso. Hoje é o dia internacional de combate ao HIV/SIDA, dia 1/12. Fui visitar um Gabinete de Aconselhamento e Testagem Voluntária no meio rural. No caminho, muita gente andando (as vans ou, como se diz por aqui, os “chapas” são caros para a população em geral e os ônibus, os “machimbombos” são péssimos, e também caros), muita criança fora da escola (em torno de 50%), muitas mulheres sentadas no chão em suas capulanas tentando vender alguma raiz, algum alimento para quem puder comprar (quem??). Há sempre uma banquinha, um “puxado” coberto com plástico, ou zinco ou palha, vendendo-se algo. O tal GATV estava fechado. Todos tinham ido para as comemorações, mas vi muitas mulheres com suas crianças aguardando consultas no Posto anexo ao GATV. O calor era grande, mas elas caminhavam com seus filhos em busca de alguém que as pudesse acolher. Fomos visitar um “hospital de dia” (HdD) onde também funciona um Gabinete. Tudo muito bem cuidado. As conselheiras disseram-me que em média atendem 50 pessoas e na Unidade anexa 20 mulheres grávidas ao dia. Grande parte das vezes o teste dá positivo. Contam-me como lidam com essa grave situação. Pergunto o que é mais difícil: quando a mulher é soropositivo e o homem é negativo. Novamente as mulheres. No corredor do hospital vejo muitas mulheres com suas crianças. Todas aguardando consultas, remédios. Mulheres. Passamos por um lugar onde se aglomera um grupo de umas 40 pessoas com camisetas brancas comemorativas do dia contra a SIDA. Estão sentados embaixo de uma árvore. Ouvem e conversam sobre o tema. O sol é escaldante. Eles estão sob a árvore e conversam. Linda cena. Visito outro HdD que foi hoje inaugurado. Encontro-me com Guita com quem havia trabalhado durante a semana anterior. Ela fica feliz por ter ido visitá-la. Encontro mais

duas outras conselheiras que fizeram uma capacitação com Zeneide e elas riem para mim perguntando-me se eu ainda me lembrava dos passos da dança. Brincamos e fazemos a “coreografia”. No hospital converso com Malume Felipa (quer dizer Tia Felipa), senhora que iniciou o trabalho junto às profissionais do sexo no interior do país. Ela me conta histórias do início dos anos 90. Levava, na época, “tomates e batatas” quando ia conversar com essas mulheres sobre a proteção que deveriam ter. Mulheres. Saio e vejo um anúncio de um grupo de pessoas que vivem com HIV. O nome me chama a atenção “Kudumba”. Pergunto o que significa: confiar! Como confiar, como produzir alianças? Amanhã começo o curso sobre grupos com 30 conselheiros. Nova experiência. Não os conheço, eles não me conhecem. Como construiremos nossas nytuananos (“alianças”, no dialeto de cá, o changana)?

Beijos

Re

Rio de Janeiro, 1º de dezembro, 19:30

Amiga MULata

Mulheres! Estar com elas é como saber do segredo das cidades. Elas são como a face oculta das coisas, o lado escuro da lua, a luz negra do negro. E como será quando as mulheres passam a ser a matriz das crianças e da contaminação? Por que as mulheres? Por que, na fisiologia das mulheres, a reprodução e o sexo tiveram que coincidir de maneira tão comprometedora? Deve ser muito difícil ser mulher na África! Deve ser muito difícil ser uma mulher visitante na África: estar lá como estrangeira e, a um só tempo, tão distante e tão próxima daquela realidade negra. A mulher negra é mais negra que os homens negros. Toda mulher é negra. Como você se experimenta assim tão negra? Como será experimentar um devir minoritário como se deslizesse no fio do precipício? Cada mulher está sentada acorçada em sua barraquinha para vender alguma coisa: improviso mercantil, desespero para entrar no circuito do capital, esforço de

sobrevivência? Debaixo da grande árvore, um grupo dança em comemoração ao dia internacional de combate à doença que os mata? Maternidades de mães e crianças infectadas? Cenas muito duras porque muito negras!!

Um beijo e se cuida

Edu

Maputo, 2 de dezembro, 16:54

Há uma revolta. Meu estômago diz isso. Desde que cheguei, falta de fome. Hoje: enjoo, diarreia. “Foi a comida de ontem”, tento apaziguar com minha racionalidade. Mas, o corpo, sempre o corpo, fala. Fiquei em jejum e só à noite comi algo. Botei para fora. O quê?

Hoje comecei o curso sobre grupos. Apesar do mal-estar, senti-me mais à vontade. O tema sempre me anima. Gosto mesmo das misturas dos grupos. Eram 28 participantes, a maioria mulheres e elas não perderam esta chance. Chance de quê? A chance de discutir o que é a diferença de ser negro, de ser mulher, de ser jovem, de ser soropositivo e o comum que pode atravessar as diferenças sem neutralizá-las, o desafio dos grupos, o desafio do viver. “Pegaram” rápido e entramos por esta via. A concepção de grupo é a de conjunto de pessoas e enfrentamos a desmontagem desse conceito-ação trazendo os vínculos, as diferenças. Dizem que os moçambicanos sofrem de DAP. Pergunto o que é. Eles respondem: Doença de Ambição e Poder. Mas o que é isso? Todos querem ser chefes, diz-me Júlio. Trabalhamos esse efeito-capitalismo das redes frias. Não é só aqui, digo. Não é natural, lembro-lhes. E a guerra pela qual passaram? E a fome que existe em nossos países? Misturamos, misturamos, trazemos outros componentes para pensar. Afinal, para que grupos? Alguns lembram de outras experiências de solidariedade. Desidealizamos os grupos, mas também começamos a tirá-los do lugar a que ficaram destinados na experiência moçambicana de “meio para tirar proveitos pessoais”. Nossa! Quanto trabalho a fazer. Voltei cansada, mas “botei para fora”. Na TV moçambicana acompanho muitas manifestações-alertas sobre o dia 1/12. Vejo enormes contingentes

de pessoas nas marchas, nas manifestações. Ouço, entretanto, o governador da província de Zambézia dizer: “temos que incentivar as práticas de abstinência contra esta terrível doença”! Bush não dá trégua: para ter o dinheiro americano, vem junto o controle do CMI. Há muito que fazer.

Beijos

Re

Rio de Janeiro, 2 de dezembro, 20:01

Regina já quase negra

Para fora, para fora! O estômago se rebela contra o que não é assimilável. E o que resiste à assimilação é o que envenena ou o que obriga a outras formas de composição, a outras experiências de si, a aventuras ou despregamentos de si? Deleuze e Guattari disseram de maneira enigmática que o devir se inicia sempre por um *médium* feminino. O devir mulher é a maneira de “entrar numa”. Entrar numa o quê? Numa roubada, numa viagem às cegas, numa aventura selvagem? E como será quando a *médium* é negra? Como será devir mulher negra? Exponencial do devir, paroxismo vertiginoso que obriga o corpo a uma contorção baconiana, dilarecerante. Então a mulher vomita e nada come, já se precipitando nesta aventura feminina e negra. As mulheres negras têm mais fome que os homens negros. A fome é feminina e negra. O devir não se anuncia sem um custo e não há como entrar nele confortavelmente, tranquilamente. O devir é o sacrifício da história, a sua torção, o seu martírio intempestivo. Esta é a história de uma viagem à África onde o continente negro é como um catalisador de devires doídos porque femininos e negros. Regina já quase negra e tão pouco una. Mil reginas negras. Daí a força do coletivo que as mulheres negras comportam. Cada uma dessas mulheres é uma corte de rainhas negras. No grupo, tematizando o grupo, esse exponencial do devir assumirá sua máxima potência: luz negra da tua aventura.

Um beijo e se cuida

Edu

Maputo, 3 de dezembro, 13:53

Negro amigo

Para fora! Rebeldia do corpo contra o que vem como pura forma. Não. Não é fácil a experimentação desses devires que invadem e enlouquecem as formas. Para suportar tanta turbulência, precisamos de pontos-referência. A amizade, o comum do humano, a multidão presente nos gestos singulares dos filhos, dos amores, dos amigos. Quando vinha para cá pensei nas navegações. Afinal, eu fazia a rota ao contrário dos meus antepassados. Por uma questão do acaso (?!), vim para a África passando por Lisboa. Périplo inverso: portugueses que escravizavam africanos e os desembarcavam no Brasil. Eu agora, brasileira, passando por Portugal e chegando à África. Eu ... eu, mistura de portugueses e africanos, sem dúvida. Eu, misturas. Essa viagem pôs-me em contato com os antepassados. Mas o que eu vejo? Escravos, ainda. Colonizados todos pelo CMI: portugueses e africanos e brasileiros. Mas o que eu sinto, onde me toca? Por onde passa o devir? Como acionar esta negra-mulher que (re)existe? Diziam: navegar é preciso, viver não é preciso. Digo: viver é preciso, devir é preciso mesmo em meio a tanta imprecisão. Luz negra, que ilumina no escuro. Hoje faltou luz em Maputo. Dizem que é comum (?!) Peguei-me dizendo: “mas há a nossa luz e esta ninguém nos pode tomar”.

Beijos

Re

Rio de Janeiro, 3 de dezembro, 17:15

Regina negra

Mil rainhas negras em uma viagem que reverte o périplo das caravelas. Mil viagens em uma só Regina. Mil rainhas em uma negra. Mil negras nesta rainha. Mil platôs numa composição negro sobre negro como em Malevitch, o pintor soviético do construtivismo russo. Por que o comunismo não chegou em sua versão criativa na África? Por que o construtivismo soviético foi desperdiçado

e as vanguardas abolidas? Por que as vanguardas não chegavam na África? O negro sobre negro da tela é diferente do negro sobre negro da carne. A carne negra é a mais barata do mercado porque parece menos carne ou carne menor. Como uma carne pode ser menor? Como uma cor pode ser pior? É só mediante uma operação de artificialismo despótico que tal valoração assume a natureza de uma existência carnal: inferior porque sendo desta carne negra. E tal artificialismo ou construtivismo despótico e contravanguarda opera escamoteando sua artimanha. Tudo fica naturalizado. Como ser natural a inferioridade da mulher negra? Como a carne feminina pode ser mais barata? A carne da mulher negra é a mais barata do mercado. E desta carne barata fomos herdeiros, misturando-a ao branco reluzente dos portugueses despóticos. Somos filhos de um estupro ou de bodas contra a natureza? A rainha mulata é meio negra, meio branca. Sua cor é indecível no espectro das posições geopolíticas: ela está no centro ou na periferia? Ela está no meio. Mas no meio, ela está onde? Qual é o valor desse limite? No limiar do negro e do branco algo se passa que um dia fez da caravela sua emblemática navegante. O que se passa agora? Que meios devemos utilizar para dar curso hibridizante à nossa aventura. O grupo!! Sim, o coletivo é como uma caravela!

Um beijo e se cuida

Edu

Maputo, 4 de dezembro, 13:41

Mares, caravelas e o desejo do incomensurável. Desejo em sua expansão, fazendo realidades. Os navegadores sabiam e temiam o mar. A África é ladeada por dois oceanos: Atlântico e Índico. É muito mar para navegar, muito pedaço de chão para aportar. O exótico, a selva, tudo sempre alvo da curiosidade do branco navegador. Os seres estranhos e de outra cor que por ali existiam deviam ser parte desta natureza a ser dominada, pensaram. Estupro, sem dúvida. E assim o fizeram, por séculos. Depois vieram as lutas por emancipação, independência e aqui, em Moçambique, ares de

libertação acompanhados de mais guerra, mais opressão. Onde está o coletivo? Como ele foi enquadrado em normas, regras? De que coletivo falavam? Como desenformar esse coletivo num curso sobre “formação de grupos”. Eles, tão acostumados aos manuais, queriam novos e reluzentes instrumentos prontos para funcionar. E como, em tão pouco tempo, tocar esse fazer para além de sua necessidade imediata? Grupo é conjunto de pessoas. Definição chave, repetição de palavras cujo horizonte era simplesmente juntar pessoas. Mas, pergunto: “Para que fazemos isto? Para que juntamos as pessoas?”. Estranha pergunta. Olhares interrogantes. Começamos nosso percurso. Soubemos naquele instante que a aventura dos mares estava para ser vivida. Quem toparia? Topamos. “Contem aí como fazem, contem como vivem, contem como pensam. Deixa agora eu contar como faço, como vivo, como penso.” Como fazer encontrar, cruzar, hibridizar fazeres, vidas, pensamentos? Nos grupos, em grupos, com os grupos. Esforço-me também por passar e discutir conceitos. Digo-lhes que são ferramentas. Eles ouvem atentos, perguntam, trazem exemplos. O grupo funciona como? E afinal, para que grupos? “Pensam vocês agora que grupo é conjunto de pessoas? Ah... é mais, é diferente disso.” Armindo, que tem malária (coisa comum por aqui) diz-me que quer fazer um exercício. Quer dizer-me algo: a turma está cansada, quer movimentar-se. Vamos ao exercício. Rimos muito, nos divertimos. Aproveito para juntar aos conceitos e aos trabalhos que eles fazem nos Gabinetes. Hoje teve dança africana. Conseguimos acionar o coletivo.

Beijos africanos

Rio de Janeiro, 4 de dezembro, 22:13

Negra Regina

Onde estava o coletivo? Armindo tem malária e propõe um exercício. Ele quer dançar e o sorriso escapa da sobriedade imposta pela doença, pela dor, pela miséria, pela memória das guerras e das caravelas negreiras. A experiência de ser negro tira a fome ou nos coloca frente a outra dimensão da vida? Não quero comer ou não posso comer: as duas alternativas se embaralham de maneira a confundir

nossa experiência ainda tão pobre porque tão branca. Experimentar a negritude é poder posicionar-se diferentemente frente à comida, às caravelas, ao Atlântico. Que memória tem para eles as águas do Atlântico? No mar mil rotas podem ser traçadas – o mar é o plano desterritorializado dos devires náuticos – mas uma das rotas tem a forma da abolição. O que é ter essa relação com o mar? Quando dançam algo se passa por entre o negro e os negros, assim como por entre o branco e os negros: algo se passa. A passagem tem a forma do coletivo. Onde está o coletivo? No mar em que tudo passa. E essa viagem vai passar? Pergunta que agora não se coloca desde que falamos com uma Regina já negra. Luiz Melodia cantava a Pérola Negra. Melodia é negro e tudo por sua voz se torna negro, mesmo o mais alvo da pérola. Assim é a experiência radical da viagem que faz o revés das caravelas: no mar, mesmo o seu mais alvo, perolado, devém negra melodia.

Um beijo e se cuida

Edu

Maputo, 5 de dezembro, 14:54

Amigo e parceiro de viagem

Termino o segundo curso. Mais um intenso dia de encontros com a vida que insiste em condições impensáveis. Começo o dia fazendo uma rodada do que fizemos durante a semana. Trabalhamos especialmente conflitos. Peço que cada um tome o nosso grupo (porque é claro, já nos sentimos numa grupalidade) e trabalhe modos de aproximação, contatos, modos de vinculação. Eles trazem suas experiências de grupo, trazem seus coletivos, seus impessoais para acionar o contato. Dançamos, cantamos, brincamos, ligamos, tecemos, trabalhamos os muitos grupos. Há um devir criança que se insinua, que corta as cenas, as dores de um povo no grande e forte corpo de Amélia, no cuidado de Sérgio, nos gestos contidos de Chiruca, no sorriso maroto de Patrício, no olhar desconfiado de Cinturão. Quando dançamos e trabalhamos em grupo é algo entre o branco e o negro, entre o homem e a mulher, mas também entre o negro e o

negro, entre o homem e o homem que atíça o coletivo. No almoço Liliana vem sentar-se à mesa comigo. Conta-me que é soropositiva e que mora com sua família num lugar longe de Maputo, em Tete, com 30 crianças (?!?!). É uma família alargada, como dizem por aqui, com 30 crianças que foram abandonadas ou cujos pais morreram de SIDA. Essas crianças, quase todas são também HIV positivo. Ela fala-me de como muitas vezes é difícil ter algo para comer. Seu olhar é plácido, mas sofrido. Ela tem 26 anos. Conversamos muito sobre a importância de seu trabalho e como a vida nela tem força. Ela quer que na próxima vez eu conheça sua terra. À tarde, mais casos para analisarmos, mais estratégias para inventar. Faço uma retrospectiva mostrando nossa produção grupal. Digo, ao final, lembrando o I Fórum Social Mundial, que trabalhamos em grupo porque acreditamos que um outro mundo é possível. Sorrisos, carinhos, palmas para todos! Amanhã parto para Lisboa. Ficarei lá um dia. Como será? Chego na segunda-feira. As caravelas atravessam novamente o mar. Como chegarei depois dessa viagem?

Beijos, carinho e kanimambo, amigo!

Re

Rio de Janeiro, 5 de dezembro, 19:46

Querida amiga

A viagem é ininterrupta em qualquer das direções que atravessamos o Atlântico. Como interromper a radicalidade desta experiência que se faz entre o negro e o negro? Como não ser diferente depois disso? Temia a tua ida à África, agora tenho certeza que valeu a pena porque há o sorriso negro, a dança negra, as cores negras. O negro é policromático malgrado todos os preconceitos. O negro se expressa de muitas maneiras, em muitas cores. Mas há uma tristeza que insiste em se afirmar como negra de direito. Como se esta cor fosse de direito a cor da dor. Por que insistir que um continente por ser negro deve ser triste e doloroso? É muito injusto que a miséria e a dor tenham um continente e uma cor. É muito injusto

que tenham criado um território no qual a africanização se torna a forma de uma desventura. A África foi marcada, desde os séculos da colonização, pela desventura da aventura branca. Mas por que a aventura daqueles teve que se fazer pela desventura dos outros? Por que esta inversão perversa teve uma cor? O olhar plácido e triste de Liliana nos comove. Sua condição de HIV soropositiva mãe de 30 crianças soropositivas tem a cor mais negra que só uma mulher mãe soropositiva poderia ter. Como Liliana pode ter dificuldade de comer e dar a comer a seus filhos? Como pudemos ser tão cruéis?! O homem é branco em sua crueldade! A crueldade parece também ter uma cor, e isso é terrível.

Um beijo e boa viagem a Lisboa
Edu

Algumas palavras sem finalizar

A correspondência foi uma via de comunicação que serviu como estratégia de construção do acolhimento da experiência da viagem à África. Além disso, serviu como elaboração de um diário de bordo que registrava o trabalho de intervenção clínico-política que se fez naquele período. A intimidade da correspondência permitiu que texto e fora-texto se mantivessem lado a lado, criando um relatório da pesquisa-intervenção que incluía a experiência de estar na viagem.

Publicar essa correspondência é restituir a experiência da viagem-intervenção ao plano público de sua produção. O íntimo da experiência se dissolve na correspondência entre-dois, deixando de dizer respeito a um só. O que ali se viveu não pode mais ser tomado como da esfera privada de uma pessoa ou mesmo de um grupo de pessoas. A publicização do diário dá-lhe um novo estatuto ou lhe confere a dimensão de dispositivo de análise das instituições em jogo no trabalho junto aos profissionais de saúde implicados na prevenção do HIV-SIDA em Moçambique – aí incluídas não só as instituições da saúde, da família, da educação como a própria instituição da pesquisa.

No diário de bordo redigido na forma da correspondência, a experiência da viagem vai se tornando coletiva – o que culmina na publicação deste texto. De quem foi essa experiência? Quem vive tal viagem? Quem sofre a experiência da minoria? A indefinição ou a impossibilidade de darmos uma resposta fácil a essas perguntas nos indica que a análise realizada pela pesquisa-intervenção nos conduz a um plano comum, plano de comunicação dos distantes. Realizar uma pesquisa-intervenção nos lança nesse plano, o que não se faz senão na forma da experiência de uma viagem.

Referências

- DELEUZE, G. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. Espinoza e as três éticas. In: *Crítica e Clínica*. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 156-170.
- FOUCAULT, M. *O pensamento do exterior*. Rio de Janeiro: Princípio, 1990.
- GUATTARI, F. O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular. In: *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 211-226.
- KASTRUP, V., TEDESCO, S., PASSOS, E. *Políticas da cognição*. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- KAUFMAN, S. *Aberrations: le Devenir-Femme d'Auguste Comte*. Paris: Aubier Flammarion, 1978.
- LOURAU, R. *Actes manqués de la recherche*. Paris: PUF, 1994.
- _____. *Análise institucional práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- _____. *L'a clé des champs. Une introduction a l'analyse institutionnelle*. Paris: Anthropos, 1997.
- _____. *Le journal de recherche: matériaux d'une théorie de l'implication*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.
- MICHAUX, H. *Plume (Lointain Intérieur)*. Paris: Gallimard, 1963.

POSFÁCIO

SOBRE A FORMAÇÃO DO CARTÓGRAFO E O PROBLEMA DAS POLÍTICAS COGNITIVAS

Ao longo dos textos desta coletânea procuramos deixar claro que o método da cartografia não é um conjunto de regras para ser aplicadas, nem um saber pronto para ser transmitido. Sendo assim, a aprendizagem da cartografia não é questão de aquisição de saber nem de transmissão de informação. É preciso praticar a cartografia. A formação do cartógrafo não se fundamenta na experiência passada, mas encontra sua chave na experiência presente. Trata-se mais de um refinamento da percepção do que um apelo ao saber acumulado ou à memória. É, acima de tudo, uma questão de aprendizado da sensibilidade ao campo de forças. Trata-se enfim, de um cultivo da atenção concentrada e aberta à experiência de problematização. Habitualmente, quando se fala da relação entre aprendizagem e atenção, considera-se a atenção como condição do processo de aprendizagem. Entretanto, trata-se aqui de um aprendizado da própria atenção ao presente vivo que é suscitada pela experiência da pesquisa, que assume aqui uma dimensão estética – estética porque diz respeito aos processos de criação da realidade. Ora, a atenção é como um músculo que, pelo exercício, produz regimes atencionais distintos e variados. Muitas vezes impera nas subjetividades a atenção recognitiva, mobilizada por interesses prévios e expectativas do pesquisador. O desafio é suspender sua hegemonia, em favor da atenção ao presente vivo das forças do território da pesquisa. Às vezes difícil no início, a atenção cartográfica vem a se tornar mais facilmente atualizada com a prática continuada, constituindo uma atitude cognitiva que cria condições atencionais mais propícias à prática da cartografia.

Apresentamos as pistas do método cartográfico passando por diferentes domínios do conhecimento: os estudos da atenção, da

aprendizagem, da deficiência visual, da clínica, da saúde pública. Outros campos de pesquisa têm ensinado o trabalho do cartógrafo, sem que possamos identificar esse método a um deles por excelência. Na verdade, o método cartográfico se alia à discussão mais geral da crítica aos especialismos e aposta na transdisciplinaridade enquanto desestabilização do que se delimita como campo de uma disciplina. Atravessando diferentes domínios, provocando interlocuções, aceitando o desafio de pensar no limite entre os saberes, a transdisciplinaridade coloca em questão os objetos bem definidos e as teorias internamente consistentes, a preexistência de sujeitos do conhecimento e objetos a serem conhecidos, os campos bem demarcados das práticas discursivas e não discursivas, os especialistas defensores de territórios identitários de conhecimento. Com a desestabilização emerge o plano de constituição dos domínios de conhecimento em que as dicotomias dão lugar aos híbridos e as fronteiras apresentam seus graus de abertura, suas franjas móveis por onde os saberes se arguem e as práticas mostram sua complexidade.

Assumir a cartografia como direção metodológica nos compromete, portanto, com a produção de uma política cognitiva. O conceito de política cognitiva busca evidenciar que o conhecer não se resume à adoção de um modelo teórico-metodológico, mas envolve uma posição em relação ao mundo e a si mesmo, uma atitude, um *ethos*. Assim, apontamos que o cognitivismo, e com ele os pressupostos do modelo da representação – a preexistência de um sujeito cognoscente e de um mundo dado que se dá a conhecer – não é apenas um problema teórico, mas um problema político. Ele é uma das configurações que nossa cognição assume (Kastrup, Tedesco e Passos, *Políticas da Cognição*, Sulina, 2008). Por outro lado, aproximar conhecimento e criação, afirmar que a ação de conhecer configura ao mesmo tempo, e num movimento de coengendramento, o sujeito e o objeto, o si e o mundo, não é apenas criar um novo conceito de cognição. É um convite a adotar uma certa maneira de estar no mundo, de habitar um território existencial e de se colocar na relação de conhecimento. Enfim, trata-se de uma política cogni-

tiva. Todavia, a recusa da crença num sujeito e mundo dados não é de modo algum trivial. Assumir essa postura requer uma virada, uma reversão da atitude naturalizada e que exige, em princípio, um esforço. Tal esforço, no entanto, pode se transformar, com a prática, numa atitude encarnada, configurando uma política cognitiva corporificada nas ações de quem se lança na tarefa de conhecer e intervir sobre a realidade. Produzir conhecimento e produzir realidade se tornam face e contraface da experiência cognitiva, o que impõe a complexidade ético-estético-política da ação do pesquisador. Não se chega à cognição inventiva por adesão teórica, mas por práticas cognitivas efetivas e encarnadas. O mesmo vale para nossa formação no método da cartografia.

Se o aprendizado nos traz um ganho, se ele, em alguma medida nos forma, é no sentido da inscrição corporal do conhecimento. Nessa medida, para tornar-se cartógrafo não basta ler este livro ou outros textos teóricos sobre o assunto. É preciso praticar, ir a campo, seguir processos, lançar-se na água, experimentar dispositivos, habitar um território, afinar a atenção, deslocar pontos de vista e praticar a escrita, sempre levando em conta a produção coletiva do conhecimento. Na aventura cotidiana de uma pesquisa, enfrentamos diversos riscos e podemos produzir cartografias melhores ou piores, excelentes ou simplesmente interessantes. Podemos também imaginar que cartografamos, quando apenas representamos. Nomear de cartografia o método que praticamos não garante o resultado de nosso trabalho. O rigor da investigação cartográfica reside na irreduzível atenção aos movimentos da subjetividade e da paisagem existencial, suas pontas de presente, seus fios soltos, suas linhas de fuga em relação à estratificação histórica.

Como cartógrafos experientes ou iniciantes, temos algumas vezes a impressão de que perdemos o rumo, de que nos distanciamos de nosso foco ou de que nos afastamos dos objetivos inicialmente pretendidos. Imersos no curso dos acontecimentos, o problema que nos orientava pode parecer distante, pouco relevante, tendendo em certos momentos a desaparecer no cotidiano da pesquisa. Por ou-

tro lado, acontecimentos imprevistos e outros signos oriundos do território da pesquisa podem, por seu caráter instigante, atrair nossa atenção. Fragmentos soltos ou elementos recorrentes, pouco a pouco, ganham contornos mais definidos e inéditos. Frente a tal situação, uma estratégia metodológica alheia aos movimentos processuais pode levar o pesquisador a se agarrar ao problema inicialmente formulado e aos objetivos previamente estabelecidos e buscar mantê-los de pé. Nesse caso, o método recomenda manter-se na estrada principal e não se perder pelos atalhos do caminho. Se trabalhamos desta maneira, praticamos a política da reconção e a pesquisa é um processo de solução de problemas. Não fazemos cartografia.

Outra atitude é reconhecer que, se a pesquisa se propõe ao acompanhamento de processos em curso, a perda momentânea de rumo não é necessariamente indício de inconsistência do problema ou de despreparo do pesquisador. Adotando esta atitude, esse *ethos* de pesquisa, reconhecemos que a atividade de investigação envolve sempre, em certa medida, o redesenho do campo problemático. Para a escrita do projeto é necessário levantar informações, ler a bibliografia mais diretamente pertinente e, enfim, explorar teórica e empiricamente o território em questão. No entanto, o corpo a corpo com o campo da pesquisa comporta sempre uma dose de imprevisibilidade e mesmo de aventura. Habitar um território de pesquisa não é apenas buscar soluções para problemas prévios, mas envolve disponibilidade e abertura para o encontro com o inesperado, o que significa alterar prioridades e eventualmente redesenhar o próprio problema. Questões secundárias podem ganhar lugar de destaque e o problema principal tornar-se uma questão subsidiária. Quando ele se revela mal colocado, pode exigir reformulação. Outras vezes, a multiplicação de novas interrogações deve ser contida e aguardar uma outra pesquisa no futuro. Enfim, a cartografia como método de acompanhamento de processos de realização é ela mesma processual, lançada também em uma deriva feita de desvios e reconfigurações.

Encarnando uma política da invenção, como não se perder durante a caminhada? Como o método pode constituir uma orientação quanto ao modo de seguir com a pesquisa sem, por outro lado, fechar a investigação ao movimento e aos processos que ela se propõe a acompanhar? Frente ao presente vivo da pesquisa, como distinguir os verdadeiros problemas dos falsos problemas? Como diferenciar um problema bem colocado de um problema mal colocado? Este livro se propôs a fornecer pistas para a prática do método da cartografia. Mas não seria esta – Cartografar é traçar um campo problemático – uma nova pista a ser explorada e desenvolvida? Ao final, é preciso reconhecer, mais uma vez, que ao desafio que nos dispusemos enfrentar – apresentar e discutir pistas para prática do método da cartografia – resta uma tarefa sempre inconclusa, obra aberta. Fica o convite para os leitores-cartógrafos participarem desse movimento coletivo.

*Eduardo Passos,
Virginia Kastrup
e Liliana da Escóssia*

SOBRE OS AUTORES

EDUARDO PASSOS – Doutor em Psicologia (UFRJ), professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF, autor de artigos, do livro *Políticas da Cognição* (Sulina, 2008) e organizador dos livros *Saúde e Loucura 6 – Subjetividade: questões contemporâneas* (Hucitec, 1997), *Clínica e Política: subjetividade e violação dos direitos humanos* (IFB/Te Corá, 2002) e *Pesquisa avaliativa em saúde mental. Desenho participativo e efeitos da narratividade* (Hucitec, 2008).

VIRGÍNIA KASTRUP – Doutora em Psicologia (PUC-SP) e professora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Publicou *A invenção de si e do mundo* (Papyrus, 1999; Autêntica, 2007), *Políticas da cognição* com Silvia Tedesco e Eduardo Passos e diversos artigos em coletâneas e revistas especializadas. É pesquisadora do CNPq e realiza pesquisas nas áreas de cognição, produção da subjetividade, arte e deficiência visual.

LILIANA DA ESCÓSSIA – Doutora em Psicologia (UFRJ), professora do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFS. Publicou *Relação homem-técnica e processo de individuação* (EDUFS, 1999), organizou *A psicologia entre indivíduo e sociedade*, com Eduardo L. Cunha (EDUFS, 2008), publicou artigos sobre políticas e práticas do coletivo, produção de subjetividade, saúde coletiva e relação homem-técnica.

REGINA BENEVIDES DE BARROS – Doutora em Psicologia Clínica, professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF. Autora e organizadora de livros e artigos em Análise

Institucional, Clínica e Política e Gestão em Saúde. Publicou pela Sulina (2007) o livro *Grupo: a afirmação de um simulacro*.

SILVIA TEDESCO – Doutora em Psicologia Clínica (PUC-SP), Professora. do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFF. Autora e organizadora de livros e de artigos na área de cognição, clínica e política.

ANDRÉ DO EIRADO – Psicólogo, Doutor em Filosofia e professor do Departamento de Psicologia da UFF. Realiza pesquisas nas áreas de cognição, produção da subjetividade e saúde mental.

LAURA POZZANA DE BARROS – Mestre em Psicologia (UFF) e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRJ. Publicou *O corpo em conexão: Sistema Rio Aberto* (EdUFF, 2008). É psicóloga colaboradora do NUCC/UFRJ, pesquisadora da Ong. CIESPI e instrutora de práticas corporais. Realiza pesquisas sobre corpo, deficiência visual, clínica, movimento e expressão.

JOHNNY ALVAREZ – Doutor em Psicologia (UFRJ) e professor adjunto do curso de Psicologia da UFF no Polo Universitário de Rio das Ostras. Realiza pesquisas na área de aprendizagem, experiência e corpo.



(51) 3227 1797 / 8409 9437

clotilde@terra.com.br

Este livro foi confeccionado especialmente
para a Editora Meridional Ltda., em Times New Roman,
e impresso na Gráfica Pallotti.